



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS – MAHIS  
ALUNA: MARIA DANIELE ALVES

**Desejos de civilização: representações  
liberais no jornal *O Araripe*.  
1855 – 1864.**

Fortaleza - CE  
2010.

**Universidade Estadual do Ceará – UECE**

**Maria Daniele Alves**

**Desejos de civilização: representações liberais no jornal *O Araripe*.  
1855 – 1864.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em História e Culturas – MAHIS da Universidade Estadual do Ceará, como cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

Fortaleza – CE  
2010

A478d

Alves, Maria Daniele.

Desejos de civilização: representações liberais no jornal *O Araripe* 1855 – 1864. / Maria Daniele Alves. – Fortaleza (CE), 2010.

148f.: 31 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em História e Culturas – MAHIS, Fortaleza (CE), 2010.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.

1- O ARARIPE – ANÁLISE DO DISCURSO. 2- O ARARIPE, 1855 – 1864 - HISTÓRIA E CRÍTICA. 3- IMPRENSA ALTERNATIVA – CRATO (CE). 4- PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (CRATO-CE). I - Barbosa, Francisco Carlos Jacinto (Orient.). II - Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em História e Culturas. III- Título.

CDD: 079.81014

**Universidade Estadual do Ceará – UECE**  
**Mestrado Acadêmico em História e Culturas – MAHIS**

**Desejos de civilização: representações liberais no jornal *O Araripe*.**  
**1855 – 1864.**

Maria Daniele Alves

Dissertação de Mestrado avaliada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ com  
conceito\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa.  
Universidade Estadual do Ceará - UECE  
Orientador

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes  
Universidade Federal do Ceará - UFC  
Examinador Externo

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva  
Universidade Estadual do Ceará - UECE  
Examinador Interno

Dedico esta dissertação aos meus exemplos de vida, João Alves de Queiroz e Maria Carmoza de Oliveira, que constantemente me estimulam a não desistir dos meus objetivos e estão sempre ao meu lado, me encorajando nas horas difíceis e aplaudindo nos momentos de glória. Obrigada por serem meus pais, fonte de inspiração, apoio e ensino diário.

## AGRADECIMENTOS

*“...E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá.  
E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar...”*

*(Caminhos do Coração. Luiz Gonzaga)*

Escrever esta dissertação de mestrado além de ser um desafio e uma experiência enriquecedora, só foi possível graças a muitas pessoas que direta ou indiretamente, dela participaram. Para estas pessoas que compartilharam comigo esses meses de escrita, meu muito obrigada!

Agradecer àqueles que ajudaram a construí-la talvez seja uma das tarefas mais difíceis, pois, temo por cometer lapsos de memória e deixar de citar pessoas que tanto se preocuparam, me acompanharam e se fizeram presentes nesta jornada.

Meu maior agradecimento é dirigido aos meus pais por terem sido, sempre, minha base e deram o melhor de si para mim. Quero agradecer em especial à minha mãe, melhor amiga e companheira, que muito torceu pela conclusão do “*trabalho de Fortaleza*” e me encorajou com seu apoio.

Às minhas irmãs, irmão e sobrinhos, obrigada pelo carinho que me impulsionou a seguir em frente e cumprir mais uma etapa de estudos.

À todos os docentes com quem tive aulas na graduação e pós-graduação pela Universidade Regional do Cariri - URCA, obrigada pelo incentivo e formação. Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História Social da referida Universidade que muito contribuiu no amadurecimento dos meus estudos.

Quero agradecer em especial à professora e amiga Rosilene Alves de Melo, que me acompanha desde a graduação e que me incentivou a trilhar por este caminho.

Obrigada pelos conselhos, pelas conversas, dicas formais e informais, pela participação na construção deste trabalho em que sempre, muito paciente e humildemente me ouviu e discutiu comigo sobre obras e igualmente sugeriu para a construção do meu projeto de pesquisa e também se fez leitora desta dissertação.

À professora Sônia Menezes pelas sugestões e dicas que contribuíram para a construção do meu projeto de pesquisa. Também agradeço pelo envio de textos que me ajudaram na elaboração da dissertação.

Ao Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo, no Crato, nas pessoas de Francisco Roserlândio e Tânia Peixoto, que desde a graduação me acolheram com atenção e abriram o acervo documental da instituição para essa investigação. À Gertrudes Sales, pela atenção e apoio dado nos dias de pesquisa realizados na Biblioteca Pública Municipal Menezes Pimentel, em Fortaleza.

Aos professores do mestrado pelas aulas ministradas e em especial ao meu orientador, Carlos Jacinto, pela paciência, compreensão, incentivo, ensinamentos, sugestões de leitura e pesquisa que foram úteis e bem-vindas e acabaram por constituir-se no corpo deste trabalho. Carlos, muito obrigada por tudo!

Aos colegas de mestrado, pelas experiências trocadas, pelas conversas e discussões realizadas em sala de aula, as quais foram muito enriquecedoras para o meu aprendizado, bem como pelas sugestões feitas nos meus primeiros rabiscos da dissertação.

À minha banca de qualificação e defesa, professor Dr. Antônio Eurípedes Funes e Dr. Marco Aurélio Ferreira da Silva, por terem se disponibilizado à leitura do meu trabalho. Boa parte das sugestões destes dois professores permearam a pesquisa e estão aqui incorporadas.

Agradeço a CAPES, pela bolsa concedida durante os anos do curso, sem a qual teria sido inviável o desenvolvimento e concretização deste trabalho.

Aos amigos e historiadores os quais estudamos juntos, bem como acompanharam e contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa: Edianne Nobre, João Paulo Fernandes, Patrícia Alcântara, Cícero Joaquim e em especial a Jucieldo Alexandre - sempre apoiando, incentivando, dialogando comigo sobre *O Araripe* e humildemente me ajudando nos momentos em que mais precisei - e a Ítalo Bezerra, obrigada pelas “idas e vindas” na UECE, pelos favores prestados, bem como pelas dicas que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

À Luciana Moura, Alex Alves, Vicente Bezerra e Sérgio Monte, amigos especiais com os quais dividi o teto durante minha estadia em Fortaleza. Obrigada pela companhia, afeto, compreensão e respeito aos meus momentos de estudo.

Enfim, não poderia encerrar sem agradecer ao Deus que creio e fortalece minha vida a cada dia.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as representações construídas pela imprensa liberal cratense e divulgadas no jornal *O Araripe*. Este periódico idealizado e editado pelo Partido Liberal, foi veiculado na cidade do Crato, localizada na região do Cariri, no sul do Ceará, entre os anos de 1855 a 1864 e apresentou em seus artigos a necessidade de civilizar a região caririense, apresentando entre seus projetos de civilização a criação da “Província dos Cariris Novos”, cuja capital seria o Crato, por ser esta a cidade mais desenvolvida do Cariri. Em meio ao “desejo de civilização” a agricultura seria a base econômica que contribuiria com o desenvolvimento regional, porém, diante da dificuldade em se conseguir mão-de-obra para a região, encontramos artigos, notícias e anúncios sobre escravos, o que consta inferir que os liberais procuraram coadunar seu projeto civilizador com a estrutura escravista de produção arraigada no Cariri.

Palavras-chave: *O Araripe*, liberais, representação.

## ABSTRACT

The present work has for objective to analyze the representations built by the press liberal cratense and published in the newspaper *O Araripe*. This idealized newspaper and edited by Liberal Party, it was transmitted in the city of Crato, located in the area of Cariri, in the south of Ceará, among the years from 1855 to 1864 and it presented in your goods the need to civilize the area caririense, presenting among your civilization projects the creation of the “Province of New Cariris”, whose capital would be Crato, for being this the developed city of Cariri. Amid the "civilization" desire the agriculture would be the economical base that it would contribute with the regional development, however, due to the difficulty in getting labor for the area, we found goods, news and announcements on slaves, the one that consists infer that the liberals tried to incorporate your project civilizer with the structure slavery of ingrained production in Cariri.

Keywords: *O Araripe*, liberals, representations.

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>Introdução</b> .....  | 11  |
| <br>   |     |
| <b>1 – A ideologia liberal no Cariri.</b>  |     |
| 1.1 – A Inserção do Pensamento Liberal no Cariri .....   | 31  |
| 1.2 – <i>O Araripe</i> como divulgador das idéias do Partido Liberal.....                                      | 52  |
| <br>   |     |
| <b>2 – Os Sonhos Liberais: Anseios de um Projeto Civilizador.</b>  |     |
| 2.1 – A Província do Cariri: um projeto político e um sonho irrealizado.....                                   | 65  |
| 2.2 – <i>O Araripe</i> e suas normas civilizadoras .....   | 75  |
| 2.3 – A agricultura para civilizar, o negro para trabalhar: civilização e escravidão no <i>O Araripe</i> ..... | 88  |
| <br>   |     |
| <b>3 – A escravidão presente no jornal <i>O Araripe</i>.</b>   |     |
| 3.1 – Liberais em defesa da propriedade cativa.....  | 99  |
| 3.2 – Negociando escravos nos anúncios do <i>O Araripe</i> .....   | 104 |
| 3.3 – “Vida de Peteca”: o negro re-escravizado é noticiado no <i>O Araripe</i> .....                           | 120 |
| <br>   |     |
| Considerações Finais.....  | 135 |
| <br>   |     |
| Fontes.....  | 139 |
| <br>   |     |
| Referências Bibliográficas.....  | 140 |

## INTRODUÇÃO

Analisar a atuação e o discurso liberais no Brasil nos faz retroceder aos ideais da Revolução Francesa e da Independência Americana e nos leva a apreciar o papel que as ideologias destes movimentos exerceram na construção do Estado brasileiro durante o século XIX. Remete-nos ainda a perceber através dessa análise, os sentidos que tais movimentos tiveram para os brasileiros, uma vez que aqui os ideais divulgados na França e na América do Norte, exerceram uma conotação diferente.

Desse modo, devemos entender que o processo de assimilação das idéias revolucionárias sofreu ajustes quando entraram em confronto com a realidade brasileira, tornando válido destacar que a “nossa” ideologia liberal se deu em um quadro econômico, político e social diferente daquele encontrado na Europa e na América do Norte. Nestes lugares, os princípios liberais representaram fortes interesses para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Contudo, no Brasil – mesmo com a proclamação da Independência em 1822 – não presenciamos uma revolução industrial e muito menos o surgimento de um grupo capitalista interessado em promovê-la durante o século XIX, já que “entre nós, os ideais liberais não surgiram como um programa modernizador do conjunto das forças sociais”<sup>1</sup>. Estes tinham um significado mais restrito, já que a maioria da população, analfabeta, não chegava a tomar conhecimento das novas doutrinas. No Brasil, aderiu às idéias liberais uma população ínfima, que em sua maioria era letrada e que pretendia “modernizar e reformar o arcabouço político e administrativo do país”<sup>2</sup> – proclamando entre nós uma República – sem comprometer os moldes econômicos e sociais coloniais.

---

<sup>1</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda. 2005. p.128.

<sup>2</sup> Idem. *Ibidem*.

Apesar das tentativas de repressão por parte da elite conservadora existente em nosso país para se combater as novas ideologias advindas da Europa e da América, surgiram sublevações em que os rebeldes buscavam inspiração nas constituições revolucionárias.

Estas sublevações estiveram presentes antes e depois da nossa emancipação política e, apesar de apresentarem uma ideologia vaga se comparada com os princípios franceses e americanos, desempenharam um papel relevante na articulação das idéias liberais diante da conjuntura brasileira. Assim, destacamos os movimentos da Inconfidência Mineira (1789), da Conjuração Baiana (1798), da Revolução Pernambucana (1817) e da Confederação do Equador (1824), entre outros.

Tais revoluções tiveram por princípio a separação da colônia com a metrópole, para que os nativos pudessem comerciar livremente sem intervenção da Coroa portuguesa, sendo necessário proclamar em nosso país uma República. Contudo, em nenhum momento tais rebeliões referiram-se à abolição da escravidão, instituição existente no Brasil há mais de três séculos, constituindo esta o limite do liberalismo no nosso país, fazendo prevalecer entre os liberais a opinião daqueles que se faziam contrários à abolição dos cativos, revelando entre os revolucionários, com exceção de poucos, um comportamento “elitista, racista e escravocrata”<sup>3</sup>.

O liberalismo brasileiro, embora calcado no europeu, tinha seus limites e mostrava sua “faceta mais conservadora, moderada, tentando uma adaptação à realidade brasileira”<sup>4</sup>. Destarte, a escravidão era vista como um mal necessário<sup>5</sup> e o braço escravo

---

<sup>3</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 32.

<sup>4</sup> NEDER, Gislene. **Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. p. 12.

<sup>5</sup> De acordo com o historiador Robert Conrad, no Brasil o escravo “era de extraordinária importância econômica e social”, pois ele representava o trabalho, “origem de toda a riqueza” do país. Desse modo, “os brasileiros estavam convencidos [...] da necessidade de manter a escravatura”, mesmo em áreas onde não havia produção para a exportação. CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850 – 1888**. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 39.

como sendo insubstituível e neste aspecto, apelava-se para o direito de propriedade, buscando fundamentos na própria ideologia liberal que defendia o respeito da inviolabilidade da propriedade privada.

Mesmo com o fim do tráfico em 1850 e com novos argumentos apresentados para a abolição da escravidão no Brasil, a defesa do escravismo permaneceu forte até a década de 1870, embasando principalmente a luta dos proprietários rurais interessados na manutenção do trabalho escravo.

Desse modo, a idéia de revolução e de liberalismo constituída no Brasil esbarrava sempre no receio de uma revolta escravocrata, fato a se temer já que o número de negros livres e escravos superava o número de brancos. Isso fez com que a elite liberal repelisse as formas mais democráticas de governo. Segundo Emília Viotti da Costa<sup>6</sup>,

dentro dessas condições soariam falsos e vazios os manifestos em favor das fórmulas representativas de governo, os discursos afirmando a soberania do povo, pregando igualdade e a liberdade como direitos inalienáveis e imprescindíveis do homem, quando na realidade, se pretendia manter escravizada boa parte da população e alienada da vida política outra parte.<sup>7</sup>

Os discursos propagados por esses liberais talvez não soassem “falsos” – uma vez que estes sabiam que as estruturas propostas serviriam mais a eles do que ao restante da população que se encontrava alheia e marginalizada dos principais acontecimentos ocorridos no país – mas, de fato, vazios em sua essência, se levarmos em consideração o que propunham as bases ideológicas. Desse modo, observamos as ambigüidades do liberalismo brasileiro, que ao mesmo tempo em que sugeria “reformas sociais democráticas”, repelia desse processo a maior parte da população, negando-lhes a liberdade e a igualdade.

---

<sup>6</sup> Diante da parca produção historiográfica acerca da ideologia liberal no Brasil e do comportamento destes frente a escravidão, esta autora nos deu subsídios para entendermos um pouco da dinâmica da formação do pensamento do Partido Liberal brasileiro. É, portanto, uma das autoras a qual citaremos quando necessário, para “ilustrarmos” o nosso trabalho.

<sup>7</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op.cit. p.33

De acordo com a historiografia, os contatos com as ideologias e movimentos revolucionários europeus se refletiram no Brasil a partir de jovens estudantes que voltavam da Europa imbuídos das novas idéias e através de periódicos trazidos por comerciantes<sup>8</sup> ou contrabandistas estrangeiros, que os fizeram entrar de início em alguns núcleos litorâneos, espalhando-se em seguida para as elites descontentes do interior do país. Contudo, muitos lutaram por um liberalismo econômico e social moderado, já que em sua maioria eram filhos de uma elite brasileira<sup>9</sup> interessada “na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade”<sup>10</sup>.

Durante o processo de conhecimento e adaptação do liberalismo no Brasil, os liberais participaram de sociedades secretas como a maçonaria, fundaram associações e jornais que ajudaram na divulgação e na conquista de adeptos aos seus interesses – que aos poucos se espalharam para locais e pessoas que dificilmente teriam acesso às tendências liberais, se não por meio da imprensa – e que hoje, nos permite através dos periódicos, analisar e reconstituir os desejos, as tendências e reivindicações da época, nos evidenciando os interesses do grupo liberal, que imprimiram naquele espaço suas representações, sua “realidade”.

A circulação de tais interesses e idéias liberais – que pouco a pouco se encetavam no nosso país, agitando a sociedade no século XIX – ocorreu no Ceará com a

---

<sup>8</sup> Os comerciantes brasileiros, em sua maioria, fascinaram-se com tais ideologias, uma vez que estes se encontravam “descontentes com os monopólios e as restrições impostas pela metrópole portuguesa” estando desejosos de comerciar diretamente com os ingleses. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op. Cit. p.129.

<sup>9</sup> Segundo Emília Viotti, essa elite estava composta por “fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação” e interessados na manutenção das estruturas tradicionais já existentes no nosso país. COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 11. Não podemos esquecer que a formação da elite brasileira teve origem a partir da portuguesa, que teve como uma de suas políticas “reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança”, daí a homogeneidade ideológica pela permanência das estruturas sociais vigentes no Brasil. Ver CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: 2. ed. Editora UFRJ, 1996. p. 33.

<sup>10</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 11.

veiculação dos “primeiros jornais pernambucanos, a partir de 1821, os quais contaram com leitores principalmente do Cariri, então mais relacionado com Recife do que com Fortaleza”<sup>11</sup>, sendo também estes leitores participantes ativos nas revoluções desencadeadas na capital pernambucana, levando ao Cariri, e mais especificamente ao Crato, as ideologias liberais da época. A partir deste momento, surgiram também os primeiros periódicos cearenses, fazendo com que nesta Província se desenvolvessem diversas tipografias<sup>12</sup>.

No entanto, é somente a partir da segunda metade do século XIX que a imprensa cearense consegue uma maior estabilidade, uma vez que nesse período, com a maioridade de D. Pedro II efetivada, a situação política do Império se normalizou, a partir da alteração no poder dos partidos Conservador e Liberal, que para apresentar suas idéias e projetos fundaram suas tipografias e periódicos<sup>13</sup>.

Entre as publicações de maior destaque na Província cearense, citamos o jornal *Pedro II* (1840 – 1889), do Partido Conservador e *O Cearense* (1846 – 1891), do Partido Liberal, ambos editados e publicados na capital, Fortaleza, mas que tinham grande circulação por todo Ceará atingindo lugares interioranos, onde muitos dos seus assinantes os recebiam semanalmente através de correspondentes da capital. Tais jornais

---

<sup>11</sup> NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: Edições NUDOC. Departamento de História – UFC, 2006, p. 51. Torna-se válido destacar que geograficamente, encontra-se o Cariri mais próximo de Pernambuco do que da capital cearense e que durante muito tempo permaneceu o Ceará sob a jurisdição de Pernambuco, estreitando ainda mais os contatos entre pernambucanos e caririenses. Em consequência dessa aproximação, os acontecimentos políticos pernambucanos – entre eles destacamos a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, em 1824, as quais abordaremos no transcorrer da nossa escrita dissertativa – tiveram grande repercussão na cidade do Crato pelo fato que as idéias que moveram os referidos fatos foram divulgadas pelos filhos de membros da elite caririense que estudavam nos colégios e seminários de Recife e Olinda. Tais idéias repercutiram mais intensamente no Crato, em Jardim, em Lavras e no Icó, antes de atingir as vilas do litoral cearense.

<sup>12</sup> Sobre os primeiros impressos originados no Ceará, ver NOBRE, Geraldo. Op. cit.

<sup>13</sup> Desde então passaram a ser expostas ao público às dissidências entre liberais e conservadores. Segundo Emília Viotti da Costa, estes partidos eram porta vozes de grupos sociais bastante semelhantes, tornando uma filiação partidária “mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia”, fazendo com que as lutas políticas se configurassem muito mais como lutas entre facções familiares de prestígio, ficando ali expressos os desejos e desavenças ocorridas muito mais por questões pessoais que coletivas. COSTA, Emília Viotti da. Op.cit. pág. 163.

representavam, na maioria das vezes, um dos vínculos “que ligavam esses homens às questões discutidas nos círculos políticos e intelectuais da capital da província.”<sup>14</sup>

Uma vez estabelecida a imprensa partidária no Ceará, a partir do decênio de 1850, o jornalismo nesta província apresentou-se em franco desenvolvimento, fazendo surgir também no interior a publicação dos primeiros impressos.

Entre eles estava *O Araripe*<sup>15</sup> (1855 – 1865), jornal liberal de grande notoriedade, redigido e publicado pelo político e jornalista João Brígido dos Santos<sup>16</sup> – “considerado até hoje, uma das maiores expressões da referida atividade no Brasil, superando qualquer outro cearense”<sup>17</sup>. Mesmo antes de iniciar a publicação do referido jornal, Brígido era um dos correspondentes e autores de artigos impressos pelos jornais liberais de Fortaleza, sendo estes o *Sete de Setembro*, o *Juíz do Povo* e *O Cearense*, onde escrevia com notoriedade e assiduidade seus discursos políticos, utilizando a

---

<sup>14</sup> SILVA, Sonia Maria de Meneses. Nação de papel: o jornal como possibilidade de investigação histórica na problemática da construção nacional no século XIX. In: FREITAS, Antonio de Pádua Santiago de; BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto; DAMASCENO, Francisco José Gomes. (Org.). **Pesquisa Histórica: Fontes e Trajetórias**. Fortaleza: Ed. UECE, 2008, pág. 18.

<sup>15</sup> Consta destacar que o contato com *O Araripe* aconteceu durante o curso de especialização em *História Social* o qual participei através da Universidade Regional do Cariri - URCA. Neste, tive acesso à obra de Gilberto Freyre, “*O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*”, cuja leitura me instigou a pesquisar sobre os anúncios de escravos publicados pelos jornais que circularam no Cariri e como estes se apropriaram do tema. Contudo, ao observar a carência de periódicos na região que abordasse à intenção da pesquisa, me desloquei à Biblioteca Pública Menezes Pimentel, localizada na cidade de Fortaleza. Nesta pude ter acesso a coleção do jornal *O Araripe*, através dos microfilmes separados nos rolos 51, 52 e 53, repletos de informações sobre o que desejava pesquisar. Ao perceber a riqueza de informações que o periódico continha sobre a escravidão, resolvi ampliar meu objeto de estudo e passei a analisar não apenas os anúncios, mas também as notícias e artigos publicados acerca do tema. Desse modo, notei que o jornal poderia me servir de mote e subsidiar o desenvolvimento do meu projeto de mestrado. Assim, ao ingressar no MAHIS - Mestrado Acadêmico em História - amparada às conversas com meu orientador e posteriormente, às considerações feitas durante o “exame de qualificação”, pensamos que o jornal não poderia ser dispensado enquanto objeto de pesquisa, por frequentemente registrar fatos relevantes da nossa história os quais serão apresentados e discutidos nesta dissertação.

<sup>16</sup> João Brígido nasceu na Província do Rio de Janeiro e depois veio morar no Ceará onde exerceu atividade de jornalista, de político, cronista e historiador. Este era participante e porta voz ativo do grupo liberal provincial e cratense, onde fundou e dirigiu *O Araripe*. Foi também um dos responsáveis pelos primeiros estudos e publicações a respeito da História do Ceará, que lhe rendeu livros como: *Apointamentos para a história do Cariri* – textos que eram publicados no *O Araripe* e posteriormente virara livro, em 1888 – *Miscelânea histórica*, em 1889, *O Ceará - lado cômico*, em 1899 e *Ceará - Homens e fatos*, em 1919.

<sup>17</sup> NOBRE, Geraldo. Op. Cit. pág. 93.

imprensa como um meio de divulgação de suas campanhas políticas, já que posteriormente, seguiu carreira como deputado, senador e advogado<sup>18</sup>.

Através do *O Araripe*, ele também escreveu e publicou documentos e apontamentos sobre fatos do passado, artigos sobre os homens e os episódios ocorridos na zona meridional do Ceará, destacando também notícias relacionadas a outros países, à província cearense, às demais províncias e cidades vizinhas, bem como sobre os projetos e ideais liberais.

Marcando presença em diversos jornais, Brígido em 1919, no seu livro Ceará (Homens e fatos), justifica a influência da imprensa na vida social como uma

válvula para se reparar, sem violência, os abusos das autoridades, os atos contrários ao interesse público e os desentendimentos de caráter pessoal. Os jornais, segundo Brígido, ofereciam solo fértil para o processo de conquista e colonização do território e formação da sociedade cearense, parceiros alternativos para as lutas eleitorais<sup>19</sup>.

E sobre tais “lutas eleitorais” e a vida política desenvolvida no Crato, João Brígido, através do *O Araripe*, nos fornece elementos sobre as rixas, as discussões e os discursos idealizadores dos liberais caririenses da época, comentando também as lutas entre conservadores e liberais com ironia e sarcasmo. Para Irineu Pinheiro, ninguém como ele em longa existência, desde os tempos do Crato até os de Fortaleza, “soube melhor ferir o adversário em seus pontos frágeis, ou elogiar o amigo, lisonjeando o que mais este prezava”.<sup>20</sup>

O surgimento do hebdomadário ocorreu em uma época de mudanças e transformações, considerando que o universo social brasileiro, nesse momento, se apresentava como um rico campo de tensões, colocando em pauta discursos

<sup>18</sup> Na política, iniciou carreira em 1864, elegendo-se deputado provincial. Consequentemente ocupou os cargos de deputado geral (1878-1881), senador do Ceará (1892) e deputado estadual (1893-1894).

<sup>19</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A Imprensa em Pauta**. *Jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Coleção Outras Histórias. Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 44.

<sup>20</sup> PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes. Fortaleza: 1950 – Ceará. p. 177.

relacionados à construção de uma nacionalidade, da moralidade, da formação de um Estado brasileiro consolidado e da civilização de seu povo.

Assim, destaca-se o Crato como possuidor de uma das mais ricas tradições jornalísticas do Ceará<sup>21</sup>, que sobrepujando as dificuldades existentes na época, conseguiu manter folhas em circulação durante anos. Estes periódicos representavam principalmente os ideais e interesses específicos de grupos e famílias da elite da cidade, formada por produtores agrícolas e comerciantes. Essa relação entre imprensa e elite social nos faz perceber também o papel dos jornais “enquanto instituição de controle social, servindo à própria estrutura de poder e agindo como veículo de manutenção da ordem vigente”.<sup>22</sup>

O desenvolvimento da imprensa local representado pelo *O Araripe* promoveu mudanças para a cidade e para a sua população através da introdução de discursos liberais e progressistas, posturas e disciplinas que procuravam induzir os habitantes cratenses a construir uma sociedade civilizada, alinhada conforme os moldes das principais cidades brasileiras, servindo estas como “modelo” de lugares civilizados.

Pretendemos, portanto, neste estudo refletir sobre as representações construídas e divulgadas pela imprensa liberal cratense através do jornal *O Araripe*, que trazia em seu bojo o “desejo de civilizar” a região caririense. Este órgão pertencente ao Partido Liberal, circulou na cidade do Crato<sup>23</sup> entre os anos de 1855 a 1864. Desse

---

<sup>21</sup> Alguns desses periódicos foram políticos, como *O Araripe* (1855 – 1865) e a *Gazeta do Cariri* (1860 – 1864), sendo este “conservador” e aquele “liberal”; outros foram religiosos, como *A Voz da Religião do Cariri* (1868 – 1872). Outros literários, críticos e humorísticos, como o *Girumba* (1902) e o *Cratense* (1859). Ver PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes.** p. 173 a 186. Nesta obra o autor faz um levantamento dos principais jornais que circularam na cidade do Crato a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX.

<sup>22</sup> BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000.** Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 17.

<sup>23</sup> O Crato era considerado nesta época, o lugar mais desenvolvido e habitado do Cariri Cearense, “sendo este composto, por 26 municípios e se dividindo em quatro micro-regiões: Cariri (mais conhecida por Vale do Cariri), Chapada do Araripe, Sertão do Cariri e micro-região Serrana de Caririáçu. A primeira abrange os municípios do Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Jardim. A segunda, os municípios de Araripe, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi e Santana do Cariri; a terceira abrange os municípios de Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Milagres, Mauriti, Penaforte e Porteiras; e a

modo, nosso recorte temporal compreende a igual período por fazer referência ao tempo em que o jornal foi veiculado pelo Cariri e lugares limítrofes, constituindo também este momento como sendo de “conciliação”<sup>24</sup> política entre liberais e conservadores.

Os editores e redatores do *O Araripe*, representados principalmente pela pessoa de João Brígido, eram homens letrados, que desempenhavam atividades econômicas e sociais diversas e se encontravam ligados a uma vida política ativa, discursando no jornal principalmente sobre tal assunto. Atrelada a esta temática, acompanhavam também os discursos sobre a necessidade de civilizar a sociedade cratense, buscar e preparar trabalhadores que se dispusessem a desenvolver economicamente o território, para que assim, pudessem impulsionar o projeto de criação da Província do Cariri, há muito tempo desejado pelos liberais.

Como indicativo dos interesses daqueles que compunham parte da elite liberal<sup>25</sup> cratense e faziam *O Araripe*, podemos mencionar as publicações em prol do progresso e desenvolvimento da região<sup>26</sup>, a fundação de escolas e a construção de estradas que facilitassem a comunicação entre o interior e o litoral, a intensificação da

---

quarta os municípios de Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Caririáçu, Farias Brito, Granjeiro e Várzea Alegre”. CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2000. p.11.

<sup>24</sup> Através da política de “conciliação”, o governo procurou “amenizar” as paixões partidárias entre liberais e conservadores. Foi neste período que surgiu a voz recorrente de que “nada parecia mais com um liberal do que um conservador”, tendo em vista que para muitos, algumas ideologias e ações dos partidos “mesclavam-se”. No entanto, vale ressaltar que *O Araripe* apresentava-se contrário a “conciliação”, apontando constantemente, através de seus artigos, os “males” que esta causaria ao Brasil, pois, segundo o jornal, a vida política do país estaria condenada a um marasmo. Tal política será discutida com mais veemência nas páginas seguintes da nossa dissertação.

<sup>25</sup> Percebemos que esta era formada por membros da área urbana (comerciantes, militares, profissionais liberais, etc) aliados ao grupo rural (donos de terra, engenho, etc). Conforme José Murilo de Carvalho, “dentro do Partido Liberal, as posições doutrinárias do liberalismo clássico eram representadas no início pelos padres e mais tarde [...] pelos profissionais liberais e uns poucos industriais. Mas ao lado deste grupo, que crescia com o passar do tempo, estava outro, no início mais poderoso, de proprietários rurais”. CARVALHO, José Murilo de. Op.cit. p. 192.

<sup>26</sup> Nesta dissertação, a noção de região antes de remeter a um recorte espacial geográfico, se encontra relacionada a uma “categoria que expressa uma especificidade, uma singularidade [que pode ser étnica, econômica, climática, topográfica, cultural, etc.] dentro de uma totalidade: assim região configura um espaço particular, dentro de uma determinada organização social mais ampla [como as províncias e o país, no Brasil do século XIX], com a qual se articula”. AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos Antonio da. **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 8.

agricultura para a região, bem como campanhas de higienização do espaço público, a fim de aparentar uma boa impressão aos visitantes que ali chegassem como também difundir os “benefícios” que o Partido Liberal buscava para o referido lugar. Afinal, o jornal era um excelente meio de propagar o partido e alavancá-lo em relação ao opositor.

Dentro desse contexto, os liberais procuravam submeter os leitores e a sociedade a uma ordem moralizadora e de “bons costumes”, estimulando “um sentimento de pertencimento a uma comunidade maior”<sup>27</sup>. Apresentavam argumentos para que a população percebesse que o Cariri era um lugar que possuía um potencial de desenvolvimento mais acentuado do que os demais lugares interioranos do país e, por isso, constantemente encontramos no *O Araripe* a tentativa de convencimento às autoridades e a sociedade em geral da possibilidade de criação de uma nova província.

Apesar de observar que este órgão expressava as aspirações da elite liberal, notamos também que o mesmo, frequentemente demonstrava o desejo de dar continuidade às velhas instituições patriarcais já presentes em nossa sociedade, resistindo assim às mudanças do tempo. Como exemplo disso, citamos a instituição escravocrata que então existia e que era um dos assuntos recorrentes nas páginas do *O Araripe*.

Encontramos constantemente no periódico, anúncios de compra, venda e fugas de escravos, em que senhores e comerciantes iam às páginas do jornal em busca de fazer negócios ou descobrir o “paradeiro” dos negros foragidos, tendo em vista a pouca escravaria existente ali e a necessidade de mão-de-obra que se fazia constante para o desenvolvimento da produção local, já que havia dificuldades em conseguir

---

<sup>27</sup> SILVA, Sonia Maria de Meneses. Op.cit. p.15.

trabalhadores livres, sendo esta classificada pelo jornal como “ociosa”. Este será um dos assuntos que trataremos com mais afinco no transcorrer do presente estudo.

Ao se apresentar como um meio divulgador de opinião sobre os mais variados assuntos e ao reunir as ideologias e os interesses específicos de um determinado grupo social – no caso, os liberais – vemos os jornais como formas de representações.

De acordo com Roger Chartier, as representações são formadas e determinadas pelos interesses dos grupos sociais, que apresentam nos espaços da sociedade sua visão de mundo<sup>28</sup>. Nesse sentido, notamos os jornais como produtos da sociedade, como objetos de posições e representações, feitas de acordo com os interesses de quem os escrevia; ou seja, ali estavam registrados os anseios de um determinado grupo social destinado a atingir e convencer seu público leitor.

Para Chartier, a noção de representação está baseada na correlação entre práticas sociais e representações. Através destas noções, é possível examinar os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, bem como os processos, normas e sistemas em que esta se encontra envolvida.

Na construção do nosso objeto, pensamos representações em conformidade com Roger Chartier, que propõe que se tome este conceito num sentido mais particular e historicamente mais determinado e diz que os objetos ali tratados resultam de duas ordens de razões:

A representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém.<sup>29</sup>

Assim, pensamos a partir das idéias de Chartier poder analisar o universo que compunha a imprensa liberal tendo como base o jornal *O Araripe* e as representações

---

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17.

<sup>29</sup> Ibid., p. 20.

expostas através deste sobre a política partidária, sobre os ideais de civilidade, bem como sobre a necessidade da manutenção da escravidão local como uma das alternativas de se obter mão-de-obra, fazer desenvolver a agricultura – considerada um dos meios de se atingir o progresso e a civilização local – e garantir o escravo enquanto propriedade privada.

Este é mais um fato que nos dá subsídios às inferências propostas por Chartier no sentido de perceber uma distinção entre aquilo que representa e aquilo que é ou está sendo representado por outra pessoa, nos fazendo entender os “jogos de poder” entre senhor e escravo através da imprensa cratense da segunda metade do século XIX.

A leitura deste autor nos beneficiou também quando pensamos nos “mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”<sup>30</sup>. Dessa forma, percebemos que as representações nunca são neutras e refletem as posturas que um determinado grupo de pessoas tem diante do mundo. Assim, vemos os jornais como lugares sociais, em que as opiniões, as condutas e posturas de uma determinada sociedade são expressas na tentativa de “convencer” o outro de seus argumentos.

Os estudos sobre as representações também nos deixam em alerta para o que está exposto nas páginas do periódico, a observar as falas e os lugares onde estão os sujeitos presentes naquele impresso atentando-nos a perceber a relação entre as representações e o espaço social dos construtores do *O Araripe*.

Na tentativa de recuperar a historicidade da construção do jornal, aos poucos fomos identificando nomes de pessoas que apareciam com frequência nos artigos, anúncios e notícias<sup>31</sup> encontrados no periódico. Boa parte dos textos quando assinados,

---

<sup>30</sup> Ibid., p. 17.

<sup>31</sup> Para a análise do jornal, classificamos como artigos, os textos que apresentavam um determinado tema, sendo ali expressas as opiniões e interpretações de quem os assinavam. Os anúncios e notícias expõem avisos, informações curtas, de um fato ou assunto. Os artigos, anúncios e notícias nos têm colocado diante

era por comerciantes, donos de engenhos da região, “intelectuais” (médicos, políticos, professores, etc) e clérigos. Aos poucos remontamos a rede de relações na qual situações ocorridas no Crato e fora dele foram vividas e posteriormente publicadas no *O Araripe*.

Assim, tornou-se possível perceber as subjetividades das pessoas que naquele espaço jornalístico imprimiam suas visões de mundo, emoções, motivações, necessidades sociais, idéias, modos de pensar e sentir; enfim, suas representações e práticas sociais.

Para analisamos as propostas liberais expostas no hebdomadário, pautadas nos ideais de civilização, ordem, moral e higienização dos espaços e dos corpos, utilizamos a obra de Norbert Elias, *O Processo Civilizador*<sup>32</sup>. Esta leitura nos fez pensar a civilização não apenas como um estado, mas como um processo, onde havia uma interferência do poder na ordenação da sociedade e dos costumes que representavam os desejos da “nova ordem social”<sup>33</sup> que se estabelecia.

Segundo Elias, pensar o processo civilizador é pensar também na transformação dos costumes, as mudanças da sociedade, os hábitos projetados no homem e a formação disciplinar do comportamento da cidade.

Esta obra nos ajudou a pensar a iniciativa dos liberais quanto ao processo civilizador que ocorreu no Crato em meados do século XIX. Nesse sentido, *O Araripe* assumiu a função de divulgar as idéias de civilização que vinham acompanhadas de

---

de cenas freqüentes do urbano. Somando-se a esse contexto, essas publicações nos transmitem também as experiências passadas do “viver em cidades”, revelando as lutas, as propostas e os projetos da sociedade, bem como seus desejos e anseios.

<sup>32</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma História dos Costumes. 2 v. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

<sup>33</sup> O processo civilizador teve início a partir da crise do feudalismo e do desenvolvimento das cidades, que ganhou destaque através da burguesia. Esta nova classe alterou a organização social vigente e através do seu poder econômico influenciou, embora timidamente, a organização do Estado, aproveitando-se do momento em que a nobreza se encontrava em processo de decadência.

mudanças na estrutura urbana e nos costumes dos habitantes, que deveriam, conforme o jornal, ser educados na idéia de civilidade.

No que se refere às reflexões sobre a imprensa e sua importância, nossa perspectiva se alinha a de Maria Helena Capelato, que nos seus estudos sobre a imprensa do Brasil nos apresenta o jornal como documento, discutindo sua historicidade e manifestações em diferentes momentos. Embora a autora afirme que a “grande imprensa é e sempre foi porta-voz das elites”<sup>34</sup> e que nem sempre permite que as reivindicações das minorias sejam veiculadas, podemos verificar nos estudos históricos a presença de outros tipos de imprensa que expressaram projetos e posicionamentos dos grupos minoritários. O nosso ofício de historiador nos fez entender que ao estudarmos a imprensa devemos questionar sua imagem, muitas vezes apresentada como “espelho fiel da realidade”<sup>35</sup>.

As idéias apresentadas por esta autora nos fazem perceber a importância do *O Araripe*, revelador de aspectos significativos do passado de nossos antecessores, inclusive suas lutas políticas e sociais, seus ideais e interesses, permitindo-nos perceber como viveram não só as pessoas mais “distintas” do local, mas também os sujeitos anônimos, como os escravos que ali estavam representados. As inferências desta autora também mostram as origens da imprensa no Brasil<sup>36</sup>, suas mudanças e transformações ocorridas ao longo do tempo e especialmente o momento político, econômico e social análogos ao período em que *O Araripe* surgiu.

No que se refere à origem e catalogação dos principais periódicos produzidos e publicados no Ceará durante o século XIX, inclusive no Cariri – que teve a maioria dos

---

<sup>34</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 1988, p. 10.

<sup>35</sup> CAPELATO, Maria Helena. Op.cit. p. 22.

<sup>36</sup> Para um maior aprofundamento sobre a História da imprensa no Brasil, é interessante ver também SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª edição, Rio de Janeiro: Mauad, 1999, cujo texto traz à tona os principais órgãos da imprensa brasileira que registraram a história do nosso país, bem como as mudanças ocorridas na imprensa ao longo do tempo.

jornais originados na cidade do Crato<sup>37</sup>, palco de disputas políticas, de ideais progressistas e civilizadores – analisamos as obras de Geraldo Nobre<sup>38</sup> e F.S. Nascimento<sup>39</sup>. Através destas leituras podemos perceber os demais impressos que circularam paralelamente ao *O Araripe*, bem como verificamos a evolução do jornalismo cearense, seus desafios e conquistas.

No caso específico de *Introdução à História do Jornalismo Cearense*, foi possível avaliar o surgimento de uma imprensa partidária constituída no Ceará, em que liberais e conservadores disputavam os prelos da capital e do interior em busca de uma maior propagação das suas idéias, a fim de convencer o público de suas propostas.

Complementando o estudo sobre a imprensa liberal e conservadora que aqui se instalou, as apreciações de Ana Carla Sabino Fernandes possibilitaram um maior entendimento sobre esta temática. Este trabalho foi significativo para a nossa pesquisa por mostrar como tomou forma no Ceará a imprensa partidária, os discursos liberais e conservadores que ocuparam as páginas dos principais jornais da capital – *O Cearense*, *Pedro II* e *Constituição*. Sendo o primeiro liberal e os dois últimos conservadores.

Para melhor compreendermos a formação da ideologia liberal e propagação desta no Brasil, através da imprensa do século XIX, destacamos as obras da Emilia Viotti da Costa, *Da Monarquia à República*<sup>40</sup> e *A Abolição*<sup>41</sup> e a obra da Gislene Neder

---

<sup>37</sup> Cabe lembrar que além do *O Araripe*, vários foram os periódicos publicados no Crato na segunda metade do século XIX, entre eles podemos citar: *O Cratense* (1859), *A Caipora* (1860), *Gazeta do Cariri* (1860), *A Glosa* (1860), *A Camphora* (1862), *A Lyra* (1863), *O Tamborim* (1863), *Omnibus* (1867), *União* (1868), *A Voz da Religião no Cariri* (1868), *Infância* (1869) *A Liberdade* (1876), *Echo do Cariry* e *o Ephoca* (1877), *Cariry* (1884), *Vanguarda*, *O Gênio* e *O Porvir* (1887), *O Cratense*, *O Grilo* e *O Gremio* (1890), entre outros. NASCIMENTO, F.S. **Crato: lampejos políticos e culturais**. Fortaleza: Edições UFC, 1998, p.122-146. Alguns desses jornais ainda podem ser encontrados microfilmados na Biblioteca Pública Menezes Pimentel, em Fortaleza e outros na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>38</sup> Ver NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Edições NUDOC. Departamento de História – UFC. Fortaleza, 2006.

<sup>39</sup> Ver NASCIMENTO, F.S. Idem. *Ibidem*.

<sup>40</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. momentos decisivos. 5ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987.

<sup>41</sup> IDEM, **A Abolição**. História Popular; nº 10. 7ª edição. Editora Global. São Paulo. 2001.

sobre *Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil*<sup>42</sup>. Estas leituras foram de importância fundamental pelo fato de que através delas podemos perceber todo o discurso político produzido e difundido no nosso país e com ele as (con)tradições existentes entre liberais e conservadores, partidos políticos em pauta durante o século XIX, bem como percebemos de que maneira estavam “montadas” as estruturas socioeconômicas da sociedade brasileira.

As obras de Emilia Viotti da Costa nos deram subsídios para entender os passos dados para a formação dos partidos liberal e conservador e as ideologias que os homogeneizavam, mas que também os “distinguiam”. Foram leituras válidas para a nossa dissertação porque com tais obras acompanhamos as experiências realizadas pelos liberais brasileiros na busca de criar elementos essenciais para a ocorrência da nossa emancipação e na compreensão do pensamento liberal no que concerne à estrutura escravista vigente no Brasil durante os últimos anos do século XIX.

Em *A Abolição*, Emilia Viotti destaca com maior afinco essa temática, apresentando-nos os momentos decisivos para o extermínio do sistema escravocrata no país, as principais leis e os projetos criados para este fim, ressaltando também a ação do liberalismo frente à escravidão. Esta obra forneceu um excelente arcabouço para a nossa pesquisa por ter revelado a dinâmica do processo abolicionista brasileiro, bem como a atuação dos partidos liberal e conservador neste momento.

Ainda neste campo de discussões, em *Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil*, Gislene Neder faz uma análise do discurso político-ideológico sobre as formas de utilização da mão-de-obra no Brasil na segunda metade do século XIX. Assim, podemos conhecer mais profundamente as articulações de discurso acerca da realidade brasileira, que ao mesmo tempo apontava no sentido da construção da

---

<sup>42</sup> NEDER, Gislene. **Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

nação e da cidadania e procurava manter, através da ideologia liberal que defendia a propriedade individual, o direito de escravizar.

Para melhor analisarmos a atuação e o discurso do Partido Liberal na segunda metade do século XIX não podíamos nos abster de compreender o perfil das elites políticas brasileiras desse período. Para isso, recorremos a obra de Maria Odila Leite da Silva Dias, *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*<sup>43</sup> e *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*<sup>44</sup>, de José Murilo de Carvalho.

Este autor, nos permitiu entender todo o processo de constituição da elite brasileira, que herdara características marcantes da elite portuguesa, “criatura e criadora do Estado absolutista”<sup>45</sup>. Desse modo, podemos perceber os laços coloniais que ainda se faziam sentir na sociedade imperial do Brasil, em que a elite procurava manter a ordem e as instituições advindas desse primeiro período da nossa história. Assim foi possível perceber que a elite que compunha o Cariri, e conseqüentemente a cidade do Crato, também fez parte desse legado social arraigado no Brasil, nos possibilitando melhor compreensão das representações expostas no *O Araripe* feitas por aquele grupo de pessoas.

Maria Odila Leite da Silva Dias nos permitiu dar continuidade aos estudos sobre a elite dirigente do nosso país durante o processo de construção do Estado brasileiro, em que estas implementaram o seu projeto de nacionalidade, civilidade e moralidade. Com esta obra, foi possível refletir sobre as transformações ocorridas na composição ideológica do Partido Liberal brasileiro, que no início fez-se mais radical – o que nos remete e nos faz compreender as revoluções desencadeadas no Cariri e mais

---

<sup>43</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. Ed. Alameda. São Paulo 2005.

<sup>44</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p.33.

precisamente no Crato em 1817 e 1824, abordadas com mais afinco no primeiro capítulo – e posteriormente mais homogênea, junto ao Partido Conservador.

Referenciando a produção local, não poderíamos deixar de mencionar a obra de Antonia Otonite de Oliveira Cortez, que tem contribuído para um melhor entendimento da formação do processo civilizador calcado na região e mais enfaticamente na cidade do Crato, palco de “especialistas da produção cultural”<sup>46</sup>. Estes empreenderam desde a segunda metade do século XIX até o século XX um movimento de construção do Crato como “cidade da cultura”.

Desse modo, este trabalho nos fez compreender a lógica dessa produção cultural originada a partir de práticas sociais em que os liberais da época procuraram, por meio da criação de instituições, disciplinar e convencer a população local de que era necessário aplicar ali os “bons costumes” que chegavam mais facilmente às cidades litorâneas.

Assim, a partir das referidas obras com as quais dialogamos nesta pesquisa, procuramos colocar em pauta uma reflexão acerca das representações publicadas pela imprensa liberal, particularmente, do jornal *O Araripe*.

Diante da trajetória exposta, nossa dissertação está composta por três capítulos.

No primeiro, intitulado **A ideologia liberal no Cariri**, apresentaremos o Cariri cearense enquanto espaço geográfico e social, analisando em seguida como se deu a inserção do pensamento liberal nesta região e o seu desenvolvimento ao longo dos tempos, contextualizando com as idéias liberais vigentes no Brasil naquele momento. Apresentaremos ainda o surgimento da imprensa no Vale do Cariri, através do jornal *O Araripe*, como principal meio de divulgação das idéias liberais, onde estavam

---

<sup>46</sup> CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A Construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960)**. Dissertação de Mestrado em História Social. p.08.

representados os principais argumentos desse grupo na época em que se pretendia construir no país uma nacionalidade e civilidade mais apurada, sendo esta estendida até os rincões caririenses.

No segundo capítulo, **Os Sonhos Liberais: Anseios de um Projeto Civilizador**, analisaremos, de modo geral, o que era ser civilizado na visão dos correligionários liberais que apresentavam e representavam nos espaços do *O Araripe*, normas e condutas que “guiavam” a população a fim de que esta atingisse um apurado grau de civilidade. Para isto, incluíam ainda no seu projeto a idéia de criação de uma nova província para o Cariri, cuja capital seria o Crato, trazendo mais progresso e desenvolvimento local.

No terceiro capítulo, intitulado **A escravidão presente no jornal *O Araripe***, analisaremos as representações liberais frente ao sistema escravista, uma vez que este, naquele momento, encontrava-se não como indispensável, mas como uma das formas para dar continuidade ao projeto civilizador, tendo em vista a falta de mão-de-obra que grassava a região. Para a obtenção de cativos – mão-de-obra já rarefeita em toda a Província em decorrência do tráfico interprovincial e de outros fatores que serão expostos no decorrer deste capítulo – os liberais usavam os espaços do *O Araripe* e a tipografia do jornal, como locais de diálogos para comprar escravos e buscar notícias sobre aqueles que tivessem foragidos. Assim, percebemos a existência da escravidão no Cariri, “justificada” como um dos meios de assegurar a produção local, cujos rendimentos, propiciados a partir da agricultura, trariam lucros que “tornariam possíveis” os sonhos civilizadores dos liberais.

Portanto, convido você, leitor, a debruçar-se algum tempo sobre a janela da história, pervagar nos horizontes do passado caririense e assim, adentrar na nossa

análise sobre as representações impressas pelos correligionários do Partido Liberal do Vale do Cariri através do *O Araripe*.

● *ARARIPE é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observancia da Lei, e interesses locais. A redação so é responsável pelos seus artigos; todos os manuscritos, para serem publicados, deverão ser legalizados.*



O preço da assignatura é  
 Por um anno 4\$000  
 Por 6 meses somente 3\$000  
 O jornal sairá todos os sabbados.  
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 27 DE OUTUBRO DE 1855. RUA DA MATRIZ.  
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

# ARARIPE

## Capítulo 1

### As Reformas.

A historia do país não nos apresenta uma epocha em que os espiritos tendessem mais para uma harmonia e unidade de vistas na direcção politica do estado do que na actualidade: todos os partidos renunciarão as suas ideias, e voltaram para um só alvo, a felicidade publica.

Neste estado de calma e reflexão a que chegamos as opiniões pela marcha natural das cousas, pareciam prever, que por uma consequencia logica todos deviam comprehender-se da necessidade de muitas reformas importantes desde á muito reclamadas, e discutidas pela imprensa, e por assim dizer, aceites pelos nossos homens mais esclarecidos, pelos nossos estadistas mais distinctos. Todos e a fim reconheceram que era mister revolver o passado, retocar alguns de seus monumentos, e até destruir outros para reedificá-los de novo.

Esta convicção tinha por si uma experiencia dolorosa, porem cheia de lições profundas. Essas leis, essas reformas que foram confidenciaes em diversas epochas, são as phrases mais importantes das reacções, e das lutas extremas por que passamos. Imposições verdadeiras a que o destino das lutas sujeitava os partidos vencidos, é claro que ellas não podiam ter o cunho da prudencia.

Nesses grandes momentos de agitação politica, ha uma lei indeclinavel para os partidos, lei de guerra, lei que não admitta transacções, que procreve absolutamente toda e qualquer concessão razoavel. Os homens publicos com o prisma das paixões deante dos olhos, esquecem os verdadeiros interesses da patria e tratam de remover obstaculos: as opiniões se desviam do caminho que devem tomar do fim para que devem tender.

Chegam então os tempos de calma, os partidos discutem com prudencia, conhecem-se reciprocamente, e visam de longe o mesmo fim.

Devidido em dois partidos o Brasil nos apresenta o espectáculo das grandes lutas da historia; isto é, o presente sempre em luta com o passado, com a differença unica de que entre nós a luta só tem

pequena importancia pelo lado politico.

Assim pois todos os nossos desenvolvimentos mais importantes, todas as nossas manifestações mais energicas, tem sido exclusivamente debaixo do elemento democratico.

Assim pois todos os nossos desenvolvimentos mais importantes, todas as nossas manifestações mais energicas, tem sido exclusivamente debaixo do elemento democratico. Assim pois todos os nossos desenvolvimentos mais importantes, todas as nossas manifestações mais energicas, tem sido exclusivamente debaixo do elemento democratico. Assim pois todos os nossos desenvolvimentos mais importantes, todas as nossas manifestações mais energicas, tem sido exclusivamente debaixo do elemento democratico.

Senhor de todas as posições, seguro em suas conquistas, elle parecia imhível. Mas contra as ideias não há barreira nem obstaculo algum possivel.

O grande partido nacional que estivera sempre a frente do progresso, e que por algumas exagerações, fuz é confessa-lo, tinha enfraquecido, e cahido em um estado de descontinuação e torpor recobra as forças e felizmente em uma situação em que a experiencia lhe tinha ensinado a comprehender quaes as reformas possiveis e practicaveis. Reanima então de novo o espirito nacional, e nao obtate achar-se fora do poder, elle consegue popularizar a ideia de reformas, e conquistar em breve o consentimento dos homens mais notaveis da opinião conservadora.

No momento porem em que este resultado ha se tornando mais notavel, e tomando maiores proporções, cahia o ministerio Martins, que se nao era de todo opposto a tendencia reformista do partido, pouco ou nada poderia fazer por lhe faltar o prestigio e a necessaria força de vontade e accção.

Chamado então pela confiança da commo, o Sr. Paraná occupou um novo ministerio.

Estadista habil, espirito cheio do patriotismo de

### 1.1. A Inserção do Pensamento Liberal no Cariri.

Apresentar o Cariri é algo que “não remete apenas ao lugar geográfico, mas a seus significados”<sup>47</sup> sociais, econômicos, culturais e políticos, uma vez que podemos considerá-lo um lugar a parte, singular no interior do Nordeste<sup>48</sup> e mais especificamente no Ceará.

Esta região destacou-se desde cedo dos demais lugares interioranos e afastados do litoral por apresentar uma vegetação verde na maior parte do tempo, águas perenes e inúmeras fontes que jorram da imponente chapada do Araripe – de onde nasceram os importantes núcleos citadinos caririenses, entre eles a cidade do Crato, a qual enfatizaremos mais adiante.

A ocupação do Cariri não foi diferenciada dos demais lugares do sertão, pois esta região também foi desbravada pelos colonizadores a partir da expansão da pecuária, no século XVIII. De acordo com a bibliografia local<sup>49</sup>, os primeiros colonos da região foram basicamente pequenos criadores, agregados de famílias ricas vindas da Bahia.

---

<sup>47</sup> SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer**: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945 – 1980). Dissertação de mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2007. p.31.

<sup>48</sup> Cabe inserir que o termo “Nordeste” é criado somente a partir de 1919, para designar a área de atuação da IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca). “Neste discurso institucional, o Nordeste surge como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por esta razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante da área”. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 68.

Desse modo, o “Nordeste” surge para substituir a antiga divisão entre Norte e Sul do país e mesmo sendo um termo que surge após a publicação do *O Araripe*, resolvemos adotá-lo em nossa dissertação por hoje em dia, ser dessa forma identificado e reconhecido o referido lugar.

<sup>49</sup> Esta bibliografia foi composta por personagens “ilustres” da história caririense, que pertenceram às camadas sociais mais letradas de acordo com suas épocas de vivência e produção. Entre eles, podemos citar: João Brígido dos Santos, Irineu Pinheiro, José de Figueiredo Filho, entre outros dos quais falaremos e citaremos com maior detalhamento no decorrer dissertativo.

Graças aos seus recursos naturais, o Vale do Cariri passou a ser representado como um “oásis”<sup>50</sup>, ladeado por terras de zonas secas e estéreis. De acordo com Irineu Pinheiro<sup>51</sup> – em *O Cariri*, de 1950, seriam tais recursos que singularmente diferenciavam tal lugar dos sertões semi-áridos que o rodeavam e por este motivo não se diziam os nativos serem “sertanejos”.

Resultando dos recursos do Vale, veio a criação de animais e principalmente a agricultura, que durante o século XIX estava ainda calcada em práticas rudimentares, uma vez que a região se encontrava distante dos avanços tecnológicos, não permitindo uma produção em larga escala.

No dia 29 de fevereiro de 1856, o semanário *O Araripe* publicou em suas páginas artigos sobre a dificuldade que tinha o agricultor caririense em obter conhecimentos profissionais que o habilitassem “para subtrair-se ao jugo das velhas rotinas”<sup>52</sup> e fazer melhorar a quantidade e qualidade dos produtos agrícolas, fazendo-os corresponder a “estrema uberidade do solo”.<sup>53</sup>

Contudo, mesmo diante dos atrasos e das dificuldades apresentadas, havia ali uma preocupação por parte dos proprietários de terra – que viviam em seus espaços de produção, chamados de “sítios” – em conseguir desenvolver suas atividades.

---

<sup>50</sup> Naturalistas como Francisco Freire Alemão e George Gardner, ao visitar o Cariri referenciaram as belezas deste lugar com profunda admiração e êxtase. Ver ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza – Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. Durante o período em que se desejava civilizar a região tal representação foi reforçada pelos liberais e para isso *O Araripe*, constantemente publicava em seus números, artigos que exaltavam a geografia local. Desse modo, fez-se construir nos caririenses um envaidecimento pelas belezas naturais que o lugar apresenta, por suas nascentes, suas águas correntes, suas paisagens verdejantes, seus brejos e a fertilidade de seu solo, sendo dessa maneira que o povo caririense compreende a região onde mora.

<sup>51</sup> Irineu Pinheiro foi um médico notável na cidade do Crato, onde envolveu-se em campanhas higienistas em 1936, publicando folhetos e proferindo palestras. Foi Inspetor Federal, professor, presidente do Banco do Cariri, um dos fundadores do Rotary Club do Crato e do Instituto Cultural do Cariri. Escreveu três compêndios de História: *O Juazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914*, escrito em 1938, *O Cariri seu descobrimento - povoamento – costumes* (1950) e *Efemérides do Cariri* (obra póstuma, publicada em 1962, escrita em 1954).

<sup>52</sup> *O Araripe*, nº 35, 29 de fevereiro de 1856. p.01

<sup>53</sup> Idem. *Ibidem*.

Nos sítios, conviviam os donos da terra e seus trabalhadores escravos e livres, que em suas lidas procuravam aproveitar as potencialidades que o lugar tinha a oferecer, especialmente pela abundante presença de nascentes, que facilitavam a irrigação das lavouras, em especial a cana-de-açúcar, se sobressaindo dos demais cultivos agrícolas e da atividade pastoril que ali se desenvolveu.

No que diz respeito a esta atividade – conforme expandia-se cada vez mais o desenvolvimento agrícola, sobretudo a cana-de-açúcar – em 1854 os agricultores cratenses obtiveram uma vitória decisiva sobre os pecuaristas que ainda permaneciam naquele lugar, pois de acordo com a criação de uma lei municipal, os criadores de gado tinham que transferir seus rebanhos para “além dos campos férteis”<sup>54</sup>, favorecendo assim aos produtores de açúcar.

As contendas entre agricultores e pecuaristas estavam estampadas nas páginas do *O Araripe*, que constantemente mencionava o gado solto que prejudicava as plantações e dava conhecimento ao público e aos próprios vereadores de que a lei de proteção dada pela Câmara Municipal da cidade em nada tinha adiantado até aquele momento, “embora este rigoroso mandamento esteja selado com rigorosa multa”<sup>55</sup>. Apesar disso, os criadores permaneciam “surdos aos clamores da humanidade”<sup>56</sup>.

[...] Sim, é de meio de semelhante labirinto, que uma numerosa população em distancia de mais de cinco léguas nas falas do Araripe ocupadas no utilíssimo ramo da agricultura, vem nulificados seus incansáveis trabalhos pela invasão dos gados que, causam nas lavouras completa destruição cujo dano torna-se incalculável, ficando o infeliz agricultor na debilitada esperança de seu arrimo [...] A agricultura Srs, é como esta Câmara não pode ignorar, o ramo da indústria exclusivo deste município, e por certo aquele que merece mais proteção pela grande utilidade que presta não só aos habitantes dos municípios limítrofes, e dos que ficam mais distantes.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> DELLA CAVA. Ralph, **Milagre em Joazeiro**. 2ª edição. Trad. De Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 31.

<sup>55</sup> *O Araripe*, nº 12, 22 de setembro de 1855. p.01 e 02.

<sup>56</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>57</sup> Idem. *Ibidem*.

Era de maior interesse dos liberais investir mais no beneficiamento do açúcar do que na criação de gado, já que aquele traria mais lucros por conta da produção de rapadura, principal produto da região que era exportada para lugares como Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, fortalecendo os laços econômicos e políticos entre estas províncias e o Cariri. Foi neste lugar que surgiu a indústria canavieira cearense e conseqüentemente as centenas de engenhos associados a esta atividade. Assim, o Vale tornou-se conhecido como um lugar de produção e comercialização de rapadura, fazendo da agricultura o “ramo da indústria exclusiva” daquela região.<sup>58</sup>

Essa realidade econômica fundamentada no desenvolvimento da cultura canavieira se fez presente principalmente nas cidades de Barbalha, Jardim e Crato, que socialmente estava composta principalmente por agricultores e comerciantes vindos de famílias influentes.

Apesar da importância da cana-de-açúcar, que ocupava as áreas mais férteis da região, os sítios do Cariri não se detiveram somente nesta produção, caracterizando-se por apresentar uma cultura diversificada, na qual destacamos a farinha de mandioca – segundo produto mais produzido na região – o feijão, o milho e o arroz, bem como o cultivo de café e algodão – que desponta principalmente na economia caririense durante a década de 1860.

O diferencial climático que a região apresentava e as riquezas de seu solo contribuíram para a formação da estrutura social caririense. Segundo aponta Yacê Carleial, esses fatores não só beneficiaram àqueles que tinham recursos suficientes para se tornar proprietários de engenhos, de currais e de casas de farinha, como também aos “homens livres e sem posses que ali viam a possibilidade de morada e sustento”<sup>59</sup>, o que

---

<sup>58</sup> BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 360.

<sup>59</sup> SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. Op.cit. p. 38.

manteve constantemente fluxos migratórios para a região, aumentando a população deste lugar. Foi “graças à facilidade com que eram encontrados ali os meios de subsistência”<sup>60</sup> que segundo João Brígido, obteve sucesso o crescimento populacional do Cariri.

Assim, podemos concluir que as peculiaridades naturais apresentadas pela região funcionaram como um atrativo para os imigrantes. Um documento da Assembléia Legislativa do Ceará, de 1846, também falava sobre a disposição que o Cariri apresentava para o desenvolvimento agrícola, possível em todas as estações do ano, facilitando a produção de diversas plantas. Mais adiante, o referido documento justifica o prodigioso aumento populacional, que crescia diariamente, pois para ali corriam os imigrantes “acossados pelos flagelos de que se vêem perseguidos da fome e da miséria nos estéreis sertões em que habitavam”<sup>61</sup>.

Contudo, vale ressaltar que esse crescimento demográfico não significou melhores condições de vida para todos aqueles que ali chegaram, pois a maioria da população ainda permanecia pobre, marginalizada<sup>62</sup>.

Como decorrência desse intenso fluxo de pessoas que se dirigiram para esta terra, destacamos a miscigenação da população – resultando, além dos brancos, em cabras, caboclos, negros e mulatos<sup>63</sup> – e a transformação deste território, onde os

---

<sup>60</sup> BRIGIDO, João. Ceará. (Homens e Fatos). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. Apud SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. Op. cit. p.38.

<sup>61</sup> “Província dos Cariris-Novos – representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados”. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo VI. Fortaleza, 1892, p.224.

<sup>62</sup> Para este fato, ver ALEMÃO, Francisco Freire. Op.cit. p. 14.

<sup>63</sup> Torna-se válido destacar que o termo cabra podia designar os cativos provenientes de uma miscigenação, na qual apresentavam “uma tez mais escura que os outros, pois era mestiço de mulato com negro”. Entretanto, no Cariri, “os cabras compunham a camada de trabalhadores livres e pobres na virada do século XIX para o XX [...] Antes de 1884, porém, indivíduos desta categoria existentes no Cariri eram trabalhadores livres e pobres, mas também escravos”. Ver CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense. (1850 – 1884)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2008, p. 46-47.

povoados foram promovidos a vilas e estas em cidades, além da implementação de Comarcas nos núcleos mais povoados.

Diante do processo de ocupação, iniciado desde o século XVII, despontou em 1816 o Crato<sup>64</sup>, sendo elevado neste período a Sede de Comarca, a primeira após Fortaleza, destacando-se também como a mais populosa<sup>65</sup> e desenvolvida vila da região, fazendo-se representar a partir das “falas” do *O Araripe*, por suas belezas naturais, manifestações culturais, religiosas e políticas.

Sua projeção política em relação aos outros povoados da região pode ser explicada pelo sucesso das atividades agrícolas e comerciais desenvolvidas desde o início da sua colonização, bem como pelas relações que a cidade mantinha com os pernambucanos, que se encontravam geograficamente mais próximos do Vale e possuíam na época, um dos principais portos do Nordeste<sup>66</sup>. Segundo Ralph Della Cava,

Os laços com Recife foram de importância política crucial durante o primeiro quartel do século XIX. A cidade-porto era o foco de fermentação de movimentos nacionalistas e separatistas cujas ideologias e cujos programas políticos foram introduzidos no Vale do Cariri por muitos cratenses ilustres [...] Os líderes políticos da região eram demasiadamente radicais e, logo, caíram em desgraça com os conservadores que dominavam, cada vez mais a estrutura de poder altamente centralizada, do Império brasileiro recém-independente.<sup>67</sup>

Cabe destacar que no Brasil, de 1831 a 1848, o liberalismo radical permeou o país e os líderes revolucionários apresentavam as seguintes justificativas para suas

---

<sup>64</sup> Cabe destacar que o Crato torna-se cidade somente em 1853.

<sup>65</sup> De acordo com os dados estatísticos, em 1804 o Crato possuía 20.681 habitantes. Em 1813, as cidades de Crato e Jardim, juntas, abrigavam 32.822 habitantes. “A título de comparação, pode-se observar no mesmo recenseamento: 18.216 pessoas em Icó e Lavras, 15.218 em Sobral e apenas 12.810 habitantes em Fortaleza”. SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. Op.cit. p. 39. Observando os dados, podemos ter uma noção do significado e da importância que o Cariri – e o Crato, mais especificamente – tinha para aquelas pessoas que fugiam dos lugares mais séquidos do Ceará e buscavam a prosperidade econômica na região caririense. Passaram a dividir esse espaço homens influentes da economia da região – tais como senhores de engenho e comerciantes – da política e do clero, bem como homens livres pobres e escravos, que compunham a massa de trabalhadores e, conseqüentemente, a maior parte da população desta cidade.

<sup>66</sup> Vale destacar que Fortaleza não passava de uma “insignificante sede administrativa portuguesa da capitania geral do Ceará”. DELLA CAVA, Ralph. Op. cit. p.28.

<sup>67</sup> Idem. Ibidem.

rebeliões: desejavam a implantação do Federalismo, o sufrágio universal, a garantia dos direitos individuais, a abolição do Poder Moderador e a nacionalização do comércio, entre outros temas que constantemente apareciam nos discursos por eles propalados através da imprensa.

Contudo, de acordo com Emilia Viotti da Costa, a maioria dos revolucionários não agiu movida por razões ideológicas, mas por questões pragmáticas e particulares. Ainda segundo a autora, os reais motivos que espalharam as rebeliões no país no início do século XIX fizeram com que as elites regionais<sup>68</sup> protestassem “a perda de poder e a intromissão do governo central em suas comunidades”<sup>69</sup>, já que este designava as autoridades que iam atuar frente à essas elites, com o controle político e econômico, prejudicando o desenvolvimento local.

Desse modo, as linhas de conflitos entre as elites regionais e o governo central do Rio de Janeiro estavam constantemente armadas, fazendo com que este permanecesse em alerta constante “por um período de cerca de vinte anos a partir da abdicação de D. Pedro I”<sup>70</sup>, a fim de evitar as contendas conflituosas espalhadas pelo país.

Foi nesse momento de tensão política e movimentos sociais, que surgiram os partidos liberal e conservador, que em teoria tinham programas diferentes e pareciam

---

<sup>68</sup> Entendemos como elites regionais aquelas que atuavam em centros específicos do país, sendo estas detentoras de prestígio e de poder local, sendo também formadoras das oligarquias regionais. A elite brasileira, segundo José Murilo de Carvalho, teve uma formação ideologicamente homogênea devido ao seu “isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias”; ou seja, elas não pretendiam provocar grandes transformações sociais em seus centros - de modo que fossem prejudicadas política e economicamente - e procuravam manter todo o legado institucional e político deixado pela elite portuguesa, sua principal influenciadora. Praticamente toda a elite brasileira do século XIX possuía estudos superiores e que, de acordo com José Murilo de Carvalho, formaram “uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, pois poucos fora desse grupo social conseguiram garantir algum aprendizado. Ver CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.49.

<sup>69</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. Momentos Decisivos. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.158.

<sup>70</sup> Ibid., p.159.

lutar por causas distintas, porém, não passavam de “simples agregados de clãs organizados para a exploração comum das vantagens do Poder”<sup>71</sup>, o que tornava a divisão partidária aparentemente precária, correspondendo apenas às divergências dentro da mesma classe social formada por abastados proprietários de terras e escravos.

Os liberais, conforme explicitamos anteriormente, se diziam a favor do federalismo, da autonomia local, do livre comércio, da liberdade de culto e de expressão, opunham-se ao Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado. Assim, unidade, autonomia regional, bem como a imposição de um Estado forte que governasse de forma a manter a ordem interna, eram alguns dos princípios que compunham o projeto liberal, no qual estava prevista “a unidade nacional combinada com o exercício da autonomia regional”<sup>72</sup>.

Enquanto isso, os conservadores defendiam a centralização do Poder Moderador, a vitaliciedade do Senado, o catolicismo como religião oficial, etc. Entretanto, é válido acrescentar que, apesar de teoricamente comporem programas diferentes, na prática, não era de espantar que o grupo conservador realizasse reformas propostas pelos liberais.

Foi neste cenário nacional de disputa de poder entre os partidos, que se destacou o Crato, que sob a influência de Recife participou da Revolta Pernambucana, em 1817, e da Confederação do Equador, em 1824<sup>73</sup>, ganhando destaque na política regional e provincial.

---

<sup>71</sup>MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 103.

<sup>72</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil, Formação do Estado e da Nação**. Editora Hucitec. São Paulo, 2003. p. 466.

<sup>73</sup> Em Pernambuco houve um grande descontentamento da elite devido à perda de sua importância no cenário da colônia, já que o cultivo da cana-de-açúcar entrara em declínio e a saída do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte de sua jurisdição causou-lhe prejuízos, fazendo desencadear tais movimentos republicanos. Com estes movimentos, os pernambucanos queriam recuperar sua antiga posição sob o jugo de um novo regime político, em um país independente.

Segundo J. de Figueiredo Filho, em nenhuma vila do interior do Brasil havia ambiente melhor que o da antiga Missão do Miranda – o antigo nome da cidade – para se propagar os ideais revolucionários, pois o local já tinha todo um escol espiritual propício para a infusão e difusão dos ideais propagados na capital pernambucana. A maioria dos líderes e participantes destes movimentos estudara em Pernambuco, bebendo ali as ideologias liberais e nacionalistas, e ao retornar ao Cariri levavam consigo o espírito progressista, modernizador e liberal da época.

Influente famílias, coronéis, sacerdotes, comerciantes, entre outros da localidade, lideraram e participaram destes movimentos, nos atestando que nestes conflitos de luta pela autonomia e pelo poder local os manifestantes detinham força política e econômica. Suas ações tornaram-se conhecidas pela província, espalhando-se até mesmo pelo restante do país – é o que nos atesta *O Araripe* que transcreveu em seus exemplares artigos publicados no *Diário de Pernambuco* e em jornais do Rio de Janeiro nos quais publicaram matérias sobre o Crato e seu povo de espírito liberal.

Segundo a historiadora Otonite Cortez, as inquietações nacionalistas da época fizeram com que os caririenses e mais notadamente os cratenses participassem “das lutas políticas orientadas pelo espírito liberal de sua elite na primeira metade do século, levando jornalistas e homens públicos a ocuparem as páginas dos jornais com seus libelos em favor das causas liberais”<sup>74</sup>.

Serve-nos como exemplo o político liberal José Martiniano de Alencar, jovem seminarista de Olinda, que teve participação efetiva nas revoluções desencadeadas em 1817 e 1824 em Pernambuco e a quem coube pregar no Ceará – juntamente com sua família Alencar, de incontestável prestígio elitista, e outros cratenses – o “evangelho”

---

<sup>74</sup> CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960)**. 2000. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2000, p. 33.

das idéias liberais e revolucionárias que se propagava na Província pernambucana, vindo esta a ser influenciada pelos “princípios da Revolução Francesa e dos movimentos de independência dos países americanos, inaugurados na América do Norte, em 1776.”<sup>75</sup>

O movimento de 1817 foi o primeiro que deu notoriedade ao Crato diante das manifestações liberais ecoadas país a fora. Nele tentava-se

arregimentar adeptos para a causa da independência do Brasil e a instauração de uma República. No Crato, em sintonia com o movimento de Recife, Martiniano proclamou a República no dia 3 de Maio, quando, após a missa do domingo, vestido de batina e de roquete à cintura, leu o ‘Manifesto dos Revolucionários de Pernambuco’ e deu vivas à pátria<sup>76</sup>.

Contudo, este movimento foi sufocado pelo governo imperial, não obtendo o sucesso esperado pelos liberais. Mas é válido destacar que a semente fora lançada desencadeando desde então novas e significativas rebeliões de caráter liberal, radical, mas nada democrático, pois deixava de fora a maioria da população marginalizada e analfabeta que nem sempre entendia os acontecimentos.

De acordo com João Brígido, até 1817 “não houve, nem podia haver partidos políticos no Ceará, pois a expressão ‘partido’ figurava como resistência, motim, turbulência, etc e não estava seguro aquele que andasse em partidos”<sup>77</sup>. Contudo, segundo o referido autor, o primeiro partido propriamente dito surgiu no Crato em 1817, onde foi proclamada a república nesta cidade garantindo-lhe uma repercussão

---

<sup>75</sup> FILHO, J. de Figueiredo. **História do Cariri**. Vol. I. Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas, 1964, p. 65. Contudo, diante dessas ideologias e movimentos separatistas estrangeiros, vale ressaltar que no Brasil o movimento liberal tinha seus limites. A realidade é que o brasileiro aspirava a libertação dos jugos da Coroa portuguesa, a fim de garantir maior desenvolvimento econômico e autonomia política com o intuito de instalar no nosso país uma República, mas sem que esta quebrassem as amarras que tinha com seu passado colonizador e as instituições herdadas dele.

<sup>76</sup> CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. Op.cit. p. 34.

<sup>77</sup> BRIGIDO, João. **Miscellânea Histórica ou Colleção de Diversos Escriptos**. Tipografia Universal. Fortaleza. 1889. p.83.

extraordinária, tornando o lugar como de vanguarda das lutas em prol da independência e do liberalismo político no Ceará, espalhando-se até o Maranhão e o Piauí.

Após o movimento liberal de 1817, repercutiu no Crato a Confederação do Equador, em 1824, e o movimento de Pinto Madeira, em 1832, quando mais uma vez os habitantes desse lugar brigaram pelos ideais liberais, republicanos e principalmente por seus interesses particulares.

No dia 2 de julho de 1824, Manuel de Carvalho Paz de Andrade proclamou a República do Equador em Pernambuco, vindo esta a se espalhar por outras províncias, chegando ao Ceará através dos revolucionários que se encontravam em Pernambuco e que se incubiram de espalhar os libelos desse movimento, alegando como justificativa o desejo de recolonização do país por parte de Pedro I. Dessa forma, a chamada revolução voltou ao Nordeste, adentrando mais uma vez pelo Cariri por meio dos mesmos participantes do movimento de 1817, cujos interesses estavam relacionados à capital pernambucana. Esta rebelião ficou lembrada como uma continuação da revolução de 1817.

As influências do liberalismo tornaram-se evidentes no Cariri e mais ainda no Crato com o movimento do “Pinto Madeira”. Joaquim Pinto Madeira foi um grande proprietário, chefe político conservador e partidário da monarquia absolutista, da cidade de Jardim, também localizada no Vale do Cariri. Esta cidade, através da figura de Pinto Madeira e outros conservadores, havia participado ativamente da repressão àqueles que aderiram aos movimentos de 1817 e 1824. Porém, com a abdicação de D. Pedro I em 1831, os liberais encontraram neste movimento, a oportunidade de ir à forra das derrotas do passado, ainda não cicatrizadas, “já que as perseguições aos liberais do Crato,

particularmente aos Alencares [...] foram realizadas pelos jardinenses polarizados na pessoa do caudilho Joaquim Pinto Madeira.”<sup>78</sup>

Esse conflito, de acordo com F. Abelardo Montenegro<sup>79</sup>, não passou de um movimento de interesses em que, por trás do antagonismo ideológico entre liberais e absolutistas, estava em jogo o controle político da região e conseqüentemente a posse dos cargos mais influentes. Vale destacar que nos conflitos políticos de 1817 a 1832 as cidades de Crato e Jardim estiveram sempre em campos opostos: Crato fazia-se liberal e Jardim conservadora, imperialista.

Assim, a política cariense firma-se no cenário nacional, onde liberais e conservadores defendiam seus ideais, não desprezando seus interesses particulares e influências externas.

Dessa forma, esteve o Crato, no início do século XIX, inserido em um contexto político de um período tumultuado da História do Brasil – em que as ideologias liberais e conservadoras estavam em “confronto” e estes elaboraram projetos que refletiram as “diversidades” e ao mesmo tempo, congruências de interesses entre esses grupos políticos.

Para os liberais tornava-se essencial a defesa da federação, pois, para este grupo, esta apresentava um significado relevante para a construção da nação, uma vez que o país subdividido, poderia acomodar e garantir às elites regionais uma iniciativa política e participação efetiva nas decisões nacionais. Opondo-se a este projeto, havia a priorização de um regime centralizado que segundo a visão dos conservadores, somente a partir deste haveria a possibilidade de realização de reformas que visassem os padrões

---

<sup>78</sup> PINHEIRO, Raimundo Teles. Guerra do Pinto. **Revista do Instituto do Ceará**. 1985. p.157. Disponível em [www.institutodoceara.org.br](http://www.institutodoceara.org.br). Acesso em 24 de agosto de 2009. às 15:56.

<sup>79</sup> Ver MONTENEGRO, F. Abelardo. **Os Partidos Políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1990, p.19.

de um mundo civilizado, mantendo-se a ordem, a moralidade e a fortificação do Estado<sup>80</sup>.

Porém, diante da exposição dos projetos conservador e liberal, é válido destacar que para *O Araripe*, “os partidos não se achavam em extremos opostos, antes pelo contrário”<sup>81</sup>, seguiam uma ordem de idéias e de crenças que não se excluía. Isto nos leva a perceber e entender que, apesar das rixas, havia uma relação muito estreita entre os ideais partidários no Cariri, nos proporcionando observar que os liberais ao mesmo tempo em que desejavam a construção da nação tendo em vista o federalismo – que estimularia o “surgimento de pertencimento a uma comunidade maior”<sup>82</sup> – consequentemente, desejavam atingir os padrões do mundo civilizado, garantindo “os direitos individuais sob a proteção de um Estado que conciliava a ordem e a liberdade”<sup>83</sup>, significando dizer que, para os liberais, apesar de divulgarem idéias separatistas e republicanas, não estava inserida em suas intenções o fim das estruturas tradicionais de produção cuja base era o sistema escravocrata e a manutenção deste propiciava homogeneidade aos ideais conservadores, que não pretendiam modificar a forma de exploração da mão-de-obra trabalhadora brasileira.

Não podemos negar que o liberalismo existiu, mas de acordo com os interesses específicos de um grupo dominante – permitindo-nos apresentá-lo como “um catalizador das forças oligárquicas e aqueles a elas ligados por laços de dependência, parentesco ou amizade”<sup>84</sup> – composto em sua maioria de homens alfabetizados e de

---

<sup>80</sup> Ver DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo. 1ª reimpressão, 2005, p. 23.

<sup>81</sup> *O Araripe*, nº 36, 08 de março de 1856. p.01.

<sup>82</sup> SILVA, Sonia Maria de Meneses. **Nação e Cotidiano**: o discurso nacionalista do jornal “*O Cearense*” sob a ótica das práticas sociais de seus leitores, 1846 a 1891. Texto mimeo, 1998. p. 07.

<sup>83</sup> MONTENEGRO, João Alfredo de S. Bárbara de Alencar. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. 1995. p. 140. Disponível em: [www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/1995/1995-BarbaradeAlencar.pdf](http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/1995/1995-BarbaradeAlencar.pdf), em 14 de fevereiro de 2010 às 03:15.

<sup>84</sup> FILHO, José Ernesto Pimentel. **Urbanidade e Cultura Política**. A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo cearense no século XIX. Fortaleza: Edições UFC, 1998. pág. 112.

posses, que procuravam conciliar seus ideais com o ordenamento social existente, resguardando-os de qualquer iniciativa reformista radical<sup>85</sup>.

Notamos também que o ideal liberal transmutou-se com o passar dos anos, fazendo seus partidários perderem o rótulo de “radicais”, passando a ser chamados de “moderados” ou até mesmo de “conservadores”, nos remetendo à célebre frase: “nada tão parecido com saquarema, como um luzia no poder”<sup>86</sup>, o que mostra haver, de fato, uma estreita relação entre os ideais partidários.

Os liberais que durante o Primeiro Império tinham feito do liberalismo uma arma de oposição ao imperador e um instrumento de demolição das instituições coloniais obsoletas, tornaram-se conservadores quando tomaram o poder e tiveram de enfrentar as exigências dos setores mais radicais<sup>87</sup>.

Seguindo a mesma linha de pensamento, José Ernesto Pimentel Filho afirma que o Partido Liberal, “se nunca foi democrático, menos ainda será radical”<sup>88</sup> ao assumir o poder, fazendo predominar cada vez mais na sociedade aspectos imóveis e estagnados, ligados ao conservadorismo e à permanência de instituições coloniais.

A partir da segunda metade do século XIX, o liberalismo passa a ter características reformadoras e conciliatórias com os conservadores, com quem entrará em acordo para a defesa de uma política ordeira, orientada por um discurso isento de radicalismos e ao mesmo tempo “harmonioso”.

A constituição de um ministério de conciliação nos meados do século, expressando uma união temporária entre liberais e

---

<sup>85</sup> Desse modo, tiveram igual conotação os movimentos liberais ocorridos no Cariri, sob influências pernambucanas e grupos oligárquicos locais com seus interesses particulares e tradicionais, que deram continuidade aos seus discursos através de jornais impressos que em suas páginas expressavam os desejos destes pela manutenção da ordem, moralização e civilização de uma sociedade, a fim de que esta pudesse apresentar um progresso regional significativo.

<sup>86</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 106. É válido destacar que Liberais e conservadores receberam outras denominações enquanto se revezavam no poder. Os liberais também eram chamados de “luzias”, “chimangos” e “carrapatos” e os conservadores de “saquaremas”, “corcundas” ou “caranguejos”. Para entender a origem de tais denominações ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op.cit. p. 103 a 109.

<sup>87</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. pág. 13.

<sup>88</sup> FILHO, José Ernesto Pimentel. Op.cit. pág. 110.

conservadores, representou a superação das desinteligências iniciais e consolidou a hegemonia de uma elite basicamente conservadora.<sup>89</sup>

Destarte, conservadores e liberais, a partir de 1850 até a proclamação da república, se revezaram no poder, mantendo o “jogo político” que aparentemente os dividia em grupos antagônicos, mas que na prática não apresentavam divergências tão profundas quanto parecia. Nesse momento de política conciliatória, quando os movimentos revolucionários foram cessados e o Estado Imperial reforçado, liberais e conservadores participavam juntos dos ministérios.

Essa “cooperação” entre ambos ficou conhecida como o período de conciliação, em que as palavras dos liberais e conservadores converteram-se em “meras etiquetas”<sup>90</sup>, pois todos muitas vezes agiam de modo diferente daquele propagado, pronunciado.

Os liberais, por exemplo, quando estavam no poder, “esqueciam-se” das propostas feitas anteriormente, enquanto os conservadores, quando se encontravam no poder, acabavam realizando

reformas pelas quais os liberais tinham lutado [...] No Partido Liberal havia indivíduos de tendências conservadoras, e entre membros do Partido Conservador contavam-se alguns políticos cujas opiniões eram mais liberais do que a de seus adversários.<sup>91</sup>

E assim o jogo político foi tecido e formado entre os partidos da época, que geralmente propunham, mas não realizavam as reformas e projetos sugeridos, o que dava margem ao opositor para a sua efetivação. Ou seja, a “conciliação” fez com que as propostas de ambos se entrelaçassem de modo que as diferenças entre os dois ficassem ainda menos visíveis.

Foi nesse período conciliatório, ocorrido a partir da década de 1850, que as comparações entre conservadores e liberais tornaram-se ainda mais evidentes pelas

---

<sup>89</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op.cit. pág. 13.

<sup>90</sup> Ibid., p.160.

<sup>91</sup> Idem. Ibidem.

capitais, vilas e povoados do Império, já que a política de ambos estava bastante interligada. “Era comum encontrar liberais apoiando causas conservadoras e vice-versa, principalmente quando os assuntos em discussão eram altamente controversos, como a questão religiosa ou a abolição da escravidão”<sup>92</sup>. Como exemplo, podemos citar Eusébio de Queiroz, magistrado de enorme prestígio político, chefe conservador e autor da lei de abolição do tráfico negreiro.

Nesse momento, ser conservador ou liberal para muitas províncias do Sul do país e até mesmo para os liberais araripenses não significava necessariamente algo controverso, nem ideologicamente nem socialmente, já que os dois partidos representavam os interesses das camadas sociais mais abastadas, entre elas, a dos agricultores latifundiários. Segundo José Murilo de Carvalho, os interesses destes se fizeram perceber não só no Partido Conservador – como acreditavam alguns historiadores – mas também dentro do Partido Liberal.

Enquanto no Brasil a década de 1850 em diante ficou conhecida como um momento de “conciliação” entre liberais e conservadores, em que o governo justificava tal política com o intuito de equilibrar as forças dos dois partidos, dando oportunidade de ambos participarem ativamente das eleições e dos cargos governamentais sem “deixar a antiga oposição esquecida na distribuição das graças”<sup>93</sup>, na cidade do Crato os artigos publicados pelo *O Araripe* apontam para um caminho mais retrógrado, pois, para os liberais, a política da conciliação representava a mais completa imparcialidade dos partidos, a “abnegação de seus princípios, a deserção de sua causa, porque os partidos, fundindo-se, acabam, e eles não podem acabar pois que um avançou muito no seu norte, quando o outro perdeu de terreno.”<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> Ibid., p.161.

<sup>93</sup> A “antiga oposição” no caso, remete-se aos liberais. *O Araripe*, n° 36, 08 de março de 1856. p.03.

<sup>94</sup> *O Araripe*, n° 39, 05 de abril de 1856. p.01.

Pensando dessa maneira, os liberais criticavam através do *O Araripe* a política de conciliação, dizendo ser esta mais uma hipocrisia criada pelo governo que conduzia o ministério a agir equivocadamente. Diziam ainda que tal prática consistia em entreter as aparências conciliatórias, mas que na verdade seu objetivo era “servir ao instinto político de certos grupos saquaremas”<sup>95</sup> pois nomeariam para bem longe de suas províncias os seus opositores, neutralizando dessa forma as contendas entre liberais e conservadores.

Argumentavam que, na realidade, seus adversários continuaram desertores de cargos públicos, pois,

a conciliação é para os presidentes uma palavra vã que eles invocam a cada momento [...] prometem muito quando chegam nas províncias, mas se no dia seguinte de sua posse na administração, há vinte nomeações à fazer na polícia ou na guarda nacional, ninguém espere que eles façam uma concessão importante, não, no meio de dez nomeados haverá um opositorista, e este mesmo por via de regra será tão moderado em política como um apóstolo da primitiva Igreja.<sup>96</sup>

Ou seja, para os liberais, quem prevaleceria no poder e se beneficiaria com esta política seriam somente os conservadores. Eles ainda argumentavam que a pretensão do governo era, além de equilibrar as forças políticas, extinguir partidos políticos e alcançar a unidade de pensamento entre seus participantes, sufocando as oligarquias<sup>97</sup>.

Agindo dessa forma, o governo ainda “retardaria o progresso regular do Estado e desmoralizaria as nossas belas instituições”<sup>98</sup>, rompendo com a confiança do povo que “desejando trabalhar na grande obra do progresso e da civilização, não podem

---

<sup>95</sup> O Araripe, nº 36, 08 de março de 1856. p.02.

<sup>96</sup> Ibid., p.01.

<sup>97</sup> Sobre o pensamento liberal acerca da política conciliatória, ver MONTENEGRO, F. Abelardo. Os Partidos Políticos do Ceará. p.28 e 29.

<sup>98</sup> O Araripe, nº 155, 07 de agosto de 1858. p.02.

subordinar-se às decrépitas tradições do passado”<sup>99</sup>, onde não havia divisões partidárias, ficando a população à mercê de um governo centralizador.

Desse modo, mais que sufocar as divisões partidárias seria também sufocar o poderio local, que determinava as oligarquias que ficavam no poder, fazendo-nos perceber que a divisão dos partidos políticos cearenses era composta mais por disputas particulares que políticas, uma vez que o pensamento e as atitudes liberais e conservadoras estavam mais atreladas à questões familiares e de parentesco do que propriamente a questões ideológicas, já que nas últimas décadas do Império a política tornou-se uma luta pelo poder disputado pelas principais famílias locais.

Para os liberais, essa política representava também a “condenação dos ódios e rancores pessoais, sobretudo pela tolerância da discussão política livre do insulto, do sarcasmo, da injúria, da invectiva e da calúnia”<sup>100</sup>. Assim, embora esse período apontasse para um tempo de “conciliação”, *O Araripe* não deixou de relatar as *tricas* que separavam e que se perpetuavam entre liberais e conservadores caririenses.

É o que podemos perceber através do surgimento da *Gazeta do Cariri*<sup>101</sup>, em 22 de setembro de 1860, data de sua primeira publicação. João Brígido passou a comentá-lo constantemente em seu jornal, acirrando ainda mais as lutas e discussões entre liberais e conservadores cratenses, o que deixava sempre acesos os conflitos partidários na imprensa.

---

<sup>99</sup> Idem. Ibidem.

<sup>100</sup> MONTENEGRO, F. Abelardo. Op.cit. p.28.

<sup>101</sup> Foi redator deste periódico o coronel Miguel Xavier Henriques de Oliveira, chefe conservador cratense. Este jornal representava o pensamento do partido conservador da época, contrapondo-se aos ideais expostos no *O Araripe*. Não podemos deixar de mencionar que a *Gazeta do Cariri* surgiu também com a intenção de suprir os espaços dos conservadores caririenses na imprensa, que quando não usavam *O Araripe* para expor suas idéias e seus “contra argumentos”, apelavam ao jornal *Pedro II*, publicado em Fortaleza, cujo jornal já comentamos na introdução deste trabalho. No entanto, consta-nos informar que a *Gazeta do Cariri* não foi encontrada em nenhum arquivo ou biblioteca pública, sendo o mesmo procurado no Rio de Janeiro, Recife e Ceará. As informações que obtivemos desta publicação se resumem a fontes bibliográficas e ao próprio jornal *O Araripe*.

Assim, no dia 29 de setembro de 1860, *O Araripe* publicou em seu número 237 os cumprimentos sarcásticos à *Gazeta do Cariri*, originado dias antes.

Depois de um longo período de elaboração, saiu finalmente à luz a prometida *Gazeta do Cariri*. Saudaríamos desde já o novo lidador da imprensa se, por ventura, as palavras anacrônicas, as frases de ódio de que vêm saturadas as suas páginas, ao estrear a sua carreira, não produzissem em nosso espírito uma desilusão amarga, de que o jornal que enceta hoje a sua vida no Crato, em vez de ser um elemento de progresso, um novo órgão de idéias sãs e moderadas, será pelo contrário o eco repetido de mesquinhas paixões, o poste constantemente levantado ao talento e ao mérito [...] <sup>102</sup>

Interessante perceber no discurso que o redator procura representar o jornal “saquarema”<sup>103</sup> como provocador, incentivador das discórdias existentes entre os partidos políticos naquela cidade. Mais adiante o repele perguntando o que o mesmo tem feito em nome do progresso e da civilização, afirmando que seus editores nada conhecem sobre a história do país e do mundo, sabendo apenas “manejar a arma do insulto”<sup>104</sup>.

Tornou-se perceptível em vários números do *O Araripe* que há sempre o cuidado em rebater as “ofensas feitas” pelos conservadores através da *Gazeta do Cariri*, bem como o de publicar em seus números insultos e comentários sobre os artigos publicados pelos adversários.

Dessa forma, os jornais haviam se tornado espaços em que os políticos discutiam seus projetos, além de acusarem-se mutuamente, expondo naquele meio suas respectivas representações acerca de assuntos variados.

---

<sup>102</sup> *O Araripe*, nº 237, 29 de setembro de 1860. p.01 e 02.

<sup>103</sup> Carregada de um sentido depreciativo tal palavra foi usada durante todo o Império pelos liberais do país para se referir aos conservadores. De acordo Ilmar Rohloff de Mattos, os liberais com “maior maledicência, chegavam a relacionar a origem do nome ao verbo sacar (de onde derivaria sacaremos, saquaremos, saquaremas)”. O termo “saquarema” também foi utilizado constantemente nas páginas do *O Araripe*. Para saber mais sobre as origens do nome, ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. pág. 106 a 109.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p.02.

Contudo, é válido destacar que *as tricas* entre os dois partidos políticos não se restringiram apenas às páginas do jornal. Nas eleições cratenses de setembro de 1856<sup>105</sup>, em que a cidade realizava a escolha de membros para os cargos de juiz de paz e para a Câmara Municipal, estando a frente do poder os conservadores, uma fatalidade aconteceu: a eleição no Crato acontecia, como de costume, na Matriz de Nossa Senhora da Penha - “tendo em vista a ligação institucional então existente entre Estado e Igreja”<sup>106</sup> – contudo, as rixas entre liberais e conservadores chegaram ao extremo, fazendo com que o eleitor do Partido Liberal, José Gonçalves Landim, de vinte e sete anos, fosse assassinado pelos soldados do governo. Estava à frente do acontecido o delegado da cidade, Sr. Menezes, pertencente ao Partido Conservador e candidato à vaga na Câmara Municipal local – Outras pessoas saíram feridas do confronto.

Tal fato ficou conhecido em toda a província, principalmente por estar envolvido neste delito uma autoridade do governo, o delegado de polícia, o que ocasionou revolta entre os liberais, bem como o descontentamento do clero local.

Este caso foi comentado pelo *O Araripe*, que um dia antes da eleição, em 6 de setembro de 1856, procurou por meio de suas páginas alertar a população para a importância do voto livre, já que corria pelas ruas da cidade o “boato” que o delegado teria saído “em pessoa por todos os quarteirões do município, acompanhado de dois ou três soldados”<sup>107</sup> ordenando a todos os eleitores que votassem na sua chapa – que era a do governo, segundo ele – pois, caso contrário, prenderia ou mataria aquele que se negasse a atender o seu pedido.

---

<sup>105</sup> Esse ano ficou conhecido como um ano de eleições sanguinolentas – segundo o relatório da Assembléia Legislativa Provincial, apresentado por Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, terceiro vice-presidente do Ceará - devido a várias mortes acontecidas nas cidades da província cearense, como Sobral, Imperatriz (hoje Itapipoca), entre outras. Relatório disponível em [www.crl.edu/content.asp](http://www.crl.edu/content.asp). Acesso em 20/07/2009 às 12:27.

<sup>106</sup> ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. “**Uma Carnificina Eleitoral**”: Cultura Política e Partido Liberal no Crato em Meados do Século XIX. Texto mimeo. 2008. p.06.

<sup>107</sup> O Araripe, nº 60, 06 de setembro de 1856. p.01.

Depois de concretizadas as ameaças feitas pelo delegado de polícia, liberais e clérigos pediram ao Presidente da Província, Francisco Xavier Paes Barreto, o envio de seu primeiro vice-presidente e chefe de polícia, Herculano Antônio Pereira da Cunha, para promover um inquérito no Crato. Porém, a única atitude tomada pelo presidente foi alocar o delegado, não havendo em torno do fato condenações ou punições sérias, o que aumentou ainda mais a revolta liberal e clerical, sendo esta expressa constantemente através do periódico local para julgar, discutir e argumentar sobre o fato ocorrido.

Para os conservadores, que na época estavam no poder, a situação havia sido resolvida, conforme argumento do vice-presidente do Ceará, Joaquim Mendes da Cruz Guimarães: “Os fatores das desordens do Crato na sua maior parte já responderam ao jury, que ali se reuniu no mês de abril último. Todos eles foram absolvidos sem distinção de cores políticas”<sup>108</sup>. Portanto, para o governo, as desordens ocorridas nas eleições de 1856 foram resolvidas e a justiça fora feita.

Justificando a absolvição, argumentou-se ainda que a atitude do delegado teria sido necessária para manter a ordem nas eleições do Império, o que dava ao partido do governo maior autonomia para a repreensão em dias de votação, uma vez que era comum existir a violência. Via de regra, o partido que se encontrava no poder – sendo este liberal ou conservador – desejava a todo custo obter os triunfos políticos.

Destarte, estes fatos narrados nos mostram que a política de conciliação “em voga” nos discursos políticos espalhados pelo país nos decênios de 1850 e 1860 mostrava-se bem contraditória ao que o governo propunha, havendo pelo país tensas eleições, conforme ocorrida no Crato.

É em meio a esse período de política conciliatória que *O Araripe* nos apresentará os principais desejos, projetos e discursos propostos pelos liberais

---

<sup>108</sup>Relatório da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará, p. 03. Disponível em [www.crl.edu/content.asp](http://www.crl.edu/content.asp). Acesso em 20/07/2009 às 12:27.

caririenses, que mesmo voltados para uma prática social patriarcal apresentará propósitos que incluirão a disciplinarização de uma sociedade em prol de um projeto civilizador<sup>109</sup>, no qual se incluem a criação de escolas, da Província do Cariri e da imprensa, principal alicerce para a projeção, difusão e “concretização” dos ideais civilizadores e liberais da região.

## 1.2. *O Araripe* como divulgador das idéias do Partido Liberal.

[...] sectário das idéias modernas, entusiasta da liberdade, numa época, em que a reação contra as aquisições liberais sobe de ponto e quando seus amigos estão fora da lei, o martírio, que é o apanágio da imprensa pode mui bem caber-nos.<sup>110</sup>

Os jornais tornaram-se um dos meios imprescindíveis para liberais e conservadores divulgarem seus propósitos e ideais, principalmente a partir de 1850, quando firma-se a imprensa partidária, reveladora dos momentos de rixas, “conciliação” e alternância de poder.

A fim de apresentar à sociedade cariense uma melhor compreensão e meios de adequação às ideologias liberais, garantir o progresso, a instrução política e educacional, bem como civilizar os habitantes da região em que floresceu, foi fundado em 07 de julho de 1855 o jornal *O Araripe*, que teve duração até 1865, sendo o primeiro periódico publicado no interior da Província cearense. O jornal circulava sempre aos

---

<sup>109</sup> De acordo com Elias, “a civilização descreve um processo, ou pelo menos, seu resultado” e move-se constantemente e incessantemente “para frente”. O “projeto civilizador”, termo aplicado nesta dissertação, refere-se à intenção de colocar em ação uma idéia elaborada por um grupo social que representava a partir do *O Araripe* sua “visão de mundo”. ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma História dos Costumes. Tradução: Ruy Jungman. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.23.

<sup>110</sup> *O Araripe*, nº 01, 07 de julho de 1855. p.01.

sábados, sendo editado na Typografia de Monte & Cia, também conhecida como “Casa do Piza”, na rua da matriz.

Sua assinatura era vendida inicialmente por 4\$000 réis ao ano e 3\$000 por seis meses, tendo os assinantes “grátis oito linhas por mês, as mais serão pagas a 60 réis cada uma”<sup>111</sup> e as demais pessoas, não assinantes do jornal, teriam que pagar 80 réis por cada linha, preço equivalente à compra do número avulso do *O Araripe*.

Percebemos que a partir de agosto de 1856, um ano depois de seu lançamento, os preços das assinaturas continuaram os mesmos, contudo, o aviso no cabeçalho do jornal passou a indicar que o pagamento da assinatura deveria ser adiantado, o que nos leva a pensar que até mesmo os leitores mais afeiçãoados com as idéias liberais, possam ter deixado de cumprir seus compromissos quanto ao pagamento de suas assinaturas, o que fez com que a inadimplência se tornasse um problema para a permanência do jornal. Assim, constantemente eram encontrados anúncios como estes:

Finda-se com este número o terceiro ano das assinaturas do Araripe; quem pois se achar a dever das mesmas assinaturas mande satisfazer-las e adiantar as do quarto ano, conforme as condições estabelecidas<sup>112</sup>.

As pessoas, que se acharem a dever a esta typografia de publicações pedidas, podem mandar deixar a importância delas nesta typografia, e nas diversas localidades aos agentes deste jornal<sup>113</sup>.

Notamos que este tipo de assunto com o passar dos tempos tornou-se cada vez mais freqüente entre os anúncios do jornal, que “roga aos senhores que por obsequio se encarregaram das diferentes localidades, da arrecadação do produto das assinaturas do mesmo jornal, de o fazerem com celeridade, tanto que se tem vencido”<sup>114</sup>, justificando ser necessário o pagamento das assinaturas “para poder ocorrer as indispensáveis

---

<sup>111</sup> Provavelmente esta era uma forma que garantia a sustentação do periódico, uma vez que observamos constantemente neste a cobrança pelo pagamento das assinaturas para dar continuidade a publicação do *O Araripe*. Mesmo diante das dificuldades o jornal circulou por dez anos ininterruptos. Idem, *Ibdem*.

<sup>112</sup> *O Araripe*, nº 150, 08 de julho de 1858. p.04.

<sup>113</sup> *O Araripe*, nº 95, 23 de maio de 1857. p.04.

<sup>114</sup> *O Araripe*, nº 208, 21 de janeiro de 1860. p.04.

despesas de que se acham sobrecarregado o estabelecimento”<sup>115</sup>, bem como para garantir que o mesmo pudesse permanecer circulando pela cidade e localidades vizinhas.

Como podemos perceber, “as idéias precisavam também ser sustentadas financeiramente”<sup>116</sup>. No entanto, mesmo diante das dificuldades em se obter o pagamento das assinaturas do jornal, em 14 de setembro de 1861 ocorreu o aumento do preço da assinatura anual, vindo esta a custar 5\$000 réis. A assinatura semestral não sofreu alterações, permanecendo o valor de 3\$000 réis. Contudo, a partir desta data, os não assinantes poderiam “ajustar” os preços pelo espaço comprado no jornal para suas publicações particulares.

Segundo a redação do próprio jornal, as correspondências seriam de responsabilidade do emissor, não cabendo aos jornalistas a preocupação com os erros ortográficos com os quais viessem acompanhadas. *O Araripe* teve como *slogan* em todas as suas edições a afirmação de que era

Destinado a sustentar as idéias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da lei, e interesses locais. A redação só é responsável pelos seus artigos; todos os mais para serem publicados, deverão vir legalizados.<sup>117</sup>

Desse modo, apresentava-se como um divulgador do liberalismo que há muito já se propagava naquela região e que chegava através dos periódicos e contatos com pernambucanos e fortalezenses. Com estes o contato se fez a partir das correspondências trocadas com o jornal *O Cearense*, órgão da capital, também liberal, do qual João Brígido igualmente era redator.

---

<sup>115</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>116</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A Imprensa em Pauta. Jornais Pedro II, Cearense e Constituição**, pág. 23. Infelizmente não foi possível encontrarmos nenhum registro que informasse o número de assinantes do jornal cratense, nem da tiragem impressa semanalmente.

<sup>117</sup> *O Araripe*, nº 01, 07 de julho de 1855. p.01.

Além do liberalismo ali propagado, os principais ideais apresentados pelo *O Araripe* foram de progresso, modernidade, moralidade e civilização. Outra bandeira defendida era a criação da Província do Cariri, que atingiria territórios do Piauí, de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, tendo como capital a cidade do Crato<sup>118</sup> que sempre fora cenário das disputas liberais e se encontrava naquele momento, dando continuidade aos discursos propagados através do meio impresso.

Na primeira edição do *O Araripe*, foi publicado segundo os dizeres do jornal, “os adiantamentos” que chegariam ao Crato através do aparecimento da imprensa, afirmando ser o seu surgimento “um presságio de adiantamento intelectual [...] uma fonte de civilização”<sup>119</sup>, bem como um meio de troca de experiências e sabedoria com as nações adiantadas. O acontecimento traria ainda prosperidade pública, servindo como meio de orientação e de disciplina para os filhos da terra.

[...] Testemunha da revolução, que a imprensa, esse agente poderoso tem operado em todo o mundo, fazendo ecoar o resultado da experiência da longa humanidade, dissipando a barbaria que há bem pouco observamos em nossa terra, e revocando os brasileiros a sua natural docilidade, a sua índole benéfica e hospitaleira; nós que temos visto como diminuem os crimes, se melhoram os costumes e pela ação da imprensa caem como de podres os prepotentes, esses filhos da anarquia e da ignorância, entendendo que, como condição a prosperidade pública, é urgente reforçarmos essas vozes, robustas que doutrinam as idéias modernas, e assim preparar nossos patrícios para os dias felizes, que a providência nos reserva; nós disemos, não exitamos crer, que a imprensa em nossa terra era de urgente necessidade<sup>120</sup>.

Afirma ainda que o periódico se enquadraria também como um “meio admirável de propagar a instrução e de comunicar as opiniões,”<sup>121</sup> a fim de deixar a sociedade esclarecida sobre os principais fatos e instruída de acordo com os princípios e condutas ali divulgados. “Faremos, entretanto por satisfazer o público, ministrando-lhe

<sup>118</sup> Para a defesa deste desmembramento, argumentava-se que os lugares distantes do litoral escapavam da vigilância do administrador imperial, dificultando-lhes a chegada dos recursos e impedindo o melhoramento dos bons costumes que, vindos da Europa, privilegiavam somente as capitais e os lugares mais próximos destas.

<sup>119</sup> *O Araripe*, nº 01, 07 de julho de 1855. p.01.

<sup>120</sup> *Idem*. *Ibidem*.

<sup>121</sup> *O Araripe*, nº 21, 24 de novembro de 1855. p. 02.

a leitura de artigos sobre objetos de evidente interesse público e propagando pela causa de nosso torrão”<sup>122</sup>.

Ao se apresentar como divulgador de “objetos de evidente interesse público”<sup>123</sup>, doutrinador das idéias modernas e expositor dos mais variados assuntos, como a moralização da população local, a ação da justiça diante de alguns fatos, a escravidão etc, “o jornal concedia a essas questões uma publicidade que tornava seus leitores cada vez mais interessados e envolvidos com essas temáticas”<sup>124</sup>, desencadeando entre leitor e jornal uma rede eficaz de compartilhamentos de assuntos e interesses.

Esse fato pode ser observado constantemente através das correspondências recebidas pela redação do jornal, nas quais os leitores expressavam sua opinião sobre determinado assunto exposto no *O Araripe*, gerando muitas vezes uma rede de opiniões, tornando o jornal uma via de “mão dupla”, de comunicação, entre os liberais e a população.

No entanto, em meio a essa via de comunicação, devemos atentar também ao uso de pseudônimos nos artigos do jornal, fato comum que geralmente ocorria na tentativa de se evitarem perseguições políticas e reconhecimentos pessoais. Vejamos um exemplo:

Pede-se ao autor de uma correspondência inserta no *Araripe* numero 25 assinada por um governista mais não boticário, que se digne declarar seu nome, para se tornar digno de resposta que se quer dar; aliás passará por um caluniador, que só tem coragem para ferir sob a irresponsabilidade do anônimo. UM DO CRATO<sup>125</sup>.

<sup>122</sup> O *Araripe*, nº 01, 07 de julho de 1855. p. 01. A causa que o jornal cita diz respeito à propagação da criação da Província do Cariri, que os cratenses propunham defender com os seus “fracos e pequenos recursos”. PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. p.31.

<sup>123</sup> O *Araripe*, nº 01, 07 de julho de 1855. p. 01

<sup>124</sup> SILVA, Sonia Maria de Meneses. **Nação de papel**: o jornal como possibilidade de investigação histórica na problemática da construção nacional no século XIX, p. 17.

<sup>125</sup> O *Araripe*, nº 27, 05 de janeiro de 1856. p.04. É valido destacar que os conservadores também eram chamados de boticários.

Era muito comum encontrar situações como esta, principalmente quando o assunto era política. Percebemos uma grande quantidade de artigos e anúncios divulgados sem a autoria verdadeira, sendo estes os mais corriqueiros: “K”, o sobrinho de “K”, “Junius”, “o Viajante” etc. Esse fato dificulta uma maior precisão sobre a autoria dos artigos publicados, não tornando possível identificar os reais leitores desse periódico.

*O Araripe*, pelo que pudemos perceber, teve uma boa circulação, não sendo divulgado apenas no Crato, mas também na capital cearense, nas cidades caririenses e províncias vizinhas, fatos evidenciados pelos artigos, anúncios e notícias que se faziam publicar em suas páginas.

Esse poder de alcance de leitores do *O Araripe* “era ampliado por seu caráter partidário”<sup>126</sup> que por ser o principal jornal da localidade, liberais e conservadores dividiam o mesmo espaço para participar de debates políticos e questões públicas que interessavam à população local. Como estes políticos eram em sua maioria, comerciantes e proprietários rurais, donos de escravos, também recorreram ao periódico para noticiar e anunciar sobre seus cativos em situações diversas, evidenciando a escravidão local.

Durante o seu período de veiculação, várias pessoas exerceram o cargo de impressor. Nesta ordem, foram eles: Domingos P. C. Araripe, Jesuíno Briseno da Silva, Francisco Dias Sobreira, Manuel Brígido dos Santos Júnior, Manuel Brígido dos Santos Sobrinho e Franklin Benjamim de Carvalho.

A estes cabiam responsabilidades geradas a partir desta profissão. Segundo Ana Carla Fernandes Sabino, era comum que tipógrafos e impressores respondessem a processos criminais devido ao conteúdo das matérias veiculadas nas páginas dos jornais.

---

<sup>126</sup> SILVA, Sonia Maria de Meneses. Op.cit. p. 17.

Por isso, a redação pedia sempre que os textos para serem publicados viessem assinados, mesmo que “fosse só com nome, sobrenome ou pseudônimo”.<sup>127</sup>

Entre os elementos estruturais que o jornal apresentou para a sua publicação, citamos a produção deste no formato de duas colunas verticais do primeiro número ao número 336 e do número 337 até o último com o texto dividido em três colunas, entre as quais encontravam-se várias seções, algumas delas intituladas de *O Araripe*, *Ao Público*, *Aos Leitores*, etc.

Havia ainda as *Correspondências*, em que se publicavam cartas dos leitores. “No entanto, não é difícil que algumas dessas correspondências tenham sido criadas pelos próprios redatores, que, receosos de sofrerem represálias, escondiam-se sob a máscara do anonimato para fazer denúncias políticas”<sup>128</sup>, como é o caso do próprio João Brígido, que supostamente fazia críticas no *O Araripe* através de pseudônimos.

Esta seção torna-se interessante para nós porque através dela podemos ter o conhecimento de como as idéias divulgadas pelo *O Araripe* eram lidas e interpretadas por seus leitores, bem como perceber a “reação” destes diante das leituras ensejadas por este jornal.

Ainda nesta seção, encontramos cartas de denúncia “de assassinatos, perseguições políticas, abusos de autoridade [...] dentre outras. O próprio fato de tornar público um acontecimento, submetendo-o ‘aos olhos de todos’, funcionava como uma proteção, que era exercida pelos olhos atentos e vigilantes da sociedade”<sup>129</sup>, estreitando ainda mais as relações sociais entre os leitores.

*O Araripe* trouxe também, através da seção *Correio da Capital*, artigos e notícias de jornais de outras províncias, principalmente de Recife – pelo *Diário*

---

<sup>127</sup> FERNANDES. Ana Carla Sabino. **A Imprensa em Pauta. Jornais Pedro II, Cearense e Constituição.** p. 49.

<sup>128</sup> SILVA, Sonia Maria de Meneses. Op.cit. p. 22.

<sup>129</sup> Ibid., p. 23.

*Pernambucano* – e de Fortaleza – através do *O Cearense*, o que nos faz perceber um elo de contato entre os discursos liberais cearense e pernambucano.

Na estruturação do jornal não poderia deixar de ser dispensado um espaço para os *Anúncios* – seção sempre presente no periódico e localizada na última página – onde se ofertavam mercadorias, imóveis e escravos – buscando-se também pelo paradeiro dos cativos através dos anúncios de fugas, que eram maioria no periódico – além de anúncios de remédios contra o cólera e até mesmo de prestação de serviços de advogados e de professores particulares, etc.

Percebemos que com o tempo esta coluna no jornal avolumara-se, o que nos aponta um número crescente de leitores, bem como o desenvolvimento da economia local notado através dos bens oferecidos ao público.

Na seção *Estatística*, geralmente publicava-se o número de batismos, casamentos e óbitos do Crato e de cidades vizinhas. Em *Publicações a Pedido*, encontramos um espaço em que eram veiculados textos de ensinamento moralístico, poesias e até mesmo trocas de desafetos políticos e pessoais entre os leitores<sup>130</sup>.

É interessante perceber que durante o período das eleições o assunto recorrente era a política, a eleição que se aproximava, havendo ali uma ausência dos demais assuntos, pois nesse momento o jornal voltava-se apenas para as lutas políticas e os discursos entre os partidos. Estes ocupavam a primeira até a última página do *Araripe*, não se falando em outra coisa. Afinal, a conquista do poder revestia-se de magna importância, pois possibilitava ao partido vencedor assenhorar-se dos cofres públicos e distribuir cargos entre os correligionários.

Segundo Lílian Schwarcz, era comum neste período publicar notícias e artigos somente sobre política, tornando-se ausentes notícias e anúncios sobre os demais

---

<sup>130</sup> As seções do jornal destacadas acima não seguiam uma “regra” semanal de publicação. Ora apareciam em determinados números e ora havia a sua supressão.

assuntos, já que neste período não queriam os jornais conservadores ou liberais associar sua imagem a noticiários que fossem mal vistos ou mal compreendidos pela população. Dessa forma agia *O Araripe*, suprimindo de seus noticiários temas que não faziam menção à política.

Nesse sentido, o que se conclui é que os redatores, colaboradores e leitores selecionavam os momentos em que determinados temas deveriam aparecer<sup>131</sup>, estando também atentos ao que se propagava nos jornais opositores. Era o momento que os partidos, através da imprensa, tinham para conquistar o voto dos eleitores, uma vez que eram os jornais “órgãos formadores de opinião pública”.<sup>132</sup>

A folha impressa serviu como meio de compreendermos as idéias e intenções propostas e ali representadas pelo grupo social que redigia e editava o jornal, ou seja, os liberais cratenses.

Eles expressaram suas visões de mundo, seus anseios e ideologias, usando inclusive o periódico como tentativa de consolidar idéias liberais e emancipadoras de âmbito local, como a fundação de uma nova província, além do desejo de civilização da sociedade levando para ali escolas públicas, como o Lyceu, e instruções comportamentais para os homens e mulheres da região.

Segundo Maria Helena Capelato, os jornais “procuraram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa [...]”<sup>133</sup>. No caso específico, era necessário convencer os leitores sobre a importância e urgência dos projetos propostos pelos redatores dos jornais, que em sua maioria eram

---

<sup>131</sup> Entre esses anúncios e notícias não publicados no período das eleições, devemos destacar principalmente a ausência daqueles noticiários referentes à escravidão no Brasil. Nesse momento não encontramos nenhum posicionamento dos periódicos, inclusive do *O Araripe*, a favor ou contra ao sistema escravista existente na época. Nem mesmo anúncios de fugas, vendas ou aluguéis de escravos. Ver SCHWARCZ, LÍLIAN. **Retrato em branco e negro: jornais, escravo e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 149-150.

<sup>132</sup> FERNANDES, Ana Carla Sabino, Op.cit..p. 30.

<sup>133</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. p.15.

também líderes partidários e quando não, mantinham “relações muito estreitas com o poder político local”<sup>134</sup>.

Vale ressaltar que no século XIX, muitos jornalistas eram políticos e por isso, nem sempre era possível separar um e outro, pois ambos os grupos estavam intrinsecamente ligados, fazendo parte da mesma elite letrada<sup>135</sup>.

Destarte, os liberais usaram o impresso como meio de convencer a opinião pública quanto à importância das suas posições e projetos elaborados, tornando a imprensa o espaço privilegiado para tais ações, discursos, representações e práticas sociais e políticas.

Desse modo, seguindo os passos de Chartier, percebemos que os liberais produziram, além de suas práticas, suas estratégias a fim de “legitimar um projeto reformador”<sup>136</sup>, se inserindo neste a busca por uma civilização social e urbana para a cidade do Crato. Para isso, no caminho trilhado por eles, houve o interesse em representar a cidade com sinais de progresso, modernidade e civilização.

Não podemos esquecer que o projeto civilizador proposto pelos liberais caririenses coincide com “todo o processo de construção da nação brasileira, como também o movimento de consolidação do Estado Imperial”<sup>137</sup>, que propugnavam o ideal de civilização em praticamente todo o território nacional, estando tal ideal conjugado ao de ordem, progresso e moralidade. Portanto, o Cariri não foi o único a “lançar” tais propostas, mas é válido perceber que para aquele torrão, este era também o momento de construir e fazer evoluir sua civilização.

---

<sup>134</sup> FILHO, Antonio Vitorino Farias. **O discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu. (1894 – 1930).** Dissertação de Mestrado. Defendida em 2009. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza. p. 62.

<sup>135</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial.** p. 46 e 47.

<sup>136</sup> CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações.** p.17.

<sup>137</sup> CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960).** p.30.

Naquele momento a cidade do Crato, se propôs a ser o núcleo disseminador de um “projeto civilizador” para a região do Cariri, que consistia em acabar com a ignorância local, bem como dissipar a barbárie ali existente, a fim de que pudessem promover nacionalmente a criação da Província do Cariri.

Para tal promoção, usavam como argumento o fato do Crato ser a cidade mais povoada da região e de ter o maior desenvolvimento econômico daquele lugar, proporcionado pelo incremento da agricultura – com predominância da produção de rapadura sobre os demais produtos – e, conseqüentemente, do comércio.

A imprensa serviria como mote para os liberais cratenses divulgarem o projeto civilizador que estavam propondo. Ou seja, através das páginas impressas do *O Araripe* os liberais puderam dar visibilidade, apresentar, divulgar, “moralizar”, “educar” e incentivar a população da região para que pudesse atingir o mesmo grau de civilização já alcançado pelo litoral, deixando à margem “os sertões”.

Este fato foi explicitado na primeira página da edição número 1 do *O Araripe* que procurava justificar os atrasos do interior enquanto floresciam as capitais, verdadeiros “focos de civilização das províncias, por isto que para ali afluem a parte mais inteligente e bem educada da população”<sup>138</sup>. De acordo com o jornal, no litoral agia mais ativamente a administração do Estado, garantindo-lhes maior desenvolvimento. Além disso, as capitais bebiam mais diretamente o “trato delicado” que vinha do velho continente.

Para os liberais, um dos meios para atingir a civilização seria garantir uma divisão político-administrativa através da criação da Província do Cariri, pois a partir desta, seria garantida à sociedade uma série de benefícios que ficavam restritos às capitais e cidades litorâneas. Conseqüentemente, após a divisão, haveria também uma

---

<sup>138</sup> O Araripe, nº 01, 07 de julho de 1855. p. 02.

perspectiva maior de desenvolvimento econômico para a região, que naturalmente já era próspera se comparada a outros lugares sertanejos.

Desse modo, essa divisão tornara-se a “menina dos olhos” do projeto civilizador dos liberais, que em tempos anteriores já tentavam concretizá-lo e não haviam conseguido. Para os partidários do liberalismo, a realização deste sonho traria a civilização para o Crato, transformando esta em modelo de adiantamento e modernidade no interior do país.

Para a historiadora Antonia Otonite de O. Cortez, a divisão corresponderia também à instauração de “uma identidade cratense, caracterizada por uma face política liberal conservadora”<sup>139</sup>, que seria propagada por todos os rincões daquela região que iriam se referir ao Crato como o berço da civilização, do adiantamento cultural, do liberalismo, do progresso e da modernidade<sup>140</sup>.

Tendo em vista os anseios para a concretização dessa divisão político-administrativa, os liberais constantemente expunham à população cariense através do *O Araripe*, as normas e condutas que deveriam gerir o comportamento de uma sociedade “civilizada”, isto é, procuravam representar o que era ser civilizado e as estratégias que garantiriam aos carrienses atingir certo nível de polidez. É o que veremos no capítulo que segue.

---

<sup>139</sup> CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. Op.cit. p.32-36. Para esta autora, a “política liberal conservadora” se caracterizava pelas práticas eleitorais que estavam voltadas para a manutenção de oligarquias e pela falta de engajamento dos cratenses nas campanhas abolicionistas e republicanas. Para nós, essa política, de fato, caracteriza-se pela manutenção das instituições vigentes na época, tais como a escravidão e as oligarquias. Contudo, ressaltamos que desde os primórdios do Império o Crato destacou-se em defesa de uma política republicana. Exemplo disso foi a proclamação de uma República cratense em maio de 1817.

<sup>140</sup> Tais representações sobre o referido lugar serão discutidas no capítulo seguinte.

● *ARARIPE* é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação so é responsável pelos seus artigos; todos os manuscritos, para serem publicados, devèrão ser legalizados.



O preço da assignatura é  
 Por um anno 4\$000  
 Por 6 meses somente 3\$000  
 O jornal sairá todos os sabbados.  
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 27 DE OUTUBRO DE 1855. RUA DA MÃTRIZ.  
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

### Capítulo 2

## ○ ARARIPE.

#### As Reformas.

A liberdade de vistas na direcção politica do estado do que na actualidade: todos os partidos renunciaram as lutas estereis, as recriminações exageradas, as reacções violentas, as destituições injustas, e obtiveram por fim a reconciliação e a paz. Neste estado de espirito e relações que se estabeleceram as opiniões pela marcha natural das cousas, era facil prever, que por uma consequencia logica todos deviam comprehender-se da necessidade de muitas reformas importantes desle e muito reclamadas: estudadas, e discutidas pela imprensa, e por assim dizer, accitas pelos nossos homens mais esclarecidos, pelos nossos estadistas mais distinctos. Todos e a fim reconheceram que era mister revolver o passado, retirar algum de seus monumentos, e até destruir outros para reedificá-los de novo.

Esta convicção tinha por si uma experiencia dolorosa, porem cheia de lições profundas. Essas leis, essas reformas que foram confidenciaes em diversas epochas, são as phases mais importantes das reacções, e das lutas extremas por que passámos. Imposições verdadeiras a que o destino das lutas sujeitava os partidos vencidos, é claro que ellas não podiam ter o cunho da prudencia.

Nesses grandes momentos de agitação politica, ha uma lei indeclinavel para os partidos, lei de guerra, lei que não admitta transacções, que proscree absolutamente toda e qualquer concessão razoavel. Os homens publicos com o prisma das paixões deante dos olhos, esquecem os verdadeiros interesses da patria e tratam de remover obstaculos: as opiniões se desviam do caminho que devem trahir do fim para que devem tender.

Chegam então os tempos de calma, os partidos discutem com prudencia, conhecem-se reciprocamente, e visam de longe o mesmo fim.

Devidido em dois partidos o Brasil nos apresenta o espectaculo das grandes lutas da historia; isto é, o presente sempre em luta com o passado, com a differença unica de que entre nós a luta só tem

tido importancia pelo lado politico. Começando, por assim dizer h'ntem a nossa vida de discussão e de liberdade, ainda estamos longe dessas infermidades que costumam contaminar a vida dos povos a proporção que se desenvolvem na

organização da civilização. As manifestações mais importantes, todas as nossas manifestações mais energicas, tem sido exclusivamente debaixo do elemento politico como já dissemos.

O partido saguarema entre nós é o representante da liberdade e da democracia. Nos tempos vencidos, foi obrigado a ceder o terreno, e a esmorecer um pouco na luta, que era inevitavel. Mas depois a onça popular volta e quebra-se por si mesma; e logo de novo em campo mais animado, mais cheio de experiencia do que d'antes, prosegue na luta com mais ardor. Toma a governação publica em 1837, e desde então, ou pela habilidade de seus chefes, ou porque assim devia ser, conserva-se sempre no poder, deixando apenas por accidente, para retomá-lo com mais força.

Senhor de todas as posições, seguro em suas conquistas, elle parecia inabavel. Mas contra as ideias não há barreira nem obstaculo algum possivel.

O grande partido nacional que estivera sempre a frente do progresso, e que por algumas exagerações, fuzé confessa-lo, tinha enfraquecido, e cahido em um estado de desconfianças e torpor recobra as forças e felizmente em uma situação em que a experiencia lhe tinha ensinado a comprehender quaes as reformas possiveis e praticaveis. Reanima então de novo o espirito nacional, e não obstante achar-se fora do poder, elle consegue popularisar a ideia de reformas, e conquistar em breve o consentimento dos homens mais notaveis da opinião conservadora.

No momento porem em que este resultado ha se tornando mais notavel, e tornando maiores promozções, cahia o ministerio Martins, que se não era de todo opposto a tendencia reformista do partido, pouco ou nada poderia fazer por lhe faltar o prestigio e a necessaria força de vontade e accção.

Chamado então pela confiança da côrte, o Sr. Paraná compoz um novo ministerio.

Estadista habd, espirito cheio de penetração de

## 2.1. A Província do Cariri: Um Projeto Político e um Sonho Irrealizado.

[...] A obra porém da nossa reorganização não se julga ainda completa, restando ainda grandes cousas a fazer, que demandam tempo e madura reflexão, estudos profundos e muito patriotismo. Agora estuda-se no país a questão da divisão do território do império em províncias; e felizmente é esta uma das reformas, cuja necessidade, já há muito, calou no animo de todos, determinando-a os interesses da ordem, do comércio e da civilização.<sup>141</sup>

Em um dos artigos escritos no *O Araripe*, João Brígido apontava sobre a necessidade da “reorganização de nossas províncias” que, segundo ele, tal ação contribuiria para o desenvolvimento e civilização dos lugares mais longínquos do país, que em sua maioria ficavam desprovidos dos benefícios governamentais, tais como a educação, a ordem, a justiça, entre outros.

Apontou ainda sobre os “danos” que a distância – em relação à sede do governo – causava ao interior do país e que esta contribuía para a impunidade dos crimes cometidos e para o “apadrinhamento” destes. “E é ainda pela distância que se explicam fatos da ordem da Balaiada e outros”<sup>142</sup>.

Dessa forma, o redator chamava a atenção de que lugares distantes do centro governamental propiciavam o surgimento de movimentos – como a Revolta da Balaiada, ocorrida no Maranhão – que causavam “contestação à ordem”. Tal argumento serviria também de mote para a criação da Nova Província, a fim de que tais ações pudessem ser inibidas.

---

<sup>141</sup> O Araripe, n°148, 19 junho de 1858.

<sup>142</sup> Idem. Ibidem.

Com tal discurso Brígido queria reforçar e mais uma vez justificar a partir do periódico, a necessidade da criação da Província dos Cariris Novos, “apresentada como fulcral para a *ordem*, o *comércio* e a *civilização* do Brasil”<sup>143</sup>.

Desse modo, a idéia de construir um lugar civilizado, dotado de progresso e modernidade se valeu de estratégias do grupo liberal cratense, do qual João Brígido fazia parte e que tentava através de seus argumentos – e com a ajuda do *O Araripe* – convencer e convocar a população a aderir aos seus ideais, sua visão de mundo e projetos políticos.

A primeira representação ao Governo sobre a criação desta província, teria sido feita pela Câmara do Crato em 1828. Entretanto, em 14 de agosto de 1839 a busca por esta realização foi assumida pelo senador José Martiniano de Alencar, que teve grande destaque na política provincial e nacional e que através das colunas do jornal *Diário do Rio de Janeiro* defendeu a concretização desta idéia, apresentando por meio da imprensa diversos argumentos a seu favor<sup>144</sup>.

Em 1839 o Senado do Império recebeu das mãos de Alencar o projeto de lei que daria origem a nova província, que se denominaria

Província do Cariri Novo, cuja capital será a vila do Crato [...] sendo esta formada pelos municípios do Riacho do Sangue, Icó, Inhamuns, São Mateus, Lavras, Jardim e Crato, da província do Ceará. Dos municípios do Rio do Peixe e Piancó, da província da Paraíba. Do município de Pajeú de Flores e dos compreendidos no antigo julgado de Cabrobó da província de Pernambuco. E do município de Piranhas da província do Piauí.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. **Projetando ser capital**: a província dos cariris novos e o discurso regional no jornal cratense *O Araripe* – meados do século XIX. Texto mimeo. p.03.

<sup>144</sup> Para o aprofundamento deste assunto consultar: CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura**: Crato (1889-1960). p.19 – 69 e PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Imprensa Universitária. 1963. p. 125 e 126.

<sup>145</sup> PINHEIRO, Irineu. Op.cit. p. 125 e 126.

O jornal *O Araripe*, em sua edição de 31 de maio de 1856, veio a público agradecer ao senador José Martiniano de Alencar, pelos “valiosos serviços”<sup>146</sup> prestados a esta causa e transcreveu na primeira página deste número o artigo que fora publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro* que diz ter sido a proposta do senador bem acolhida pelo Senado Imperial e que foi emitido um relatório favorável à criação da lei, baseado nos argumentos apresentados.

No referido artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro* estava escrito que “os habitantes daquele lugar, desejando ver realizado este projeto [...] acabam de criar um jornal, *O Araripe*, destinado exclusivamente a sustentar essa causa justa”<sup>147</sup>. Exageros à parte refletidos no hebdomadário do Rio<sup>148</sup>, não podemos deixar de perceber no artigo que a causa pela criação da Província do Cariri havia ganhado destaque nacional e pareceres inicialmente favoráveis, mas que não foram levados a frente apesar do prestígio político de que dispunha o senador Martiniano de Alencar.

Desse modo, a intenção do *O Araripe* ao publicar naquele momento – passados 17 anos desde que o projeto de lei fora entregue por Martiniano de Alencar – o artigo do jornal do Rio contendo o “parecer favorável” do Senado, era de persuadir e incentivar a população a novamente levantar esta bandeira e lutar pela divisão administrativa proposta. O periódico argumenta que, “se naquela época o senado julgava essa criação útil e necessária”<sup>149</sup>, naquele momento as vantagens seriam

---

<sup>146</sup> *O Araripe*, nº 46, 31 de maio de 1856. p. 01.

<sup>147</sup> *Idem*. *Ibidem*.

<sup>148</sup> Não podemos negar que o semanário cratense fora, sem dúvida, o principal veículo de promoção de planos e idéias para a criação da província. Contudo, diante do momento de transformações ocorridas no Crato – que passava por um significativo crescimento demográfico e econômico, em decorrência do desenvolvimento agrícola – discordamos do artigo ao afirmar que teria sido o periódico criado *exclusivamente* para a defesa desta causa. Vemos *O Araripe* principalmente como um meio divulgador das idéias e projetos liberais da época, em que a criação da nova província e promover a civilização da sociedade local seriam mais um deles. É válido destacar também que o próprio jornal, a partir do dia 19 de outubro ano de 1862, declara-se abertamente, em todas as edições, na sua primeira página, como um “*jornal político e noticioso*”. *O Araripe*, nº 291, 19 de outubro ano de 1862. p. 01.

<sup>149</sup> *O Araripe*, nº 46, 31 de maio de 1856, p. 02.

maiores, já que seriam observados o crescimento da população e da renda naquele lugar, que se comparado a anos passados havia dado saltos significativos.

Em 1846, uma nova representação foi feita ao Senado, desta vez pela Assembléia Legislativa da Província do Ceará, que se encontrava convencida da necessidade e utilidade pública dos “*Cariris Novos*” – assim também denominada a Província do Cariri – sendo esta uma das “mais urgentes necessidades dos povos que habitam os sertões dessa província e dos da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Piauí”<sup>150</sup>. Contudo, novamente, o desejo de criação desta província ficou só no papel, longe de ser colocado em prática.

No decênio de 1850 o projeto não fora esquecido, sendo mais uma vez retomado pelos liberais que se encontravam desejosos de desmembrar o Cariri do restante do Ceará, alargar e enaltecer sua liderança regional – alcançando o interior das províncias vizinhas com quem o Cariri comercializava seus produtos agrícolas – bem como se destacarem com maior notoriedade no cenário político nacional, através de representantes que estariam alocados na Câmara e no Senado Imperial.

Isto lhes garantiria, sem dúvida, uma maior articulação entre os “sertões” e o litoral, entre o interior e a capital do Império, sem que com isso pudessem ser esquecidas a ordem e as instituições vigentes em todo o país, como a manutenção da escravidão.

Assim, em 18 de julho de 1854, a Câmara de Barbalha, através de alguns de seus membros – Antonio Joaquim de Santana (presidente), Antonio Bezerra de Jesus, Domingos Gonçalves Parente, João Antonio de Jesus, Severino de Oliveira Cabral, Antonio Policarpo de Amaral Lisboa e José Antonio de Macedo<sup>151</sup> – pedia a “Assembléia Legislativa Geral” a criação dos Cariris Novos, sendo o Crato a capital, já

---

<sup>150</sup> Província dos Cariris Novos – Representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo VI. Fortaleza, 1892, p. 223.

<sup>151</sup> PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. p.138.

que entre as cidades caririenses era a que apresentava as melhores condições para se tornar a sede do governo provincial, uma vez que: era o berço de homens e movimentos liberais da região, contava com um número demográfico elevado se comparado com as localidades vizinhas, tinha a primazia econômica local e ainda havia de se considerar que era também uma terra de famílias ilustres<sup>152</sup> que – apesar do analfabetismo que grassava a cidade – a cada dia se valorizavam e se elevavam nas letras, uma vez que a instrução era um dos constituintes para a promoção da civilização.

Enfim, o pedido feito pela Câmara de Barbalha nos dá a perceber que o desejo de concretização deste projeto não se restringia apenas à Câmara do Crato, mas também das cidades vizinhas que viam o Crato como uma espécie de “cidade modelo”, ajudando a distingui-la culturalmente em relação aos outros lugares da região do Cariri, fazendo desta, no dizer de Figueiredo Filho, “a cidade-padrão que dita lei às localidades circunvizinhas”<sup>153</sup>.

Apoiando também este projeto, estavam os conservadores que ao se referirem a tal assunto, pareciam deixar de lado suas contendas com os liberais, a fim de ver concretizada a Nova Província. Assim, no número 46 da edição do jornal, “*O Araripe* publicou uma correspondência assinado por *O Governista* – leia-se, um membro do Partido Conservador – que advogava pela causa do Cariri”<sup>154</sup>.

“*O Governista*” apontava através de seu artigo, os benefícios que seriam adquiridos a partir da criação da Província, tendo como capital o Crato, “por ser o local mais apropriado para todas as comunidades das indispensáveis pessoas, das quais se compõe a sede de um governo”<sup>155</sup>. O mesmo ainda acrescenta que:

---

<sup>152</sup> Entre elas podemos citar além dos Alencar, os Monteiro, os Alves Pequeno, os Araripe, dentre outras.

<sup>153</sup> FIGUEIREDO FILHO, José de. **Meu Mundo é uma Farmácia**. 2ª Edição. Fortaleza: Casa de José de Alencar / Programa Editorial, 1996. p 19.

<sup>154</sup> ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Projetando ser capital**. p.13.

<sup>155</sup> *O Araripe*, nº 46, 31 de maio de 1856, p. 02.

[...] a demonstração da suma necessidade, que havia para a criação desta nova província, colocada nesta vastidão de centros: os imensos bens, que resultaria a um número crescido de pessoas, que habitam no circulo, que compreende o terreno, que faz parte integrante da pretendida província: finalmente os lucros que teriam o tesouro público, provenientes dos tributos, que se pagam, argumentariam em grande escala por serem mais bem arrecadados com uma administração provincial nestes mesmos centros [...]<sup>156</sup>

Como podemos perceber através deste artigo, os argumentos apresentados pelos conservadores e liberais, quanto à criação da Nova Província, não diferiam. Os partidos políticos defendiam os mesmos ideais para a região e para a cidade do Crato, sendo que tal fundação serviria também para ampliar os interesses políticos dos partidos, que conseqüentemente elaborariam projetos que julgariam convenientes para o crescimento e fortalecimento do poder. Portanto, o “apoio” dos conservadores à empreitada liberal, serviria também para “pressionar” os representantes do Parlamento brasileiro a concretizarem a criação da Província do Cariri.

O artigo ainda faz menção aos lucros econômicos que seriam provenientes a partir da criação da Província. Este, fora um forte argumento utilizado pelos liberais os quais alegavam que só assim os recursos seriam mais aproveitados pela nova província, pois haveria ali um maior investimento e distinto progresso no desenvolvimento agrícola – uma vez que esta atividade naquele lugar parecia “ter sido colocada pela providência no meio dos sertões em extremos áridos para servir como de fornecedor comum [...] aos numerosos habitantes da vasta porção do território”<sup>157</sup> que crescia diariamente pela freqüente imigração dos povos que para ali corriam fugindo dos flagelos, da fome e da miséria, já que a prosperidade naquela região era notória por causa do seu clima e da facilidade com a qual eram produzidos os mais variados gêneros alimentícios.

---

<sup>156</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>157</sup> Província dos Cariris Novos – Representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo VI. Fortaleza, 1892, p. 223.

Alegavam o fato de ter o Cariri uma “população de 140 mil habitantes, com renda suficiente para as suas despesas [...] e tendo interinamente por capital o Crato, fica o governo na proximidade do centro da Província e mais perto das povoações que se acham na divisa das outras Províncias”<sup>158</sup>.

Pregavam também que desse modo se expandiria “a cultura do espírito e a educação do povo”<sup>159</sup>, bem como o melhoramento nos costumes da população. A justiça se faria mais eficiente na repressão aos crimes que aconteciam e ainda haveria uma melhor fiscalização nos cofres públicos, além de um maior aproveitamento nos recursos favoráveis ao seu engrandecimento.

Enfim, avalizar a ordem, a justiça, repreender os criminosos, fiscalizar as obras e as autoridades públicas, impulsionar o cultivo agrícola, animando-se também a indústria, promover a civilização à população, imprimir força ao progresso e a “educação a um povo cheio de inteligência”<sup>160</sup> eram alguns, senão os principais, argumentos pregados pelos liberais cratenses ao defender a criação dos *Cariris Novos*, uma vez que esta lhes garantiria autonomia e benefícios políticos para a concretização de futuros projetos para a região meridional cearense.

Destarte, a fundação dos *Cariris Novos* foi constantemente apresentada, argumentada e representada pelo jornal *O Araripe*. João Brígido não ignorava a necessidade da criação da nova província, expondo seus argumentos nas páginas do primeiro número do jornal, alegando que enquanto se desenvolvia o litoral brasileiro, os “sertões” permaneciam esquecidos pela máquina administrativa. Sobre essa idéia, assim se refere:

Não traria mais vida e ação a essas populações numerosas, [...] se diminuíssem os territórios de suas respectivas províncias em proveito de sua incorporação, isto é, que se lhes desse uma administração

---

<sup>158</sup> PINHEIRO, Irineu. *O Cariri*. p.33.

<sup>159</sup> *O Araripe*, nº 46, 31 de maio de 1856. p. 01.

<sup>160</sup> *O Araripe*, nº 01, 7 de julho de 1855. p. 02.

especial que curasse de seus interesses peculiares, que mais perto colocada, velasse sobre a segurança publica, conhecesse suas necessidades e por tantos meios a seu alcance promovesse seu adiantamento industrial e sua educação moral? [...] Donde provém o retardamento da civilização dos municípios centrais do império, quando florescem os do litoral? Por certo que da falta de administração [...].<sup>161</sup>

Esse discurso vai tecendo a idéia da criação de uma administração própria para o Cariri e apresenta argumentos que apontam para a causa do retardamento dos lugares interioranos do país, sempre os comparando com o desenvolvimento do litoral, apontando que estes “são os focos de civilização das províncias”<sup>162</sup>, servindo de escola para aqueles lugares que estão ao seu redor. Afirma que dali sai a parte mais inteligente e educada da população, transmitindo seus costumes e bons modos aos habitantes incultos.

Sem dúvida, a intenção do jornalista com a divulgação de artigos e notícias acerca da criação da Província no periódico, era enaltecer e legitimar este projeto frente à população caririense – até mesmo diante de “alguns antiquários que evitam que ela se realize e que julgam uma profanação”<sup>163</sup> – a fim de que esta unisse “todas as vozes, para que bem cedo o governo atenda a estes reclames do interior do Brasil”<sup>164</sup> que traria significativos avanços para o Vale do Cariri e conseqüentemente elevaria o prestígio dos liberais, principais defensores desta causa.

Desse modo, vemos *O Araripe* como um meio de estratégia e representação criado pelos liberais a fim de traduzir suas posições, interesses, sua concepção de mundo social, seus valores e o seu domínio<sup>165</sup> para o restante da população para que esta unida a eles garantisse a divisão político-administrativa e então tornasse possível conquistar e trazer ao Cariri, e conseqüentemente ao Crato, a tão sonhada

<sup>161</sup> O Araripe, nº 01, 7 de julho de 1855. p. 01.

<sup>162</sup> Idem. Ibidem.

<sup>163</sup> Ibid., p. 02.

<sup>164</sup> O Araripe, nº 148, 19 de junho de 1858. nº 148. p. 02.

<sup>165</sup> Ver CHARTIER, Roger. . **História cultural entre práticas e representações**. p. 17 e 18.

independência, que proporcionaria para a região a extensão dos benefícios os quais eram destinados mais diretamente às capitais e cidades litorâneas.

Para a elite caririense<sup>166</sup>, a divisão administrativa serviria também como condição para se conquistar a civilização<sup>167</sup>, sendo o Crato o núcleo civilizador e disseminador da cultura e dos bons costumes para os demais povos da região. Esse fato fez a cidade ser referenciada até hoje como a “Cidade da Cultura”<sup>168</sup>, a “Princesa do Cariri” e ainda “Capital do Cariri”, sendo essas designações resultados dos sonhos e projetos representados por essa parte da sociedade.

Dessa forma, buscava-se constantemente por meio do *O Araripe*, apoio da população, dos liberais das províncias vizinhas e principalmente do aparelho administrativo provincial cearense, uma vez que a elite liberal caririense tinha consciência de que por mais poder, riqueza e notoriedade que tivessem na sociedade local, nada seria suficiente sem o apoio da população e do governo.

Assim, *O Araripe* publicou em 03 de maio de 1856 um artigo do *Diário de Pernambuco* mostrando aos seus leitores que este periódico – e conseqüentemente os pernambucanos – também abraçavam a causa e apresentavam ali justificativas e argumentos positivos para a criação dos *Cariris Novos*, comparando esta região a um “verdadeiro oásis no meio dos áridos sertões [...] constituindo uma verdadeira preciosidade, cujos frutos, se aqui fosse a sede de um governo, que deles soubesse tirar proveito, poderiam levar a abundância e a prosperidade ao seio da população”<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> Formada principalmente por políticos, profissionais liberais e magistrados. Encaixamos essa elite dentro de uma elite regional, ideologicamente apresentada anteriormente.

<sup>167</sup> Ver CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura**: Crato (1889-1960). p. 36 - 38.

<sup>168</sup> Segundo a historiadora Antonia Otonite de O. Cortez, a construção do Crato como “cidade da cultura” foi presidida, pelos ideais de condutas civilizadas, pela higienização dos espaços e pela instalação de instituições que deram a esta cidade um suporte à cultura letrada. Ver CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. Op.cit. p. 107.

<sup>169</sup> *O Araripe*, nº 43, 03 de maio de 1856, pág. 02 e 03.

É possível perceber nesta citação alguns elementos discutidos até aqui como por exemplo, os aspectos geográficos da região que eram reiteradamente representados como símbolos de uma superioridade local em relação ao seu entorno. Com isso, o jornal buscava justificar seu interesse: transformar a cidade do Crato em uma capital provincial a que deveriam se submeter os sertões circunvizinhos.

A crença de que essa divisão propiciaria benefícios para a região pode ser visualizada na citação através dos termos “*abundância*” e “*prosperidade*” que seriam produzidas com os *Cariris Novos*.

Contudo, apesar deste projeto ter sido tratado insistentemente pelos liberais, os quais usaram a imprensa como um meio de divulgá-lo e incentivá-lo, devemos esclarecer que o mesmo não atingiu o resultado esperado, tornando-se necessário lançar a mesma proposta no início do século XX quando os argumentos foram praticamente os mesmos apresentados desde 1828<sup>170</sup>.

Assim, podemos concluir que, de acordo com o jornal, a criação da Província dos Cariris serviria para que houvesse um maior desenvolvimento local, controle da ordem e da justiça, bem como uma aceleração do projeto civilizador. Estes fatores trariam como significado o progresso para a região, daí porque o jornal defendia tão veemente a proposta da divisão administrativa.

Em seu projeto de civilizar a sociedade, os liberais propagaram no *O Araripe* ideais de moralização e higienização dos espaços e dos corpos. Dessa forma, procuraram moldar, apreender e representar aquela população através de seus discursos impressos. É o que trataremos a seguir.

---

<sup>170</sup> Somente a partir da década de 1990 a idéia de transformar o Cariri em um novo Estado sofre alterações, através do “Pacto de Cooperação do Cariri”, que promoveria o desenvolvimento sócio-econômico da região. Este “pacto de cooperação” foi proposto por políticos juazeirenses que pretendiam tornar Juazeiro do Norte a capital do novo Estado, já que, segundo estes, é ali que agora circulam os principais recursos econômicos da região. Porém, esta também foi mais uma idéia que nunca saiu do papel e conseqüentemente aumentou as rixas costumeiras entre cratenses e juazeirenses.

## 2.2. O Araripe e suas normas civilizadoras.

Até o momento podemos notar que os liberais cratenses não prescindiram do ideal de pertencer e construir uma civilização nos “sertões cearenses”. Para isto, fizeram com que houvesse uma intensa circulação de suas idéias por meio da imprensa da época, “lançado a luz” que instruiria a população local a ser civilizada. Para isto pleitearam

a existência de uma rede de escolas que difundisse a instrução (tanto melhor se fosse pública) e o cultivo das letras, o asseio dos espaços públicos e privados, o exercício do monopólio da força pelos agentes do Estado, ou seja, o policiamento da cidade, a demarcação das terras de plantio das de criatório a fim de se evitar as contendas entre proprietários de lavouras e criadores.<sup>171</sup>

Constantemente eram apresentadas no jornal “campanhas” em prol da conquista de tais instituições<sup>172</sup> e hábitos, bem como as normas que conduziriam os homens e mulheres a “esforçarem-se por modelar suas condutas sociais pelos códigos de civilidade” ali representados e apontados, fazendo prevalecer as visões de mundo liberais, que prescindiria as vivências, os comportamentos, as relações interpessoais, bem como a higienização dos corpos e dos espaços por eles ocupados.

Algumas dessas regras impostas pelo Código de Posturas, dizia que

[...] Todo aquele que lançar lixo nas ruas, ou praças desta Cidade pagará a multa de 2\$000 reis, além da despesa que [sic] se fizer com a limpeza. [...] Todo aquele que comprar ou vender com pesos, medidas ou balanças falsificadas, pagará a multa de 2\$000 réis e sofrerá seis dias de prisão<sup>173</sup>.

<sup>171</sup> CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. Op.cit. p. 41.

<sup>172</sup> Entre elas está o “correio público”, criado pelos liberais, que de acordo com o jornal, “o Partido Liberal do Crato e Barbalha desenganado de que o governo geral não melhora o correio público acaba de estabelecer um, a sua custa, para a capital, o qual tem de fazer sua primeira viagem no dia 12 do corrente”. Porém, a “*Sociedade de Correios do Partido Liberal*” destacava como condição de usufruir desta instituição, à associação a mesma. O Araripe, nº 221, 3 de maio de 1860, pág. 02 e 04. Podemos perceber através da notícia a crítica feita pelos liberais ao governo. Os mesmos ainda estabelecem “condições” para quem quisesse fazer parte desta sociedade, o que se presume a “exclusão” dos conservadores, uma vez que o correio “público” era criação do Partido Liberal.

<sup>173</sup> Fundo Câmaras Municipais. Série Correspondências Expedidas. Caixa 34 (Crato – 1857-1860). Arquivo Público do Estado do Ceará.

Como podemos perceber higienizar o ambiente era praticamente uma incumbência transmitida à população através do jornal e que esta uma vez não cumprida geraria despesas à sociedade, por meio da cobrança das multas. Da mesma forma, falsificar pesos e medidas era uma prática considerada ilegal que acarretaria além da multa, a prisão. Isto nos indica dizer que havia no Crato uma “padronização” dos pesos e medidas para que se tornasse possível a fiscalização.

Desse modo, tais discursos divulgados pelo periódico, podem ser notados como forma de preparar e disciplinar a sociedade a praticar “atos civilizados” de acordo com a visão liberal.

Portanto, a fim de evitar “surpresas” no dia de fiscalização pela higienização da urbe, constantemente *O Araripe* fazia referência aos artigos que compunham este Código e desse modo a administração municipal “convocava” os habitantes a participar de forma mais ativa da higienização dos espaços por eles ocupados.

O fiscal da câmara municipal desta cidade faz saber aos habitantes da mesma que no dia 15 do mês próximo vindouro tem de sair a correção da limpeza e varrimento das ruas, assim como a respeito dos pesos que se continua a ter dentro desta cidade [...]; cuja correção será sucedida de oito em oito dias [...] e no dia último de novembro deste ano à do levantamento das frentes nos terrenos aforados para a edificação de casas, dos reparos das frentes e calçadas das casas edificadas e dos quintais, que devem ser feitos de tijolo ou vara como determina a lei. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou lavrar o presente para ser publicado na forma do estilo. Crato, 26 de fevereiro de 1857. O fiscal, Manoel de Lavor Paes Barreto.<sup>174</sup>

Podemos notar que a intenção da administração da cidade e do jornal era reforçar na população os hábitos de higiene das casas e das ruas do Crato, com o intuito de melhorar a aparência do lugar e apresentá-lo como uma cidade limpa, organizada e que mostrasse a preocupação e o interesse dos cratenses em torná-la um modelo para o Cariri.

---

<sup>174</sup> *O Araripe*, nº 85, 07 de março de 1857. p. 04.

Dessa forma, estariam também representando a urbe e seus habitantes através das páginas do jornal para as demais cidades e províncias vizinhas, com o intuito de mostrar o zelo da administração pelo lugar e o seu empenho no projeto civilizador. Percebemos também que o jornal tinha uma importância significativa para a sociedade, uma vez que é procurado e utilizado pelos administradores da cidade para que as suas necessidades fossem mais rapidamente divulgadas e cumpridas pela população. Daí a exigência em relação à limpeza das ruas, bem como os reparos das frentes das casas e calçadas.

Percebemos ter sido a higienização do espaço uma preocupação constante da administração, que precava os habitantes dos dias de fiscalização através do *O Araripe* e divulgava as normas de limpeza para a cidade, destacando a importância da participação popular no processo de ordenação desse espaço, fazendo com que houvesse uma percepção de que todos eram responsáveis pela construção da cidade desejada e assim, conseguir os avanços civilizadores.

Manoel de Lavor Paes Barreto, fiscal da Câmara Municipal desta cidade, avisa aos moradores da mesma, para que se previnam em concertarem as frentes e calçadas de suas casas, e bem assim os muros anexos as moradias, que deverão ser de tijolo na conformidade dos provimentos municipais, visto que tem de proceder a correição em tempo oportuno como é de seu dever; e para que não haja ignorância faz o presente aviso. Crato, 13 de agosto de 1856.<sup>175</sup>

Não podemos esquecer também que nesse período (1850 – 1860) o cólera<sup>176</sup> grassava toda a população brasileira e os cuidados para que esta doença não atingisse o

---

<sup>175</sup> O Araripe, nº 57, 16 de agosto de 1856. p. 04.

<sup>176</sup> Tal epidemia não deixou de refletir as disputas pessoais e políticas entre conservadores e liberais sendo estas expressas pelos noticiários do *O Araripe*. “O escopo das críticas eram as autoridades públicas”, que em sua maioria era composta pelos conservadores, que desde 1840 se fizeram presentes no cenário político, tendo domínio sobre este. Desse modo, não faltaram críticas no jornal quando alguns dos integrantes das comissões sanitárias eram do Partido Conservador. Ver ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio se aproxima de nós”**: Representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855 – 1864). Dissertação de Mestrado em História e Cultura História. Universidade Federal do Paraíba. João Pessoa, 2010. p. 163.

Crato e todo o Vale do Cariri eram constantemente lembrados pelo jornal liberal<sup>177</sup>. Daí haver mais um grande motivo para que todos se empenhassem em campanhas higienizadoras.

Nesse sentido, os corpos dos mortos mereceu atenção especial. Os corpos deveriam ser sepultados em locais que guardassem uma relativa distância dos espaços ocupados pelos vivos. Em 26 de maio de 1853, foi fundado o Cemitério da cidade, separando portanto templo e cemitério que até então eram abrigados no mesmo prédio. [...] Essa obra decorreu de iniciativa do Coronel Antônio Luís Alves Pequeno (o segundo com este nome), quando ocupou o cargo de Presidente da Câmara. Nesse mesmo sentido, a fim de evitar a “contaminação provocada pelos miasmas”, quando o Crato foi assolado pelo cólera-morbus, foi criado, em 1862, o Cemitério dos Coléricos, na estrada entre a cidade do Crato e o povoado do Juazeiro<sup>178</sup>.

O projeto para a construção de um cemitério na cidade era antigo, vindo a realizar-se somente em 1853, sendo esta obra classificada como de urgente necessidade e, nas palavras do Dr. Irineu Pinheiro, foi um “inestimável serviço à higiene coletiva”<sup>179</sup>. Como “as pretensões sociais e políticas das elites cratenses em meados do século XIX se justificavam sob a alegação da busca pela civilização”<sup>180</sup>, empreender um espaço exclusivo para os mortos também passou a fazer parte do projeto civilizador para o Crato, sendo defendido por administradores civis e eclesiásticos.

Outra referência aos “provimentos municipais” é feita no número 98 do *Araripe*, que mostra como a população dos sítios e da cidade deveria respeitar o bom uso da água e evitar o desvio particular deste bem coletivo. Nesta edição, o delegado do Crato, *João Batista de Melo*, publicou os artigos 30, 58, 59, 60, 61, 64 e 65 “das posturas da câmara municipal desta cidade para que sejam respeitados por aqueles que

<sup>177</sup> Contudo, é válido destacar que apesar da campanha liberal para se evitar a chegada do cólera na região, os surtos dessa doença atingiram mais de “mil pessoas numa população de pouco mais de oito mil”. CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. Op.cit. p. 50.

<sup>178</sup> Ibid., p. 49.

<sup>179</sup> PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. p. 306

<sup>180</sup> ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Nos Tempos do Cólera**. 1855 – 1865. João Pessoa – PB. Relatório de Qualificação. Mestrado UFPB, 2009. p. 82.

tiverem compreendido em suas disposições”<sup>181</sup>, para que se mantivessem livres os cursos das águas no município, já que se sentia a falta desta no Crato. Sobre este assunto, assim se refere alguns dos artigos do Código de Posturas publicados no *O Araripe*:

Art. 30. Ninguém poderá tirar levadas novas distraindo para qualquer fim parte das águas dos correntes que banharem as terras do patrimônio desta câmara, sem licença da municipalidade, da qual pagará 1\$000 réis: o infrator será multado no duplo<sup>182</sup>.

Art. 65. Fica proibido o uso de se distrair parte das águas deste município com outras plantações que não sejam canas, cafeeiros, arroz e fruteiras dos brejos da Batateira para baixo; não se proibindo, porém a plantação de milho, feijão &c., pelo meio das canas que tem de serem regadas: os contraventores pagaram a multa de 20\$000 réis.

Vemos que o jornal é mais uma vez utilizado pela administração municipal como forma de alertar e fazer instruir a sociedade sobre a condição da distribuição de água naquele momento, uma vez que a administração tentava organizar a repartição deste recurso natural através da construção de valas que ligariam as correntes dos rios Granjeiro e Batateira – rios que cortam a cidade – aos quintais das moradias. Indica também à população a proibição dos desvios das águas municipais, a fim de garantir tal recurso para a produção agrícola local, principalmente à cana-de-açúcar.

Dessa maneira, observamos através da citação acima que *O Araripe* ao usar o próprio Código de Postura<sup>183</sup>, citado com frequência no jornal, tinha interesse para que a população se fizesse entendida das regras ali estabelecidas, bem como das punições aplicadas àqueles que viessem a desobedecê-las. Assim, parecia acreditar estar contribuindo para a civilização da sociedade quanto ao uso correto da água a fim de se evitar desvios ilegais desta, bem como o seu desperdício.

<sup>181</sup> O Araripe, nº 98, 20 de junho de 1857. p. 04.

<sup>182</sup> Idem. Ibidem.

<sup>183</sup> Seguir o Código de Posturas do Crato, significava para os liberais, um meio de civilizar os habitantes. Daí constantemente eles citarem partes deste no jornal e instigar a população a “obedecê-lo”. Por outro lado, as críticas ao não cumprimento do Código servia para os liberais chamar a atenção da Câmara Municipal para a fiscalização da execução do mesmo.

A construção dos primeiros sobrados, empreendida pelos liberais daquele lugar ou que ali chegavam<sup>184</sup> em meio a uma cidade ocupada em maior parte por casebres de taipa, representava naquela época um sinal de que ali o desenvolvimento chegara, trazendo consigo a riqueza, o luxo, o refinamento dos costumes e a civilização para o povo cratense.

Geralmente estas edificações estavam divididas em duas partes: na superior encontrava-se a residência do proprietário e no térreo ficava a parte comercial. A chegada de alguns desses comerciantes e profissionais liberais no Crato, fez com que surgissem ali novas práticas sociais e comportamentais, quer fosse para mostrar hábitos civilizados – em uma sociedade cuja maioria da população era pobre e sem instrução, segundo o naturalista Freire Alemão – ou ostentar a riqueza daqueles que vinham à público, através do *O Araripe*, apresentar-se como educados e condizentes com a sociedade que estava sendo buscada.

Conforme Elias, ser civilizado representava para a classe alta expor sua auto imagem e compará-la com os demais, “considerados mais simples ou mais primitivos”<sup>185</sup>. Portanto, esta classe caracterizaria um tipo específico de comportamento que os fazia se sentir diferentes daqueles que julgavam ser mais simples.

Sobre situações que coadunam com o que acabamos de nos referir, podemos citar uma festa ocorrida no sobrado do Sr. Tenente Coronel *Antônio Luís Alves Pequeno* pelo batizado de seu quarto filho, em que desta participa a classe alta cratense que procura exhibir seus traços civilizados.

---

<sup>184</sup> Segundo Irineu Pinheiro e Ralph Della Cava, foi nesse período, juntamente com a chegada de famílias tradicionais, como a do Sr. Antonio Luís Alves Pequeno – liberal icoense, que traziam consigo suas descendências e civilidade – que “começou a ascender o estalão moral da sociedade do Crato, que podemos considerar padrão de toda a zona caririense”. Além deste outros sobrados foram construídos, como o do negociante Antonio José de Carvalho, do coronel Joaquim Gomes de Matos, do Padre João Marrocos e de Manuel Rodrigues Monteiro. Ver PINHEIRO. Op.cit. p.83 - 89 e DELLA CAVA, **Milagre em Joaseiro**. p. 32.

<sup>185</sup> ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. p.54.

Conforme o jornal, não deixaram faltar neste evento “ordem, gosto e delicadeza entre os numerosos convidados”<sup>186</sup>, fazendo com que todos dessem de si o melhor de seus bons costumes, apresentando-se em seus melhores trajes a fim de dar à festa um brilho maior.

Segundo *O Araripe*, propagador do evento e era um representante da distinta classe social, este teria sido um “esplêndido baile” que provou o adiantamento do Crato em relação à sua moral e boa conduta de civilidade, pois “julgando por esta bela reunião, qualquer estranho pode afirmar dos nossos costumes o juízo mais honroso”.<sup>187</sup>

Aos convidados, o Sr. Antonio Luís e sua esposa ofereceram abundantes delicadezas e bons modos acompanhados de uma “bela música, uma companhia escolhida, licores variados e deliciosos, um chá servido com profusão”<sup>188</sup>, juntamente com uma apurada educação, com que estariam plantando na cidade os hábitos cultos das capitais. Como podemos perceber, ostentação ou não, tudo apontava para um grau de “bons costumes” e sofisticação que estava sendo implantado naquela sociedade e representado através do jornal como símbolo de adiantamento moral e progresso da cidade e como um exemplo a ser seguido pelos demais moradores da mesma.

Desse modo, se ser civilizado para o jornal, significava a suavização das maneiras, a polidez no andar, no vestir-se, no servir e no comportar-se, certamente os presentes na festa de Luís Pequeno acreditavam estar acima dos homens simples da cidade, assim como também acreditavam ter atingido ou estarem cada vez mais próximo de atingir os hábitos mais civilizados dos grandes centros do Brasil.

O comportar-se em público naquele momento tinha muita importância e significado para os liberais, afinal de contas, o Crato era uma cidade que estava empenhando-se em um projeto civilizador. Então, a forma como as pessoas agiam e se

---

<sup>186</sup> O Araripe, nº 106, 22 de agosto de 1857. p. 01.

<sup>187</sup> Idem. Ibidem.

<sup>188</sup> Idem. Ibidem.

comportavam diante de determinadas situações refletia esse processo, fazendo parte do aperfeiçoamento da cidade e dos bons costumes, devendo ser estas “manifestações cíclicas”<sup>189</sup>, que aos poucos contaminariam toda a comunidade.

Ora, asseio corporal conjugado aos bons modos no vestir, no falar, no alimentar-se, no arrumar a casa, no comportar-se em público pareciam ser aspectos observados, pelo menos no seio da elite cratense, de costumes refinados.<sup>190</sup>

Assim, imprimia-se uma orientação aos cratenses com o ensejo de que estes se tornassem seres mais atentos ao seu comportamento e que tivessem condutas modeladas, atos moderados, com espírito cívico enaltecido e de profunda vivência religiosa sob a chancela da Igreja. Afinal, não bastava apenas possuir costumes refinados, corpos e espaços asseados, para o jornal era necessário também caminhar lado a lado da civilidade cristã.

Desse modo, houve um esforço para transmitir à sociedade cariense “virtudes cristãs”, pois “somente elas eram âncoras seguras para a vivência dos papéis sociais pautados na honra, no respeito e no limite, asseguradores da ordem, da paz social denominada sossego e da felicidade na terra e no céu”<sup>191</sup>. Para clérigos e liberais, era preciso disciplinar a sociedade, a fim de que fossem obedecidos os preceitos divinos e para isso o clero liberal e nacionalista se serviu de sermões e da própria imprensa para a divulgação dos comportamentos cristãos.

Daí constantemente no *O Araripe* ocorrer a publicação de artigos intitulados: “*Sem religião, a ordem pública he impossível*” ou “*Missoens Catholicas*”, que noticiavam sobre o “espírito anti-religioso”, que muitas vezes prejudicava a ordem da nação, e faziam menção também ao “verdadeiro” comportamento de homens e mulheres cristãos, com o objetivo de prevení-los e redimí-los do pecado “dando-lhes força e

<sup>189</sup> ELIAS, Norbert. Op.cit. p.59.

<sup>190</sup> CORTEZ. Antonia Otonite de Oliveira. Op.cit. p. 50 e 51.

<sup>191</sup> Ibid., p. 52.

coragem para fazerem todo o sacrifício necessário para segurança de sua salvação.”<sup>192</sup> As “*Missoens Catholicas*” também faziam referência às casas de caridade que estavam sendo instaladas no Cariri pelo Padre Ibiapina<sup>193</sup> nas décadas de 1860 e 1870. Estas casas serviam como escolas para as filhas das famílias mais abastardas, como orfanato para as crianças pobres, como centro manufatureiro e como convento.<sup>194</sup>

Práticas consideradas “não cristãs” eram noticiadas pelo hebdomadário araripense, que denunciava o

abuso cometido por pessoas irrefletidas que se aglomeram junto ao arco da Capela do Sacramento com as costas viradas para o altar, aonde existe o Senhor Sacramentado. Ali se dão palestras profanas não se tendo aquele respeito que nossa Religião nos impõe. São usos sugeridos pela libertinagem e corrupção do século.<sup>195</sup>

Além desta prática cometida em um espaço sagrado, não podemos deixar de mencionar a barbárie ocorrida dentro da Igreja do Crato durante as eleições de 1856, em que houve a morte de um liberal por um conservador – fato já comentado no primeiro capítulo – sendo tal atitude criticada severamente pelo *O Araripe*, que perguntava pelo espírito cristão dos conservadores praticantes do ato, deixando transparecer à população que o desvio de conduta civilizada partia dali.

Destarte, sacerdotes e políticos liberais caririenses procuravam controlar a conduta da população a fim de que todos se tornassem seres civilizados a partir da cristianização, que segundo eles traria a paz social, espiritual e boas condutas

---

<sup>192</sup> O Araripe, nº 107, 29 de Agosto de 1857, p. 01.

<sup>193</sup> José Antonio Pereira Ibiapina, mais conhecido como Padre Ibiapina, nasceu nas proximidades de Sobral, cidade cearense, em 1806 e tornou-se um ardoroso missionário. Antes disso, estudou Direito em Olinda e ingressou na política cearense, interrompendo sua carreira em seguida. Advogou em Recife e tempos depois retornou ao Ceará, onde abandonou a toga e dedicou-se à batina, ficando conhecido como defensor dos pobres. Seu trabalho no Vale do Cariri teve significações importantes, pois ali, estabeleceu ordens religiosas, como as casas de caridade e as primeiras instituições educacionais para mulheres. Ver DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. p. 33 a 35.

<sup>194</sup> Ver DELLA CAVA, Ralph. Op.cit. p.34.

<sup>195</sup> O Araripe, nº 22, 01 de Dezembro de 1855. p. 3.

comportamentais, originando “vivências sociais coerentes com aquilo que era entendido como atributos naturais do homem e da mulher civilizados”<sup>196</sup>.

Estes eram orientados a viver “corretamente” seus papéis sociais, rigidamente hierarquizados de acordo com o que estabelecia a sociedade da época e ainda com o que diziam os moldes do liberalismo. Para isto, *O Araripe* publicou no dia 29 de agosto de 1857 uma série de obrigações e deveres que homens e mulheres – solteiros, casados, ricos, pobres, patrões e empregados etc – deveriam tomar como exemplo e assim regular sua vida seguindo tais preceitos.

Nesse sentido, recomendava-se: ao negociante e aos ricos: “não adulterar as fazendas, ser benigno com os pobres, guardar-se da usura [...], ser caritativo com os pobres e com a Igreja”, não aproveitar-se da ignorância de compradores e vendedores, não confiar nas riquezas adquiridas, agradecer a Deus por elas, etc.<sup>197</sup> Aos pobres, empregados ou “criados” recomendava-se: “trabalhar com atividade, economia e precisão, conforme as regras d’arte, fazer as obras com toda a diligência [...]”<sup>198</sup>. A todos eles recomendava-se ainda o respeito à propriedade e aos princípios cristãos.

Às mulheres moças: “andar acautelada a cada passo [...], observar cada uma de suas ações”<sup>199</sup>, não sair de casa em dias de eleições, sorrir raras vezes e “só por necessidade”, evitar conversar com o sexo oposto, detestar “profanos divertimentos” e, além disso, deveriam ser delicadas, piedosas, moderadas e trabalhadeiras. Às casadas recomendava-se “amar o marido, respeitá-lo como seu chefe, obedecer-lhe como seu superior [...] e servi-lo como seu senhor”<sup>200</sup>. Deveriam ainda ser obedientes, fiéis, pacientes, submissas, benévolas e “prudentes com todos da família”. Às viúvas

---

<sup>196</sup> CORTEZ, Antonia otonite de Oliveira. Op.cit. p. 43.

<sup>197</sup> *O Araripe*, nº 107, 29 de Agosto de 1857. p. 03 e 04.

<sup>198</sup> Idem. Ibidem.

<sup>199</sup> Idem. Ibidem.

<sup>200</sup> Idem. Ibidem.

recomendava-se que se mantivessem “puras como as virgens”, virtuosas e “zelosas pela glória de Deus [...]”<sup>201</sup>.

Aos homens “moços”: “Freqüentar a doutrina cristã, respeitar os mais velhos, evitar ociosidade, não furtar, [...]”. Aos maridos e chefes de família: “Pagar a seus criados e jornaleiros, cuidar da educação dos filhos e servos [...], corrigi-los com prudência e sem cólera, tratar a todas as pessoas com igualdade [...]”, amar a esposa, respeitá-la, sustentá-la com decência, ser fiel, paciente, não ofendê-la, não desonrá-la etc.

Desse modo, é possível perceber no artigo as representações sobre os modelos de civilização e moralidade que segundo o periódico, seriam “ideais” para a população. De modo geral, às mulheres deveriam ser submissas, discretas, devotas e controladoras dos seus desejos e os homens serem trabalhadores, disciplinados, justos e caridosos.

Frequentemente também encontramos neste jornal poemas, crônicas, sonetos e versos que tanto “aconselhavam” como também faziam referência ao portar-se de homens e principalmente de mulheres. Há alguns que diziam que o pudor era “a jóia mais preciosa que pode adornar uma mulher”<sup>202</sup>, sendo este o “vício” menos procurado por elas. Já em outro momento, o jornal dizia como deveria ser o coração de uma mulher, fazendo comparações com um “cemitério”, um “sino de uma torre”, um “navio”, as “santas escrituras”<sup>203</sup> etc.

Ao fazer tais comparações a intenção do jornal era “disciplinar” as pulsões comportamentais das mulheres, devendo estas manter sua moral, desempenhar seu papel doméstico e ser “cheias de frases divinas e palavras celestes”<sup>204</sup>.

---

<sup>201</sup> Idem. Ibidem.

<sup>202</sup> O Araripe, nº 149, 26 de junho de 1858. p. 04.

<sup>203</sup> O Araripe, nº 01, 07 de julho de 1855. p. 04.

<sup>204</sup> Idem. Ibidem.

Percebemos que os versos e “recomendações” publicadas no hebdomadário, objetivavam moldar as condutas dos homens e mulheres caririenses, que deveriam amar, respeitar, obedecer, honrar, ter virtudes, se livrar dos vícios e servir os seus “superiores”, assim como exercer sobre si sentidos de moralidade, paciência e autocontrole dos impulsos irracionais e sexuais. Estes seriam, portanto, “modelos consoantes com os padrões de civilidade”<sup>205</sup> liberais em meados do século XIX para a população caririense.

Tais representações de civilidade empreendidas pelos liberais, “nada mais era do que uma versão um tanto ampliada daquele tipo humano que representava o verdadeiro ideal da sociedade”<sup>206</sup> almejado por aquele grupo de pessoas que pretendia designar um “padrão” de comportamento que os qualificaria como seres civilizados.

Assim, a partir do estímulo à modernidade, aos novos hábitos de higienização, ao melhoramento dos serviços municipais, à moralidade, à modelagem dos costumes, os liberais representavam a partir do *O Araripe* as idéias sobre o que seria necessário para tornar aquela sociedade civilizada, ditando e expondo naquele espaço os padrões de comportamento, procurando civilizar tudo aquilo que fosse considerado “bárbaro” e “prejudicial” para o Cariri.

Entre as coisas que consideravam prejudiciais para o progresso local e que, segundo os liberais araripenses, emperrava o desenvolvimento civilizatório, podemos destacar a criação de gados que tomava os terrenos mais férteis do Vale do Cariri, prejudicando a expansão agrícola, sendo esta considerada pelo jornal a principal indústria do país e conseqüentemente, da região.

Tal problemática, fez com que os liberais recorressem constantemente as páginas do periódico em busca de soluções que pusessem fim a “uma indústria menos

---

<sup>205</sup> CORTEZ. Antonia Otonite de Oliveira. Op.cit. p.48.

<sup>206</sup> ELIAS, Norbert. Op.cit. p.54.

importante que poderia aniquilar outra que é considerada fonte de riqueza pública”<sup>207</sup>. Para isso pediam aos poderosos da Província que tomassem providências “promtas e enérgicas”<sup>208</sup> a fim de que o mal fosse aniquilado e os adiantamentos agrícolas se estabelecessem na região.

Porém, os araripenses sabiam que paralela a esta problemática, havia outra tão ou mais importante a ser resolvida: a falta de mão-de-obra que grassava no Cariri. Tal escassez era considerada pelos liberais como um dos principais agravantes para o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo um empecilho para se atingir à civilização.

Conforme os artigos publicados, a escassez de trabalhadores na região era gerada em decorrência da ociosidade dos livres e pobres e da pouca escravatura existente. Por isso, era necessário incentivar o trabalho local<sup>209</sup>, retirando do ócio e dos vícios, os pobres e livres, bem como procurar manter e controlar os cativos existentes. Assim, percebemos que progresso, trabalho e civilização andavam aliados no discurso dos liberais caririenses. É o que explicaremos com mais detalhes nas próximas páginas.

---

<sup>207</sup> O Araripe, nº 09, 01 de setembro de 1855. p. 02.

<sup>208</sup> Idem.Ibidem.

<sup>209</sup> Era comum encontrarmos no jornal, artigos que proclamavam o quão providencial era o trabalho, afirmando que este “purifica a consciência, dá virtude, dá prosperidade e conduz ao progresso [...] Amemos pois o trabalho!”. O Araripe, nº 08, 25 de agosto de 1855. p. 01. Ao mesmo tempo em que o referido periódico publicava artigos incentivando o trabalho, buscava com fugacidade os escravos evadidos. Para isso, preenchia as últimas páginas do impresso de anúncios de fugas de cativos, oferecendo gratificações a quem destes desse notícias.

### 2.3. A agricultura para civilizar, o negro para trabalhar: civilização e escravidão no *O Araripe*.

Já reconhecemos que a partir da segunda metade do século XIX, setores da sociedade brasileira estavam animados pelos ideais de nacionalidade, progresso e civilidade. Porém, economicamente, o Brasil ainda estivesse fixado nos parâmetros coloniais em que a produção se encontrava subordinada aos interesses da grande lavoura e a agricultura era considerada a principal fonte de lucros de que dispunha nosso país, já que os investimentos para a industrialização tinham pouca notoriedade. Desse modo, a atividade e as práticas agrícolas herdadas do período colonial estenderam-se até o Império, permanecendo inalteradas até o fim da década de 1880.

Assim, a estrutura econômica baseada na produção agrícola, fixou-se nas diversas áreas do país, apresentando em cada uma delas suas peculiaridades produtivas de gêneros. Conforme explicitamos em capítulos anteriores, no Cariri essas peculiaridades relacionavam-se a produção de cana-de-açúcar voltada à fabricação de rapaduras.

Ali a produção agrícola era bastante defendida e apreciada pelos liberais<sup>210</sup> que viam no desenvolvimento desta os progressos materiais para a região, tendo em vista que o Vale apresentava “terreno fresco, orvalhado sempre pela manhã, protegido de freqüentes chuvas”<sup>211</sup>.

Os argumentos em prol da agricultura podiam ser observados através do *O Araripe*, que apresentava o desenvolvimento desta atividade como a principal fonte de

---

<sup>210</sup> Consta inferir que por muito tempo a atividade agrícola esteve relacionada à noção de progresso econômico para o país, pois era a partir dela que provinham os principais recursos do país e de onde se obtinha a matéria-prima necessária para a fabricação de produtos industrializados. O progresso agrícola também era considerado como fonte de civilização, já que esta gerava emprego aos escravos, pobres livres, “salvando-os” de meios que os lançassem na carreira dos crimes, dos vícios e do ócio. Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. p. 34

<sup>211</sup> *O Araripe*, nº 15, 13 de outubro de 1855. p. 01.

riqueza. Assim, além do incentivo à produção de cana-de-açúcar, destinada ao fabrico de rapaduras, para os produtores do jornal, era necessário também que os habitantes pensassem na expansão agrícola, não se limitando apenas ao cultivo de um produto específico, mas diversificando sua lavoura através do desenvolvimento de culturas que podiam tornar o espaço ainda mais rico.

Entre essas culturas, incluem-se o algodão, que segundo os liberais, o consumo fazia-se maior<sup>212</sup> do que o de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, os lucros seriam superiores à produção de rapadura, que como produto de exportação “não representa coisa alguma”<sup>213</sup> no mercado internacional.

Em outro artigo, publicado em 19 de outubro de 1861, os liberais acrescentam que é na Província do Ceará que se encontram as melhores condições para a plantação de algodão e que por isso, constantemente o jornal lembrava aos “comprovincianos a conveniência de fazer convergir seus esforços na exploração desse manancial de riqueza de que tantos lucros podem auferir”<sup>214</sup> para o comércio cariense que naquele momento encontrava-se em crise, em decorrência das importações que naufragaram a região.

Assim, para os liberais caririenses, estaria na exportação do algodão a solução para este problema. No entanto, o jornal apelava constantemente aos agricultores e comerciantes da comarca que se faziam surdos aos seus pedidos, “não desprezem nossos conselhos, mas os aceitem como uma verdade em economia rural; como um problema resolvido em favor do comércio”<sup>215</sup>.

Destarte, percebemos que, para o Partido Liberal era necessário e fundamental o desenvolvimento da agricultura tomando-se várias frentes de produção, o que faria

---

<sup>212</sup> Vale ressaltar a importância que teve o cultivo do algodão, tendo em vista o crescente desenvolvimento das indústrias têxteis que acontecia na Inglaterra e precisava dessa matéria-prima. Nesse ínterim, liberais e conservadores uniam-se em prol da ampliação e do cultivo deste no Ceará.

<sup>213</sup> O Araripe, nº 266, 26 de outubro de 1861. p. 01.

<sup>214</sup> O Araripe, nº 265, sábado, 19 de outubro de 1861. p. 01.

<sup>215</sup> O Araripe, nº 266, 26 de outubro de 1861. p. 02.

aumentar ainda mais as receitas daquela comarca que buscava uma total independência financeira a fim de “mostrar” ao governo central, ter condições de fundar e firmar a *Nova Província dos Cariris*, que com os lucros obtidos teriam mais condições de investir e civilizar “seu povo”.

Contudo, para que a agricultura local fosse ampliada sem sofrer atropelos, o jornal diz ser necessário, que algumas providências fossem tomadas, entre elas, a retirada dos gados dos terrenos férteis da Chapada do Araripe que muito atrapalhavam o desenvolvimento e progresso da região do Cariri. Desse modo, o jornal expunha constantemente em seus artigos, as dificuldades que a lavoura sofria em decorrência do criatório e rogava às autoridades locais e, principalmente, ao presidente da Província do Ceará que este tomasse providências quanto a criação de gados, que cada vez mais dificultava a produção econômica.

[...] Convencidos de que os melhoramentos materiais do país, seu desenvolvimento e progresso industrial são objetos da eterna solicitude dos governantes ilustrados, e que por tal princípio a agricultura, reconhecida fonte de riqueza brasileira, merece máximo cuidado da parte do governo, vem ainda esta vez solicitar desta presidência medidas coercitivas da criação dos gados das diferentes espécies no centro dos terrenos agrícolas desta comarca, que um velho abuso introduziu nesta terra, e que vai cada dia tornando-se mais insuportável [...]<sup>216</sup>.

Ainda de acordo com o periódico em um país naturalmente agrícola como o Brasil e que continha solos férteis como os da região, agricultura e criação não eram elementos combinantes, já que as plantações sucumbiriam “no meio de inúmeras manadas de animais”<sup>217</sup> que deixavam os campos estéreis e

desocupados de lavoura [...] levando a destruição a todos os pontos, consumindo tudo quanto com trabalho de ano o lavrador dispõe para o aprovisionamento de sua família e para esse comércio interno, anteriormente tão florescente [...] Não existem no Cariri estes terrenos de criar; o que não é terreno capaz de cultura é tabuleiro sem pasto próprio e sem água; mesmo os donos desses gados não tem senhorios mais extensos que os lavradores [...] Exm. Sr. a atualidade

<sup>216</sup> O Araripe, nº 24, 15 de dezembro de 1855. p. 01.

<sup>217</sup> Ibid., p.02.

desta comarca é péssima estamos a braços com a miséria: tudo quanto nos restou do escasso inverno o gado devorou [...]<sup>218</sup>.

Dessa forma, os liberais clamavam por meio de uma petição judicial ao governo da Província para que este “retirasse os gados do Cariri 2 léguas para lá dos últimos sítios de plantar em toda comarca”<sup>219</sup>. Paralelamente, convidavam os senhores lavradores interessados com o caso, a se dirigirem ao escritório da tipografia para assinarem o referido documento que primava pela defesa das terras contra os danos que os gados levavam. Contudo, de acordo com o periódico, este não seria apenas o primeiro e único obstáculo que deveria ser enfrentado pelos governantes do Vale do Cariri.

Além desse empecilho, é preciso perceber que a falta de instrução da maioria dos habitantes do lugar e conseqüentemente, a ignorância de técnicas agrícolas mais avançadas, “além da falta de estradas para o escoamento da produção rural e intercomunicação entre as comunidades interioranas”<sup>220</sup>, também eram medidas para as quais os liberais pediam providência ao governo da Província a fim de que fossem sanados alguns dos problemas que emperravam a agricultura local.

Porém, tais prioridades – conferidas em lugares como São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco<sup>221</sup>, assim como em outras províncias que recebiam investimentos significativos na agricultura de exportação – obedeciam diretamente à dependência dos cofres provinciais e assim sendo, de acordo com o jornal, era necessário conquistar o reconhecimento e conseqüentemente o suporte dos grandes proprietários locais, como uma das condições para o desenvolvimento de tais projetos que contribuiriam com a

---

<sup>218</sup> Idem. Ibidem.

<sup>219</sup> Ibid., p.03.

<sup>220</sup> SILVA, Pedro Alberto de O. Silva. **História da escravidão no Ceará**. p. 80.

<sup>221</sup> Nessas Províncias, a preocupação de seus deputados em ampliar a rede viária e os investimentos em tecnologias agrícolas, era em geral, dividida com os presidentes das Províncias que angariavam fundos para isso. Ver DOLHNIKOFF, Miriam. **Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional**. p. 452 – 455.

agricultura local. Paralela a esta conquista, deveria haver também todo um apoio político do poder provincial.

Concomitante às referidas dificuldades que poderiam ser sanadas com o apoio do governo, o maior obstáculo para a expansão agrícola no Vale foi, sem dúvida, a falta de mão-de-obra que grassava e prejudicava a economia local. Assim, o jornal faz referência aos reclames feitos pelos agricultores em decorrência da falta de trabalhadores para a execução e desenvolvimento da lavoura.

Desse modo, as páginas do periódico constantemente divulgavam sobre a necessidade de haver uma maior quantidade de mão-de-obra no Cariri.

[...] além disso as dificuldades com que lutam os nossos agricultores pela falta de braços que é bastante sensível entre nós, **em razão da escassez dos escravos**; via de transporte; exorbitante pressão de juros; convencional **recusa da população a certos trabalhos agrícolas, que julgam distintivo da escravidão** [...] <sup>222</sup>

Como podemos observar, os discursos veiculados pelo jornal ao apresentar as dificuldades pelas quais passava a agricultura, mencionava entre vários fatores a “falta de braços” e a diminuta mão-de-obra escrava como um dos problemas para a região.

Contudo, mesmo reduzida a quantidade de cativos, não podemos negar a importância que estes tiveram por serem força geradora essencial para as plantações de cana e dos engenhos de rapadura, bem como dos serviços domésticos ali desenvolvidos. A contribuição desses trabalhadores para o crescimento local, fez com que a sociedade caririense chegasse à segunda metade do século XIX, “enraizada nos princípios escravistas, de propriedade e disponibilidade do elemento servil, além de econômica e socialmente atrelada ao trabalho escravo”<sup>223</sup>.

<sup>222</sup> O Araripe, nº 35, 08 de março de 1856. p.02. [grifo meu]. *O Araripe* também faz constantemente referência às dificuldades que os agricultores da região tinham em contratar essa mão-de-obra para realizar tais serviços.

<sup>223</sup> CORTEZ. Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense.** (1850 – 1884). p.63.

O texto retirado do *O Araripe* reflete ainda sobre a recusa dos homens pobres livres a certos trabalhos os quais julgavam inerentes à escravidão, o que aumentava ainda mais as dificuldades em se conseguir mão-de-obra<sup>224</sup>. Essa parte da população e os reflexos de seus comportamentos fizeram com que estes fossem representados pelo jornal como os “ociosos”.

Segundo Pedro Alberto de Oliveira Silva, além do preconceito existente contra os trabalhos desempenhados pelos escravos, uma série de fatores “justificava” a ociosidade presente no Cariri. Entre elas, “às próprias condições naturais e econômicas”<sup>225</sup> do lugar que não exigia dessa camada social grandes esforços de sobrevivência, uma vez que ali não precisavam dedicar-se a uma agricultura de exportação e, graças a fertilidade do solo, podia-se cultivar os mais variados produtos agrícolas, como cana-de-açúcar, arroz, mandioca, frutas, fumo, entre outros.

Tais considerações são também observadas no *O Araripe* que afirma a existência da facilidade dessas pessoas em sanar “suas primeiras necessidades, em consequência das condições naturais do solo, em que frutos diferentes não deixam que se sintam os estímulos da fome, sem que sejam para logo satisfeitos”<sup>226</sup>.

Assim, de acordo com o jornal, a boa fecundidade da região contribuiu para que houvesse uma “acomodação” da população livre e pobre, que ao sentir “os estímulos da fome” eram logo satisfeitos. Tal acomodação fez com que os liberais da região vissem a fertilidade do solo como um dos fatores que gerava a ociosidade dos “vadios, cheios de vícios e fazedores de samba”<sup>227</sup>.

---

<sup>224</sup> Este preconceito foi introduzido a partir dos colonizadores, que aviltaram o trabalho braçal através da figura do cativo, que era empregado no eito e nos serviços domésticos, desempenhando as mais variadas atividades. Vale ressaltar ainda que o mesmo repercute “culturalmente” até os dias de hoje na mentalidade popular.

<sup>225</sup> SILVA, Pedro Alberto de O. Silva. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. p. 77.

<sup>226</sup> *O Araripe*, nº 183, 02 de abril de 1859. p.01.

<sup>227</sup> *Ibid.*, p.01e 02.

No entanto, os liberais sabiam que não podiam atacar o direito à liberdade individual destas pessoas, forçando-os ao trabalho, mas alertavam os “*ultra-libertistas*”<sup>228</sup>, a observarem o artigo 295 do código constitucional que

prescrevia e consumava penas aos vadios, aos que não tivessem uma ocupação honesta e útil [...] E será um ataque à liberdade individual o fazer-se efetiva a consagração da lei, relativamente a esses elementos vivos da destruição social sobre quem deve velar a força pública?<sup>229</sup>.

Dessa forma, pediam ao governo que tomasse medidas condizentes aos problemas expostos, sem com isso atacar ou ferir violenta e anticonstitucionalmente os “*fazedores de samba*”, os quais tinham consciência “que não podiam ser coagidos, sem ofensa de sua liberdade, ao serviço ou ao emprego de suas faculdades nativas”<sup>230</sup>.

Para *O Araripe*, o descaso do Governo da Província em tomar medidas que precavessem e ampliassem o número de “ociosos”, cada vez mais colocava em risco a produtividade e consequentemente, a civilização cariense, como podemos ver na citação abaixo,

[...] grande cultura cifrando-se ela em plantação de canas para o fabrico de açúcar e da rapadura, que é aplicada a todos os usos da vida do nosso povo, d’aquela das comarcas vizinhas, e finalmente até d’aquela outro das províncias próximas e limítrofes; e não dispondo além disto os agricultores, proprietários ou senhores de engenho da região, como em outras províncias, de grandes fabricas ou escravaturas para o respectivo tráfico acham-se aqui na indeclinável necessidade de trabalhar com alugados, que por tal forma tem para si que são os senhores da situação e que podem impor a lei prestando-se apenas ao trabalho como e quando querem como se não lhes fosse ele retribuído, segundo o ajuste feito de parte a parte.<sup>231</sup>.

O jornal alertava ainda aos proprietários de engenho que a constituição garantia-lhes “o pleno uso de sua propriedade”<sup>232</sup>, cabendo a eles o direito de dar rancho ou moradia a quem melhor lhes parecesse, uma vez que o serviço prestado por “aluguel”, implicava ao trabalhador moradia e um “salário” estipulado. Portanto,

<sup>228</sup> Termo usado pelo jornal para caracterizar aqueles que defendiam piamente a liberdade individual e “as relações existentes entre cidadão e Estado”. Ver *O Araripe*, nº 183, 02 de abril de 1859. p.01.

<sup>229</sup> *Ibid.*, p.02.

<sup>230</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>231</sup> *O Araripe*, nº 183, sábado, 02 de abril de 1859. p.01.

<sup>232</sup> *Idem. Ibidem.*

segundo o jornal, os proprietários não tinham obrigação de admitir ou fazer permanecer em seus domicílios trabalhadores “inescrupulosos e malfeitores” que em sua maioria, de acordo com o hebdomadário, tinham o interesse em plantar somente para sua sobrevivência dada as condições naturais do lugar.

Assim, os liberais clamavam através do *O Araripe*, para que os proprietários de terra e engenhos do Cariri se coligassem contra a “ociosidade dos vadios”<sup>233</sup>, os vícios e os sambas que estes produziam e que segundo os liberais araripenses, deveria haver leis para julgar os “ociosos” assim como há

“leis que castigam mui justissimamente os furtos, adultérios, homicídios, e os outros pecados, e não as haver que punam severissimamente a ociosidade, raiz e princípio de todos os males, porque, assim como é impossível esgotar uma fonte, sem lhe tomar o princípio d’onde ela nasce [...]”<sup>234</sup>.

É possível perceber através da citação como os homens livres eram representados de forma degradante e pejorativa pelo *O Araripe* que procurava tratá-los como “malfeitores”, “fazedores de samba”, etc. Dessa forma, os donos de terras e engenho, expunham, através do jornal, o seu incômodo com a falta de controle sobre esses homens livres, uma vez que não existiam leis para puni-los quanto a “indisciplina” dos mesmos em relação ao trabalho.

Combatendo a ociosidade, os liberais acreditavam que só assim podia cessar a falta de braços que tanto prejudicava a lavoura, uma vez que o desenvolvimento desta era sinônimo de progresso para o Vale do Cariri. Estariam também civilizando o trabalhador retirando-o de suas depravações e fazendo-os “refletir em sua posição de párias, e conseqüentemente volver à melhores hábitos modificando os instintos ignóbeis e perversos que lhes é comunicado”<sup>235</sup>. Dessa forma acreditavam que poderiam edificar

---

<sup>233</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>234</sup> *O Araripe*, nº 15, 13 de outubro de 1855. p. 03.

<sup>235</sup> *O Araripe*, nº 183, 02 de abril de 1859. p.02.

uma sociedade regenerada pelo trabalho, sendo este “a pedra de toque da moralidade de um povo qualquer”.<sup>236</sup>

Destarte, os liberais percebiam a importância em regenerar o trabalho local e equilibrar a procura e a oferta dos gêneros agrícolas, uma vez que os “ociosos” eram em “número suficiente, se não superabundante às precisões naturais dessa cultura”<sup>237</sup>.

Assim, de acordo com o jornal, a falta de braços no Cariri dava-se em decorrência dos péssimos hábitos dos trabalhadores livres e pobres que se entregavam aos “vícios e vadiações”, causando prejuízos aos senhores de engenho e às populações dependentes daquela economia, fazendo decrescer as rendas locais.

Tais problemáticas contribuíram para que a pouca escravaria existente fosse assegurada fazendo com que o trabalho escravo permanecesse ainda mais arraigado à economia caririense, tornando esta mão-de-obra necessária não somente como uma garantia de bem patrimonial, mas também para garantir aos proprietários de terra e escravos, o mínimo de produção, desenvolvimento e crescimento econômico local, uma vez que as dificuldades para a contratação e “aluguel” de trabalhadores livres era algo complexo na região.

Vale ressaltar que não estamos aqui para inferir que a escravidão para os liberais caririenses não era algo insubstituível, mas também não foi completamente dispensável. Ou seja, para estes, havia a possibilidade de substituir a mão-de-obra cativa pela livre, no entanto, uma substituição naquele momento poderia acarretar prejuízos para os agricultores, já que os trabalhadores livres foram representados pelo jornal como “ociosos, vadios e fazedores de samba”. Então, a “solução”<sup>238</sup> ainda seria o

---

<sup>236</sup> Podemos perceber que para os liberais caririenses, a implantação de bons hábitos, da moralidade e o desenvolvimento do trabalho, eram itens essenciais para a ocorrência do progresso e civilização local. Idem. Ibidem.

<sup>237</sup> O Araripe, nº 15, 13 de outubro de 1855. p. 03.

<sup>238</sup> De acordo com Robert Conrad, “na década de 1850, a solução para o problema do trabalho continuava sendo o escravo em quase todas as regiões do país”, uma vez que os trabalhadores livres e pobres além de

aproveitamento do cativo como “garantia que a produção seria realizada [...] e também que o senhor não ficaria desamparado nos serviços cotidianos”<sup>239</sup>.

Desse modo, o desejo em desenvolver a agricultura local a fim de “acrescentar” civilidade para a sociedade, estava associado à permanência do sistema escravista. Portanto, para os liberais caririenses, civilização, progresso e escravidão eram termos que naquele instante não se encontravam “dissociados”.

Nesse sentido, percebemos que os escravos não escaparam das representações publicadas no *O Araripe*. Daí o jornal expor constantemente, anúncios, artigos e notícias variadas sobre os cativos do Cariri e das províncias vizinhas. É o que explicitaremos no nosso próximo capítulo.

---

serem mal pagos, muitos deles apresentavam preconceito com o serviço braçal, por causa do sistema escravocrata, conforme comentamos anteriormente. CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil**. p. 54

<sup>239</sup> CORTEZ. Ana Sara Ribeiro Parente. Op.cit. p.88.

● *ARARIPE* é destinado a sustentar as ideias livres, proteger a causa da justiça, e propugnar pela fiel observância da Lei, e interesses locais. A redação so é responsável pelos seus artigos; todos os manuscritos, para serem publicados, deverão ser legalizados.



O preço da assignatura é  
 Por um anno 4\$000  
 Por 6 meses somente 3\$000  
 O jornal sairá todos os sabbados.  
 Os assignantes terão gratis oito linhas por mez, as mais serão pagas a 60 reis cada uma.

SABBADO 27 DE OUTUBRO DE 1855. RUA DA MATRIZ.  
 TYPOGRAPHIA DE MONTE & COMP.

## O ARARIPE Capítulo 3

*As Reformas.*

# A ESCRAVIDÃO PRESENTE NO

# JORNAL O ARARIPE.

A historia da Republica Brasileira em que a unidade de vistas na direcção politica do estado do que na actualidade: todos os partidos renunciaram as lutas estereis, as recriminações exageradas, as reacções violentas, as destituições injustas, e oltraram para um futuro de liberdade publica.

Neste estado de calma e de ordem, a opinião publica, que por uma consequencia logica todas deviam compensar-se da necessidade de muitas reformas importantes desle á muito reclamadas estudadas, e discutidas pela imprensa, e por assim dizer, aceites pelos nossos homens mais esclarecidos, pelos nossos estadistas mais distinctos. Todos e a fim reconheceram que era mister revolver o passado, retoçar alguns de seus monumentos, e até destruir outros para reedificá-los de novo.

Esta convicção tinha por si uma experiencia dolorosa, porem cheia de lições profundas. Essas leis, essas reformas que foram confeccionadas em diversas epochas, sem as phases mais importantes das reacções, e das lutas extremas por que passamos. Imposições verdadeiras a que o destino das lutas sujeitava os partidos vencidos, é claro que ellas não podiam ter o cunho da prudencia.

Nesses grandes momentos de agitação politica, ha uma lei indeclinavel para os partidos, lei de guerra, lei que não admitta transacções, que proscree absolutamente toda e qualquer concessão razoavel. Os homens publicos, com o prisma das paixões deante dos olhos, esquecem os verdadeiros interesses da patria e tratam de remover obstaculos: as opiniões se desviam do caminho que devem trilhar do fim para que devem tender.

Chegam então os tempos de calma, os partidos discutem com prudencia, conhecem-se reciprocamente, e visam de longo o mesmo fim.

Devidido em dous partidos o Brasil nos apresenta o espectaculo das grandes lutas da historia; isto é, o presente sempre em luta com o passado, com a differença unica de que entre nós a luta só tem

o caracter de transigencia pelo lado politico. Mas, por assim dizer h-ntem a nossa vida de discussão e de liberdade, ainda estamos longe dessas infernalidades que costumam contaminar a vida dos povos a proporção que se desenvolvem na

As reformas, por assim dizer h-ntem a nossa vida de discussão e de liberdade, ainda estamos longe dessas infernalidades que costumam contaminar a vida dos povos a proporção que se desenvolvem na

O partido saguarema entre nós, é o representante do partido vencedor. Nos primeiros tempos venceu a causa da liberdade e do elemento democratico, e a esmorecer a pouco na luta, que era inevitavel. Mas depois a onta popular volia e quebra-se por si mesma; e logo de novo em campo mais animado, mais cheio de experiencia do que d'antes, proseguio na luta com mais ardor. Tomou a governação publica em 1837, e desde então, ou pela habilidade de seus chefes, ou porque assim devia ser, conserva-se sempre no poder, deixando apenas por accidente, para retomá-la com mais força.

Senhor de todas as posições, seguro em suas conquistas, elle parecia imh-ribavel. Mas contra as ideias não há barreira nem obstaculo algum possivel.

O grande partido nacional que estivera sempre a frente do progresso, e que por algumas exagerações, fugiu e confessou-lo, tinha enfraquecido, e cahido em um estado de descontinuações e torp-ir recobra as forças e felismente em uma situação em que a experiencia lhe tinha ensinado a comprehender quaes as reformas possiveis e practicaveis. Reanima então de novo o espirito nacional, e não obtate achar-se fora do poder, elle consegue popularizar a ideia de reformas, e conquistar em breve o consentimento dos homens mais notaveis da opinião conservadora.

No momento porem em que este resultado ha se tornando mais notavel, e tomando maiores proporções, cahiu o ministro Martins, que se nao era de todo opposto a tendencia reformista do partido, pouco ou nada poderia fazer por lhe faltar o prestigio e a necessaria força de vontade e accção.

Chamado então pela confiança da comm-ão, o Sr. Paraná compo-uz um novo ministerio.

Estadista habil, espanto cheio de patriotismo de

### 3.1. Liberais em defesa da propriedade cativa.

Conforme explicitado no primeiro capítulo, vimos que as idéias liberais ao adentrarem no Brasil exigiram reformulações para que pudessem se adaptar a realidade do nosso país. A manutenção da escravidão neste lugar fez com que tais ideologias se desviassem dos objetivos e caminhos preestabelecidos pelos liberais europeus que em seus discursos propunham o desenvolvimento do capitalismo, estrutura econômica cuja mão-de-obra é assalariada.

Contudo, o Brasil que se encontrava independente politicamente desde 1822, em meados do século XIX ainda lograva a dependência dos costumes colonizadores implantados, entre eles a manutenção da grande propriedade (latifúndio) e o uso da mão-de-obra escrava<sup>240</sup>. Tais fatores fizeram com que a realidade econômica desenvolvida no Brasil se distanciasse das “propostas” européias, fazendo-nos perceber que as idéias e práticas liberais no nosso país ao mesmo tempo em que expunham sobre ideais de progresso e civilidade, tolerava a prática do trabalho cativo como sendo mais um integrante das ideologias liberais.

O fato é que, os liberais estavam mais interessados em assegurar o controle da nação em suas mãos e convencionar ao país “um governo com poderes limitados que governasse com a justiça e de acordo com a lei”<sup>241</sup>. E a lei estabelecia que o escravo era uma propriedade legítima e portanto um bem inviolável.

---

<sup>240</sup> Segundo Robert Conrad, “a sobrevivência de instituições, condições e valores econômicos, sociais e culturais profundamente enraizados” como a monocultura, os grandes latifúndios agrícolas, a economia voltada para a exportação, a escravatura, o preconceito contra o trabalho braçal etc, impediram maiores oportunidades de desenvolvimento para o Brasil, que só começa “verdadeiramente a modernizar-se” no século XX. CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil**. p. 27.

<sup>241</sup> PIRES, Julio Manuel. COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. In: **Revista Estudos Avançados**. Liberalismo e escravidão: teoria e história. Vol. 14. nº 38. São Paulo. 2000.

Assim, posicionar os liberais frente à escravidão nos faz deparar com dois dos principais argumentos apresentados por estes para que houvesse a manutenção desta instituição: a inviolabilidade da propriedade e a manutenção da ordem social<sup>242</sup>.

No entanto, vale inferir que a “manutenção da ordem social” não se apresentou através do *O Araripe* como um dos argumentos utilizados pelos liberais para a permanência da escravidão no Cariri, uma vez que neste lugar não há registros que apontem para alguma ameaça ou a existência de motim de escravos, tendo em vista a diminuta escravatura no Cariri. Portanto, tal argumento não se aplicou à realidade liberal caririense.

No que diz respeito à “inviolabilidade da propriedade” percebemos através do periódico que os liberais procuraram manter ileso sua propriedade escrava, não demonstrando em suas falas no jornal o desejo pela abolição da escravatura<sup>243</sup>, uma vez que naquele momento, o Cariri apresentava dificuldades em conseguir mão-de-obra para desenvolver a sua economia e conseqüentemente, fazer “evoluir” sua tão desejada civilização.

Apesar de naquele instante o trabalho escravo apresentar-se como uma necessidade de fazer desenvolver a agricultura, consta inferir que de acordo com Pedro Alberto de Oliveira Silva<sup>244</sup>, a entrada do braço cativo nestas terras deu-se a partir de

---

<sup>242</sup> Os revolucionários liberais brasileiros tinham receio de que houvesse um levante de negros que os prejudicasse. Desse modo, Cipriano Barata um dos líderes da Conjura Baiana, alertava aos participantes desta para que tivessem cuidado com “essa canalha de negros e mulatos”. Da mesma forma, os revolucionários do movimento de 1817, apressaram-se em garantir o direito sobre suas propriedades, incluindo aí a escravidão. O comportamento destes revolucionários define-se segundo Emília Viotti da Costa, como sendo “elitista, racista e escravocrata”. Ver COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. p.32-33. Este argumento de defesa do escravismo permaneceu forte até a década de 1870, embasando a luta dos proprietários de escravos, que quando muito passaram a admitir a partir desta data a emancipação com indenização.

<sup>243</sup> É válido destacar que até a década de 1860 “não houve qualquer organização antiescravista no Brasil [...] e não existiu, também, qualquer jornal brasileiro que defendesse a abolição da escravatura”. CONRAD, Robert. Op.cit. p.39.

<sup>244</sup> Segundo este autor, a possibilidade de existir ouro no Cariri, fez com que exploradores introduzissem para a extração de mineração, sessenta e nove escravos entre ladinos e boçais. Para maiores informações sobre a “Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris” ver SILVA, Pedro Alberto de O. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. p. 49 e 50.

1756 com a notícia de haver ouro no Vale caririense, ocasionando a vinda de colonizadores para explorar a terra. Assim, por cerca de dois anos tentou-se extrair ouro através da *Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris*, que não logrou os resultados esperados.

Contudo, os colonos ali estabelecidos, iniciaram ainda no século XVIII o cultivo da cana-de-açúcar, destinado à produção de rapaduras que gerou um impulso maior à economia do Vale, que teve seus engenhos instalados principalmente nas cidades de Crato, Barbalha, Jardim e Missão Velha<sup>245</sup>, proporcionando aos aludidos proprietários destes todo um privilégio sobre as terras mais férteis da região, além de riquezas, *status* social e político. Dessa forma, a região avançou a passos largos, tornando-se economicamente, uma das principais da Província cearense.

Com os engenhos de rapadura devidamente estruturados na região, viu-se aumentar além do desenvolvimento econômico – que também fortaleceu os laços comerciais com as principais cidades e vilas do sul cearense, bem como projetou o nome do Cariri para outros lugares do Nordeste – o contingente populacional que atraía para aquele lugar uma corrente migratória em busca de trabalho. Desse modo, a mão-de-obra compôs-se em sua maioria de trabalhadores livres e de um reduzido número de escravos, contribuindo para a formação da população mestiça deste lugar.

De acordo com o historiador Antônio José de Oliveira, o fato da produção de rapadura estar voltada mais para a economia interna do que para a externa, não criou necessidades de uma grande quantidade de trabalhadores escravos<sup>246</sup>.

---

<sup>245</sup> OLIVEIRA, Antonio José de Oliveira. **Engenhos de Rapadura do Cariri: Trabalho e cotidiano (1790 – 1850)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2003. p.13.

<sup>246</sup> Ver OLIVEIRA, Antonio José de Oliveira. Op.cit. p.18. Contudo, vale destacar que o negro no Cariri não esteve voltado somente para o desenvolvimento do trabalho das minas e agrícola, mas também nos trabalhos domésticos. De acordo com João Brígido os cativos cearenses teriam sido “meros serviços domésticos” não se reduzindo ao trabalho na pecuária e na agricultura. NASCIMENTO: F.S. **Crato: lampejos políticos e culturais**. p.56.

Além deste autor, outros realizaram trabalhos relacionados com este censo demográfico. Eurípedes Antônio Funes notificou a densidade populacional livre e cativa existente em algumas vilas do Ceará no início do século XIX. No artigo *Negros no Ceará*<sup>247</sup>, Funes apresenta os seguintes dados populacionais das cidades de Crato e Jardim, dois importantes lugares da região que se destacaram no cenário econômico e político, conforme frisado em páginas anteriores. Segundo este, a população de cativos de Crato e Jardim somavam 1.697 em relação a uma população livre cujo total era de 32.822, o que tornava o número de escravos “insignificante”.

Dados estatísticos relacionados à população escrava no Cariri e, mais especificamente nas referidas cidades, também foram produzidos por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil. Através destes, verificamos que até a metade do século XIX tais cidades tiveram seu crescimento insipiente. Entre os anos de 1857 e 1858, em Crato e Jardim a população cativa chegou a 1.580, enquanto a população livre somava nas duas cidades 41.549<sup>248</sup>. Observou ainda que em todo o Ceará, a relação dos livres para os escravos era de “um escravo para quatorze livres; ou por 100 pessoas, 92,2 são livres e 7,8 escravos”<sup>249</sup> predominando entre estes os de sexo masculino, fato explicável devido a maior importação, contrabando e compra de homens sobre o de mulheres escravas.

Destarte, vemos que a realidade dos números de cativos no Cariri, não se fez diferente do restante da província cearense, já que esta se tornou conhecida pela presença de um reduzido número de cativos se comparada às demais províncias brasileiras<sup>250</sup>.

---

<sup>247</sup> FUNES, Eurípedes Antônio. *Negros no Ceará*. In: **Uma Nova História do Ceará**. (org.) Simone de Souza. Ed. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2000. p.103-132.

<sup>248</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. p. 297-298.

<sup>249</sup> *Ibid.*, p.299.

<sup>250</sup> Segundo o historiador Darlan de Oliveira Reis Junior, no século XIX “enquanto Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro ou São Paulo eram grandes centros da escravidão, o Ceará se tornou um lugar em que o trabalho escravo não teve a mesma força”. JUNIOR, Darlan de Oliveira Reis. *Trabalhadores no Eito*:

Porém, independente da quantidade, não nos cabe negligenciar a presença e importância deste elemento perante a realidade econômica e social do Cariri, onde a propriedade de cativos, juntamente com a posse de terras e de engenhos garantiu maior acúmulo de bens, prestígio e poder aos seus senhores que eram proprietários rurais, donos de engenho e comerciantes que compunham o Partido Liberal local<sup>251</sup> e se faziam presentes nas páginas do jornal *O Araripe*, que ao apresentar discursos progressistas e civilizadores, abriu espaço para que pudéssemos visualizar de que maneira os liberais representaram os escravos.

Desse modo, frequentemente encontramos no hebdomadário, notícias, artigos e anúncios variados sobre os cativos do Cariri e das províncias vizinhas, cujas páginas do periódico os apresentaram em situações diversas, entre elas: em práticas de re-escravização, em envolvimento em ocorrências jurídicas da cidade – em que o escravo era acusado de praticar homicídios e furtos – em atos de violência praticados pelos senhores sobre o cativo, em anúncios de fugas, compra e venda etc<sup>252</sup>.

Vários foram os anúncios de fugas publicados no periódico, a partir dos quais os proprietários procuravam encontrar, negociar e manter ileso a propriedade escrava, usando o meio impresso e a própria tipografia do jornal como recursos que contribuíssem para o “firmamento” e a manutenção da servidão local. Desse modo, os anúncios impressos no jornal, foram constantemente utilizados como meio para “encontrar” e

---

Escravos negros no Crato Oitocentista. Documentos. **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Índios e Negros. Número 03. Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza, 2006. p.122.

<sup>251</sup> Muitos destes “senhores liberais” além de serem chefes políticos no Cariri, exerciam patentes militares como coronéis, capitães, major, etc., o que dava maior significado à sua posição social. Segundo Antonio José de Oliveira, possuir patentes militares significava muito para a época e para aqueles que ficavam sob sua tutela, já que aqueles podiam desfrutar da autoridade e poder advindos com o cargo ocupado. Ver OLIVEIRA, Antonio José de Oliveira. Op.cit. p.115.

<sup>252</sup> Consta inferir que optamos por trabalhar com mais afinco os assuntos que concernem a re-escravização e os anúncios de fugas, compra e venda de cativos, por serem estas temáticas recorrentes no hebdomadário.

“capturar” o escravo fugitivo, bem como um “local de encontro” entre vendedores e compradores de cativos.

Assim, o periódico ao publicar tais anúncios representou os escravos com “características que por vezes fugiam à humanidade”<sup>253</sup>, expondo as marcas da escravidão pelo corpo, como “peças” a serem compradas ou capturadas “pagando-se bem por elas”. É o que veremos no tópico que segue.

---

<sup>253</sup> BARBOSA, Marialva Carlos. Escravos Letrados: uma página (quase) esquecida. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. V. 12, nº 1. E-compós, Brasília, 2009. p. 02. Disponível em [www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br). Acesso em 09/08/2010 às 17:12.

### 3.2. Negociando escravos nos anúncios do *O Araripe*.

O que esperar de um jornal que se propagava “entusiasta da liberdade”<sup>254</sup>, “sectário das idéias modernas”<sup>255</sup>, defensor do progresso e da civilização para o Vale do Cariri, quando já vigorava a lei Eusébio de Queiroz<sup>256</sup>, instituída em 1850?

No mínimo esperaríamos um jornal defensor da causa abolicionista, desprendido da instituição escravocrata. Porém, diante do momento de circulação deste periódico – em que a estrutura econômica colonial mantinha-se e “ser dono de terras e escravos eram os ideais do tempo”<sup>257</sup> – devemos levar em consideração o tipo de liberdade que se propagava, uma vez que para os liberais, esta não significava igualdade de direitos e democracia. Segundo Faoro, “liberalismo e democracia” eram termos que claramente se dissociavam, expressando melhor uma contradição do que uma combinação, o que tornava o liberalismo “socialmente conservador”<sup>258</sup>.

Desse modo, compactuando com as idéias liberais articuladas com o restante do Brasil, para os caririenses, ser um “*entusiasta da liberdade*”, conforme pregava o jornal, não significava ser um abolicionista, um democrático que buscava a igualdade para todos, mas ser um defensor de liberdades comerciais e administrativas que unindo-se aos demais liberais do país, defendiam a monarquia constitucional e o controle da

<sup>254</sup> O Araripe, nº 01, 07 de julho de 1855. p.01. [grifo meu].

<sup>255</sup> Idem. Ibidem.

<sup>256</sup> A Lei Eusébio de Queiroz determinou o fim do tráfico externo, principalmente sob pressões da Inglaterra e sob o jogo político partidário, entre liberais e conservadores, que se fazia no Brasil. Desse modo, em 1850 passou-se a considerar a importação de escravos como ato de pirataria e como tal seria punido. Para alguns liberais da época como o padre Diogo Antônio Feijó – que reconheciam o mal que a manutenção da escravidão trazia para o país – “o fato de o governo extinguir o tráfico sem antes encontrar um substituto para os escravos resultaria no puro e simples desprezo pela lei, que era diária e publicamente violada.” Este acrescenta ainda que, por tais motivos, tornava-se necessária a revogação da lei, a fim de prevenir maiores males e acabar com o “escandaloso desprezo desta”. DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**. p.37. É válido destacar que, assim como Feijó, a maioria dos liberais da época concebia o fim da escravidão em um futuro remoto, desde que antes houvesse uma política de incentivo e medidas eficazes para a substituição da mão-de-obra cativa, uma vez que esta influenciava diretamente em praticamente todos os ramos da riqueza brasileira.

<sup>257</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op.cit. p. 282.

<sup>258</sup> Ver FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? In: **Revista Estudos Avançados**. Vol. 01. nº 01. São Paulo. 1987.

política, procurando manter a ordem interna longe dos holofotes democráticos e dos direitos igualitários, recusando “quaisquer reformas nos fundamentos da sociedade escravista”<sup>259</sup>, uma vez que esta contribuía para a construção nacional, configurando-se portanto, não somente como “um mal necessário, mas também portador de importantes virtudes na formação do caráter brasileiro e responsável pela estabilidade política do país.”<sup>260</sup>

Para João José Reis e Eduardo Silva, é importante ao historiador não confundir o seu mundo – “onde a escravidão é condenada sob um ponto de vista moral – com o mundo do escravo, onde a instituição fazia parte da ordem natural das coisas”<sup>261</sup>. Porém, diríamos que essa naturalidade sobre a instituição escravocrata, seria vista dessa maneira não pelas lentes do “mundo do escravo”, mas através do mundo dos senhores que temerosos de desorganizar a sociedade e arriscar o poder, consideravam a naturalidade dessa instituição, mesmo existindo leis que proibissem sua prática.

Assim, o discurso liberal deve ser atentamente analisado para não concluirmos que este se encontrava “deslocado”, “fora do lugar”, mas integrado ao sistema escravista. Desse modo, comumente encontramos no jornal liberal variados anúncios de escravos, já que a sociedade em meados do Império ainda se fazia patriarcal e escravocrata.

*O Araripe*, que apesar de ter circulado na segunda metade do século XIX<sup>262</sup> e se dizer um propagador das “idéias livres”, protetor das justas causas e da lei, não fugiu

<sup>259</sup> Ver DOLHNIKOFF, Miriam. Op.cit. p 35.

<sup>260</sup> Idem. Ibidem. Vale inferir que, para nós, a escravidão tornara-se um “mal necessário” no sentido de que no Brasil - diferente das nações européias - não havia até o referido momento nenhum planejamento efetivo quanto à abolição no Brasil nem em relação ao uso de trabalhadores livres, tendo em vista também a resistência da maioria dos senhores escravistas em alforriar tal mão-de-obra. Desse modo, “o costume, a conveniência, uma persistente escassez de mão-de-obra e até mesmo a necessidade [...] ditava que fosse mantida a instituição” escravista no Brasil. CONRAD, Robert. Op.cit. p.40.

<sup>261</sup> SILVA, Eduardo. REIS, João José Reis. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>262</sup> É a partir desse período do século XIX, que se ampliam os debates abolicionistas pelas regiões do país e a perspectiva de liberdade toma forma para o escravo. Porém, vale ressaltar que é somente “na década

dos padrões da maioria dos jornais da época que não aderiram aos movimentos e debates abolicionistas.

Desse modo, o referido periódico, através de seus anúncios, era mais um espaço em que negociantes de escravos se encontravam para anunciar sobre os cativos expostos à compra ou à venda e ainda encontrar aquele que tivesse evadido.

Tais anúncios se encontravam na quarta página do jornal, estando ali publicadas as mais variadas transações econômicas, tais como: venda e compra de imóveis, tecidos, açúcar, rapadura, aguardente, livros, cavalos, escravos, etc.

A análise dos anúncios de cativos de um periódico torna-se relevante, pois, além de abrangerem aspectos da vida social e ideológica de uma determinada comunidade, eram também depositários de representações sociais, o que os faz perder sua função exclusivamente pragmática, pois acrescentavam informações subjacentes acerca da sociedade da época<sup>263</sup>.

Entre os anúncios publicados encontramos alguns divulgados por liberais como *Severino d'Oliveira Cabral*, membro da Câmara Municipal de Barbalha, defensor da criação da *Nova Província* cariense e comprador de escravos. Vejamos:

Severino d' Oliveira Cabral, compra escravos de 10 a 20 anos de idade e os paga com mais vantagem do que outro qualquer comprador, efetuando as compras na espécie de moeda que exigirem: a tratar com o anunciante nesta cidade.<sup>264</sup>

O mesmo ainda publica no dia 16 de agosto de 1856, um outro anúncio explicitando que “continua a comprar escravos e os paga bem”<sup>265</sup>. Infelizmente não nos foi possível saber se *Severino d'Oliveira Cabral*, homem de poder e posses notáveis no

---

de 1880 que a Campanha Abolicionista se define”. LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981. p.75.

<sup>263</sup> Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravo e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.

<sup>264</sup> O Araripe, nº 34, sábado, 08 de março de 1856. p.04.

<sup>265</sup> O Araripe, nº 57, sábado, 16 de agosto de 1856. p.04.

Cariri, era um negociante de escravos ou se os comprava para uso próprio<sup>266</sup>, tendo em vista as dificuldades na aquisição de mão-de-obra existentes no Cariri.

O fato observável é que, ser liberal e escravocrata para os caririenses, não significava algo controverso, uma vez que os interesses ligados aos lucros pessoais e ao desenvolvimento das lavouras estavam relacionados à posse de cativos.

Assim como *Severino d'Oliveira Cabral*, outros negociantes e senhores de escravos dirigiram-se ao *O Araripe* na intenção de comprar cativos. Entre eles, Felismino Fiúza Lima, Joaquim Lopes Raimundo do Bilhar e Lúcio Aurélio Brígido dos Santos. Todos estes desejavam comprar escravos entre “10 e 20 anos de idade”<sup>267</sup> e entre “18 e 25 anos de idade”<sup>268</sup>, fase em que o negro era “melhor aproveitado” por geralmente apresentar um ótimo vigor físico<sup>269</sup>. Acrescentavam ainda nos anúncios que o cativo a ser comprado deveria possuir “*boa figura, ser limpo e sem defeitos*”<sup>270</sup>. Dessa forma, configurava-se uma série de preceitos a respeito das características físicas dos cativos, permitindo aos compradores distinguir entre o “bom e o mal” escravo.

Regra geral, era preciso que o cativo apresentasse características essenciais para se efetuar a compra, tais como: pele isenta de manchas e cicatrizes, partes genitais desenvolvidas, peitos e costas salientes, etc. “Assim se teria um escravo saudável e inteligente”<sup>271</sup>, podendo ser um bom trabalhador e reprodutor. Por isso, antes da compra

---

<sup>266</sup> Durante o período colonial e imperial, os escravos eram os bens mais preciosos. Estes tinham “duplo valor” para os seus senhores, tendo em vista a comercialização da produção realizada e em tempos de maior dificuldade financeira, o cativo podia ser vendido. Com a proibição do tráfico internacional em 1850, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba, apelaram para o tráfico interprovincial, em que as regiões do Norte e Nordeste tornaram-se as principais fornecedoras de escravos, o que fez os preços destes se tornarem cada vez maiores. Para tais transações comerciais havia os negociantes de escravos, ou seja, pessoas que vendiam cativos para os cafeicultores do Sudeste. Ver COSTA. Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. UNESP. São Paulo, 1982, p. 99 a 105.

<sup>267</sup> Ver no *O Araripe* os números 52, 57 e 71. p.04.

<sup>268</sup> *O Araripe*, nº 92, sábado, 02 de maio de 1857. p.04.

<sup>269</sup> De acordo com Ana Sara Ribeiro Parente Cortez, “o cativo que tivesse entre 15 e 40 anos de idade e que não fosse portador de doenças graves ou deficiência física era considerado como escravo padrão”, isto é, os escravos mais procurados para as lidas diárias. CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense**. (1850 – 1884). p.72.

<sup>270</sup> Ver no *O Araripe* os números 92 e 126. p.04.

<sup>271</sup> Ver COSTA. Emília Viotti da. *Op.cit.* p.94.

eram comuns exigências como estas que já vinham expostas nos anúncios e conseqüentemente o exame minucioso do cativo.

Desse modo, o senhor representava através dessa série de quesitos como deveria ser o “escravo ideal” para se efetuar a compra. Àqueles que não apresentassem manchas e cicatrizes, provavelmente, “significavam” um “bom negócio” para os compradores, pois havia o indicativo de que eram cativos “disciplinados”.

Quanto ao preço destes, devemos destacar que enquanto perdurou o tráfico negreiro este já apresentava um preço elevado. Contudo, seu valor tornou-se mais acentuado após a cessação do tráfico<sup>272</sup>, tendo em vista as dificuldades que aumentaram para obtê-los.

Em vinte anos, de 1855 a 1875, o preço de escravos quase triplicou, passando de um conto a dois e quinhentos e, às vezes, mais, o que tornou cada vez mais onerosa a aquisição desses braços para a lavoura e cada vez menos rendoso o seu emprego<sup>273</sup>.

Desse modo, proprietários como o *Sr. Severino d’Oliveira Cabral* se viram obrigados a efetuar compras de cativos “*na espécie de moeda que exigirem*”, o que nos faz perceber também um certo apelo para a aquisição de escravos no Vale caririense. Segundo Irineu Pinheiro, possuir escravos nesta região tornava-se algo muito caro, pois o “preço atingia centenas de mil réis”<sup>274</sup>. Daí a oferta desmedida pela compra e a procura constante através do periódico por aqueles que se evadiam.

Vejamus que a necessidade de possuir e negociar escravos ia além de pertencer ao Partido Liberal. Ainda mais para a região que demonstrava em seu índice uma baixa parcela de cativos se comparada a outras áreas agrícolas do país e que o

---

<sup>272</sup> No Cariri, em decorrência da proibição do tráfico, os preços dos cativos aumentaram consideravelmente. No transcorrer da década de 1850, “o preço do escravo, especialmente do sexo masculino, aumentou 45%. No caso das escravas seu aumento correspondeu a mais de 60%”, o que nos indica dizer que nesta época, apenas os senhores com significante poder aquisitivo, eram possuidores de escravos. Para maiores informações sobre o preço dos cativos do Cariri, ver CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Op.cit. p.71-76.

<sup>273</sup> COSTA, Emília Viotti da. Op.cit. p.98.

<sup>274</sup> PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes. p.36.

próprio jornal relatava sobre as dificuldades de mão-de-obra naquele lugar, conforme comentamos em tópico anterior.

Assim, em meados do século XIX, era preciso mobilizar força de trabalho no Cariri, para que houvesse um melhor aproveitamento da terra deste vale fértil e a mão-de-obra escrava parecia a “solução” mais eficaz. Desse modo, diante das dificuldades de mão-de-obra, um liberal ir ao jornal comprar escravos não escandalizava a sociedade, uma vez que era comum ao contexto da época possuir escravos e preencher as páginas dos jornais com anúncios de compra e venda destes.

Vale ressaltar também que a própria tipografia do jornal tornou-se um lugar de negociação entre os senhores de escravos, uma vez que através de alguns anúncios, foi possível perceber que determinadas transações “finalizavam” no escritório do *O Araripe*. Vejamos: “Compra-se uma escrava crioula e nova; paga-se bem tendo boa figura. Nesta typ. se dirá quem a pretende”<sup>275</sup>.

Essa estreita relação entre o escritório da tipografia do *Araripe* e os negócios da escravidão, também pode ser visualizada através de alguns anúncios de fugas<sup>276</sup>, nos quais boa parte dos anunciantes que buscavam seus escravos fugidos pedia a quem os encontrasse que se dirigissem à tipografia para lá noticiar sobre o mesmo e consequentemente, receber o pagamento pelo “serviço prestado”. Vejamos:

Pedro, cabra, com cinquenta e tantos anos de idade, altura regular, seco de corpo, rosto descarnado, pouca barba, alguma coisa calvo, pernas finas, rendido de uma verilha; fugiu em outubro do ano próximo passado, da Vila do Porto Alegre, província do Rio Grande do Norte: consta que dito escravo (ilegível) na cidade do Icó de uma carta falsa em nome de seu Sr. que é o abaixo assinado, concedendo-

<sup>275</sup> Ver no *O Araripe*, nº 192, sábado, 18 de junho de 1859. p.04. Grifo nosso.

<sup>276</sup> Estes eram uma constante no periódico araripense, contabilizando em maior número. Segundo Freyre, a linguagem destes anúncios apresenta uma minuciosa descrição sobre o cativo evadido por nos revelar particularidades destes, como o esteriótipo, a origem étnica, o sexo, a idade, à forma do corpo, os trajés e adornos usados no momento da fuga, etc. A linguagem deveria ser franca, “de fotografia de gabinete policial de identificação” a fim de que o senhor recuperasse mais brevemente o escravo evadido. Desse modo, os defeitos, os vícios, as qualidades e a aparência do negro estavam representadas no jornal. FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Ed. Brasileira. 2ª edição. São Paulo, SP, 1979.

lhe licença para andar tirando esmolas afim de ser liberto, e na posse desse documento apareceu no sítio Roncador do termo de Barbalha, havendo toda desconfiança achar-se dito escravo oculto naquele ou neste termo. Quem o pegar, ou dele der notícia no **escritório da Tipografia do Araripe**, será pago de seu trabalho. Crato, 15 de janeiro de 1856. Pelo Pe. Pedro Leite Pinto.; Ant. Glz' de Olivr.<sup>277</sup>

Tal anúncio demonstra claramente que a tipografia servia como uma das “bases” para cercar e apreender o cativo evadido. Desse modo, não podemos desconsiderar o fortalecimento dos laços de solidariedade e de interesses econômicos entre os “liberais escravocratas”, que com receio de perderem sua propriedade cativa, procuravam alertar a população na localização do fugitivo.

A participação e articulação desse grupo na busca pelo escravo ficam mais evidentes no anúncio a partir da palavra “*consta*” que de acordo com Liana Maria Reis<sup>278</sup>, indica informações já concedidas ao senhor sobre o paradeiro do cativo. No caso de “*Pedro*”, este saiu “da Vila do Porto Alegre, província do Rio Grande do Norte”<sup>279</sup>, tendo sido visto na cidade de Icó e provavelmente, encontrava-se “oculto” na cidade de Barbalha ou Crato.

“*Pedro*” que havia fugido em outubro de 1855, já tinha passado por três lugares diferentes munido de uma “*carta*” que segundo ele, teria sido concedida pelo seu senhor para que pudesse “andar tirando esmolas afim de ser liberto”<sup>280</sup>. Se a carta era falsa ou não, infelizmente não podemos saber. No entanto, esta havia assegurado a “*Pedro*” – até o momento da publicação do anúncio no jornal – três meses de fuga garantindo-lhe o sucesso da mesma. Ao afirmar que a “carta era falsa”, o jornal representa o cativo como um “mentiroso”, alguém que viola a propriedade de outrem e, portanto, um infrator da lei.

<sup>277</sup> O Araripe, nº 30, sábado, 26 de janeiro de 1856. p.04.

<sup>278</sup> REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. In: **Revista Brasileira de História**. Confrontos e perspectivas. São Paulo: Contexto. Vol. 16, nº 31 e 32, 1996. p.181.

<sup>279</sup> O Araripe, nº 30, sábado, 26 de janeiro de 1856. p.04.

<sup>280</sup> O Araripe, nº 30, sábado, 26 de janeiro de 1856. p.04.

Geralmente, os escravos ao “evadirem das propriedades de seus senhores tinham como opção ir para os centros urbanos”<sup>281</sup>, o que permitia-lhes uma maior mobilidade espacial uma vez que misturavam-se às demais camadas sociais, passando por liberto, o que de fato ajudava em sua fuga e na demora da captura.

Em sua fuga, além da carta utilizada, “*Pedro*” havia conseguido até o momento, habilidade na utilização do tempo para ir em busca de outras regiões “como forma de prevenir sua identificação e consequentemente aprisionamento”<sup>282</sup>. Ou seja, tudo era válido para a manutenção da “liberdade”, mesmo que estruturalmente limitada e cercada através do olhar atento da sociedade escravista.

No Brasil e mais especificamente no Cariri, não foram raros os casos em que os cativos com o intuito de fugirem das perseguições e manterem-se na clandestinidade, optavam pela “falsificação” de documentos. Estes podiam ser “desde cartas de alforria até autorização dos senhores para a viagem ou execução de determinadas tarefas em outras regiões”<sup>283</sup>, como foi o caso do pardo “*Luiz Telles*”, que andava com

“[...] cartas dizendo que vai com elas apadrinhando apresentar-se ao seu senhor. Dizem que esteve trabalhando na estrada de ferro em Belém e por último há notícias que está em Petrópolis. Este escravo foi da cidade do Crato, (Ceará) para onde talvez siga [...]”<sup>284</sup>.

Para Liana Maria Reis, a duração e o sucesso da fuga eram garantidos na maioria das vezes, a partir da mobilidade do escravo que conseguia circular livremente pelas regiões do país executando diversas atividades<sup>285</sup>. O cativo em questão, segundo o anúncio, praticamente atravessou o país de um extremo ao outro, indo do Norte (Belém) ao Sudeste (Petrópolis) brasileiro, havendo ainda a suspeição que este teria partido para o Nordeste no dia quatro de outubro de 1857 – ou seja, um ano antes da publicação do

<sup>281</sup> FUNES, Antônio Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma Nova História do Ceará**. p.126.

<sup>282</sup> REIS, Liana Maria. Op. cit. p.189.

<sup>283</sup> REIS, Liana Maria. Op. cit. p.188.

<sup>284</sup> O Araripe, nº 166, sábado, 30 de outubro de 1858. p.04.

<sup>285</sup> Ver REIS, Liana Maria. Op. cit. p.184.

anúncio no jornal – rumo à cidade do Crato, já que esta seria a cidade de origem do cativo.

Vale ressaltar que o fato do cativo, possivelmente, estar de volta ao seu torrão, era caso comum em boa parte das fugas ocorridas pelo país afora, uma vez que estas frequentemente se davam, para promover a reunião de famílias e amizades entre escravos separados pela venda, mudança de domicílio senhorial e outras circunstâncias<sup>286</sup>.

De certa forma, o escravo voltava para um lugar em que era conhecido e que lhe fazia se sentir confiante, em que os sentimentos de etnia, de classe e os elos afetivos firmados entre os cativos, faziam com que estes se ajudassem mutuamente, “mesmo quando a situação envolvia sérios riscos”<sup>287</sup>. Contudo, sabe-se que eram os laços firmados entre os escravos, que mesmo morando em lugares diferentes, atraíam, possibilitavam e facilitavam a permanência da fuga de alguns cativos.

No caso específico de “*Luiz Telles*”, presume-se que este teria sido levado para o Rio de Janeiro em decorrência da mudança domiciliar do seu senhor, que era o Senador José Martiniano de Alencar – homem de poder e prestígio social, de família “liberal” da cidade do Crato, que mantinha residência também no Rio de Janeiro, onde exercia o cargo de Senador. Foi um dos coadjuutores da causa da criação da *Nova Província do Cariri*, levando à Corte o projeto de lei que enfatizava tal empreitada, momento este destacado pelas folhas do hebdomadário.

Entretanto, naquele momento, o senador utilizava as páginas do *O Araripe* a fim de alertar à população caririense e províncias vizinhas, sobre a fuga do seu escravo. E como se não bastasse apenas descrever as características físicas do seu cativo, neste

---

<sup>286</sup> Ver REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. In: **Revista Afro Ásia**, nº 23, 1999, p. 41.

<sup>287</sup> CARVALHO, Marcos J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 -1850. Editora Universitária da UFPE, Recife. 1998. p.238.

anúncio havia a ilustração “de um negro carregando uma trouxa”<sup>288</sup> de roupa, afim de dar mais destaque, de chamar mais atenção do leitor quanto ao assunto que era tratado naquele espaço do jornal.

Importa acentuar ainda que para facilitar o reconhecimento do fugitivo, além das características físicas, o anunciante apresentava detalhes sobre o comportamento de “*Luiz Telles*”, dizendo que este “finge-se às vezes de doido, com fala trêmula, com visos estuporados; é muito ladino e astucioso”<sup>289</sup>.

Assim, o cativo *Luiz* fora representado como “*doido*” e “*astucioso*” o que de certa forma alertava à população quanto às atitudes do mesmo. Ao afirmar que o escravo era “*doido*” o seu senhor tinha a intenção de detratá-lo. Dessa forma, em alguns casos e neste especificamente, a descrição do cativo não se restringiu apenas aos seus caracteres visuais, não sendo apresentada apenas sua aparência,

mas a sua pessoa como um todo, com seus hábitos, maneiras de falar, vestir, andar e até seus cacoetes e vícios, putativos ou reais. Quanto mais valioso o cativo, maior a vontade de recuperá-lo e, conseqüentemente, maiores os detalhes comportamentais<sup>290</sup>.

É importante perceber que tais detalhes sobre o modo de ser do fugitivo, eram elaborados a partir da convivência deste com seu senhor e que era importante, pelo menos naquele espaço e momento caracterizar de forma mais minuciosa possível o cativo o qual se desejava capturar a fim de que esta ação fosse mais rápida e eficaz.

Contudo, devemos “abrir uma janela” e observar que essas informações ao serem elaboradas pelos donos dos escravos, tornavam-se também fragmentadas, ou seja, baseadas apenas nas representações formadas a partir da visão do senhor, o que implica dizer que este quando tinha interesse em capturar o fugitivo muitas vezes representava-o

---

<sup>288</sup> Ibid., p.259.

<sup>289</sup> O Araripe, nº 166, sábado, 30 de outubro de 1858. p.04.

<sup>290</sup> CARVALHO, Marcos J. M. de. Op.cit. p.259.

com características “pejorativas”, categorizando-os como “doidos”, “infratores”, “mentirosos”, etc.

Portanto, foram imagens construídas não pelos escravos e, conseqüentemente, o que o senhor dizia sobre estes não pode ser tomado como a realidade “absoluta”, afinal são narrativas de fugas as quais estão expostas as “representações feitas pelos senhores das condutas rebeldes dos seus cativos”<sup>291</sup>. Eram, por conseguinte, a luta pela liberdade dos cativos versus a tentativa do senhor em capturar o evadido.

Devemos chamar atenção também quanto às gratificações ofertadas em todos os anúncios de fugas expostos no *O Araripe*. Por serem caros e de pouca quantidade na região cariense, não era incomum nestes anúncios que se oferecesse uma gratificação àqueles que capturassem o negro fugitivo.

Desse modo, o senador Alencar foi mais um senhor que rogava a quem desse notícia de “*Luiz Telles*” ou o encontrasse, para entregá-lo na cidade do Crato ao vigário Manoel Joaquim Aires do Nascimento “o qual pagará todas as despesas e dará uma boa gratificação”<sup>292</sup>.

Várias foram às gratificações ofertadas e conseqüentemente, vários foram os anúncios de fugas. Entre os liberais que publicaram tais anúncios, encontramos o próprio dono da tipografia do jornal, *José do Monte Furtado*, que busca por notícias e pela captura de seus cativos “*Rafael*” e “*Vicente*”. O primeiro teria fugido no dia primeiro de outubro de 1855, do sítio Lameiro, localizado nas proximidades do Crato e teria sido visto na referida cidade, de onde desapareceu logo em seguida. Tinha entre “19 a 20 anos [...] tem um enxaço em cima de uma mão a maneira de um lombinho e

---

<sup>291</sup> Ibid. p.261.

<sup>292</sup> Idem. Ibidem.

abaixo da pá esquerda uma cicatriz de um antrás ou pustema”<sup>293</sup> tinha dentes limados e era um tanto calado.

Já *Vicente*, oficial de ferreiro, apresentava as seguintes características:

mulato, trinta e tantos anos pouco mais ou menos, estatura mediana, [...] olhos pretos e não pequenos, nariz grosso, boca em proporção, com falta de dentes na frente, e os que tem são limados, pouca barba, pernas regular, pés chatos e não pequenos; tem marcas de fogo, por causa do ofício, nos pés, pernas e mãos. Conduzia um saco de couro de ovelha com rede, camisa, calça, palito e dois chapéus um de couro de ovelha e outro de palha novo [...]”<sup>294</sup>

Este fugira um ano depois do escravo “*Rafael*”, em dezembro de 1856, fazendo com que *José do Monte Furtado*, mobilizasse inclusive a polícia para a prisão do mesmo. Desse modo, vemos o apelo do senhor ao Estado para que este fosse um “mediador” na relação escravista.

Talvez o fato de “*Vicente*” possuir uma profissão especializada requeresse de *José do Monte Furtado*, uma atenção maior à sua captura, uma vez que para se obter escravos especializados restava ao senhor treinar ou mandar “treinar seus negros em um ofício e depois oferecê-los para serviços externos ou utilizá-los para uso próprio”<sup>295</sup>, tornando-o uma peça mais valiosa na sociedade escravocrata. De acordo com Luccock,

...toda casa que se prezava era provida de escravos nos quais se havia ensinado algumas ou mais artes comuns da vida e que não somente trabalhavam nessas especialidades para a família a que pertenciam como eram também alugados pelos seus senhores a pessoas não tão bem providas quanto aqueles<sup>296</sup>.

Conforme percebemos, especializar o escravo em algum ofício significava investimentos e ganhos gerados a partir deste, uma vez que ele também poderia ser alugado, o que aumentava ainda mais os rendimentos do seu senhor.

<sup>293</sup> O Araripe, nº 17, sábado, 27 de outubro de 1855. p.04.

<sup>294</sup> O Araripe, nº 73, sábado, 13 de dezembro de 1856. p.04.

<sup>295</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 90.

<sup>296</sup> LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte, 1975, p. 72. In: ALGRANTI, Leila Mezan. Op.cit. p. 90.

Para o cativo fugitivo, ser um trabalhador especializado significava ter mais autonomia, já que diante de uma liberdade “temporária” e frágil que era a fuga, podia-se acumular algum dinheiro com seus serviços a fim de conseguir, em caso de captura, a compra da alforria.

Além dos liberais cratenses que se dirigiam ao periódico na busca por seu escravo, liberais pernambucanos também utilizaram o impresso na tentativa de encontrar o evadido. É o caso do *Sr. Gualter Martiniano de Alencar Araripe*<sup>297</sup>, que apesar de ser morador da vila do Exú<sup>298</sup>, percebemos através de inúmeros artigos, cartas e anúncios publicados pelo *O Araripe*, que este mantinha estreitas relações com os liberais cratenses e naquele momento, apelava a estes pela captura da sua escrava. Vejamos:

Fugiu do poder de seu senhor no Exú a mulata Brígida idade de 18 anos, baixa e cheia de corpo, cabelos ondulados porém cortados, peitos grandes, pés e mãos pequenas e calosas, sem cicatriz de açoites. Esta escrava é casada, porém sem filhos; desapareceu desde a noite do dia 5 para o dia 6 do corrente estando a ferros por ter já feita diversas tentativas de fugas. Quem a pegar levar ao seu senhor Gualter Martiniano de Alencar Araripe ou nesta cidade ao Sr. Antonio Raimundo Brígido dos Santos, será bem recompensado<sup>299</sup>.

Conforme o anúncio, mesmo “*estando a ferros por ter já feita diversas tentativas de fugas*”, “*Brígida*” não apresentava “*cicatriz de açoites*”. Marcas de castigos eram tão comuns em anúncios de fugas, que o fato da escrava não possuí-las, representava uma característica relevante para a sua apreensão. A ausência de cicatriz,

---

<sup>297</sup> De acordo com os registros de Francisco Freire Alemão, Gualter Martiniano de Alencar Araripe era liberal e não queria relações com quem não fosse do seu partido. Era delegado de polícia do Exú e por isso, uma das principais pessoas deste lugar. Era o mesmo, segundo Freire Alemão, um homem “distinto, bem trajado e bem conversado”, possuidor de bens materiais, entre eles três sítios localizados no Pernambuco além de possuir uma casa que tinha “na frente um grande e alto terraço, obra nova. Ao lado esquerdo há forja e engenho [...] a casa de fazer rapadura, ou aguardente; [...] algumas senzalas cobertas de capim ou palha”. Tais descrições nos atestam que além dos bens imóveis, o mesmo era possuidor de escravos, habitantes das senzalas. Sobre Gualter Martiniano de Alencar Araripe, ver ALEMÃO. Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza – Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 21 a 49.

<sup>298</sup> Esta é uma cidade que se encontra localizada no Estado do Pernambuco e dista 120 quilômetros da cidade do Crato. Na época, a vila segundo Freire Alemão, era “insignificante, de aspecto triste e miserável”. ALEMÃO. Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**. p. 46.

<sup>299</sup> O Araripe, nº 156, sábado, 14 de agosto de 1858. p.04.

segundo Lilia Schwarcz, revela também um “caráter excepcional dos escravos domésticos”<sup>300</sup>.

Ainda entre os anúncios de fugas, encontramos *Severino d’Oliveira Cabral* – o mesmo comprador de escravos, citado em notas anteriores – em busca de sua escrava “*Quitéria*”, acaboclada, de 22 anos que havia fugido no dia cinco de março de 1856. “Julga-se estar oculta na povoação de Juaseiro, Pau-seco, ou em S. Pedro da Barbalha, onde dita escrava tem parentes [...]”<sup>301</sup>.

Por serem propriedade de outra pessoa, o escravo estava sujeito a ser separado de seus familiares, indo morar em outra localidade. Contudo, o cativo via na fuga uma chance de reaver a convivência com seus familiares, mesmo que isso significasse uma duração “previsível”, já que os senhores de escravos buscavam os fugitivos ferrenhamente.

Mesmo os casos de fugas sendo freqüentes e os senhores de cativos estabelecendo entre si contatos a fim de agilizar a captura do evadido, *Severino d’Oliveira Cabral* ainda destaca no anúncio de “*Quitéria*”, “usar dos recursos legais contra quem se descobrir ter dado asilo a sua escrava [...]”<sup>302</sup>, pois, não era fator incomum entre os evadidos buscar cumplicidade, apadrinhamento ou proteção daqueles que pudessem ajudá-los a dar continuidade a tal empreendimento e até mesmo usufruir dos serviços do fugitivo, enquanto os protegia.

Os laços de solidariedade firmados entre os escravos ou até mesmo entre estes e os homens livres, eram importantíssimos, pois assim, os cativos podiam assegurar por mais um tempo e quiçá, definitivamente a sua liberdade.

“*Pedro*”, “*Vicente*”, “*Luiz Telles*”, “*Quitéria*”, “*José*”, “*Ernesto*”, “*Calisto*”, “*Thereza*”, “*Joaquim*”, entre outros, são apenas alguns nomes de cativos

<sup>300</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. p. 146.

<sup>301</sup> O Araripe, nº 39, sábado, 05 de abril de 1856. p.04.

<sup>302</sup> Idem. Ibidem.

fugitivos, que se fizeram constar nas páginas do *O Araripe* durante o seu período de circulação, nos fazendo deparar com situações diversas de homens e mulheres que haviam evadido das propriedades de seus senhores em busca de sua liberdade.

Junto a estes nomes apresentados pelo periódico, estavam também os “estigmas da escravidão” que representaram os cativos através dos anúncios como “ *fingindo-se de doido*”, “ *mentiroso*”, “ *astucioso*”, “ *ladino*”, “ *falador e amigo das rodas*”. O jornal também não deixou de representá-los de forma “pormenorizada” – “ *estomagudo*”, “ *zambeta*”, “ *gago*”, “ *cheia de panos brancos*”, “ *aleijado*” – citando inclusive os “vícios” que, segundo *O Araripe*, os escravos continham: “ *fuma muito charuto*”, “ *dando de beber aguardente*”, “ *apaixonado por samba e cantador de chulas*”<sup>303</sup> etc.

Assim, como podemos perceber através dos anúncios citados neste tópico, a cor, as vestes, as marcas nos corpos, os gestos e os vícios dos cativos foram representações “estigmatizadas” nos escravos em decorrência de sua condição e registradas pela imprensa, que agiu como intermediária em facilitar a identificação e o aprisionamento dos fugitivos. Devemos atentar também ao fato de que estes anúncios, além de auxiliar a uma possível apreensão do cativo, evidenciavam a forma como o senhor o representava.

Para os escravos as fugas significavam a unidade básica de resistência ao sistema escravista. Para o senhor, uma ameaça a esse sistema, uma vez que tal ação impedia a exploração do trabalho cativo, desestruturando ainda mais o processo produtivo cariense<sup>304</sup>, ao mesmo tempo em que atacava frontalmente o direito de propriedade<sup>305</sup>.

---

<sup>303</sup> Tais descrições foram retiradas dos vários anúncios de fugas publicados em diversos números do *O Araripe*. Resolvemos destacar neste parágrafo as mais recorrentes.

<sup>304</sup> Vale destacar que “a perda do trabalho de um escravo durante semanas, meses ou até permanentemente era apenas o primeiro e mais óbvio prejuízo sofrido pelo dono em virtude de sua fuga”,

Dessa forma, ir à procura dos fugitivos era constante nos anúncios publicados pelo hebdomadário, que agiu como um intercessor dos liberais para que estes pudessem novamente garantir o domínio sobre a propriedade escrava e também negociá-la através das páginas do periódico. Assim, o insaciável desejo de comprar e capturar o escravizado recheava constantemente as páginas do *O Araripe*, fossem os fatos ocorridos no Crato ou nas Províncias vizinhas.

Apesar de ser um mediador das negociações escravistas, *O Araripe* em alguns momentos comentou sobre aqueles que “injustamente” escravizava alguém, expondo o fato e as pessoas envolvidas nestes casos para a população.

Assim, casos de escravizar e inclusive, re-escravizar alguém ilegalmente<sup>306</sup>, foram noticiados no periódico e acompanhados de perto tanto por liberais que formavam a redação do jornal, quanto por aqueles que acompanhavam os noticiários. Desse modo, apresentaremos no tópico seguinte alguns casos de re-escravização publicados e “condenados” pelo jornal.

---

por isso, as recompensas serem evidentes nos anúncios de fugas. CONRAD, Robert. **Os Últimos da Escravatura no Brasil**. p. 20.

<sup>305</sup> Ver SILVA, Eduardo. REIS, João José. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. p. 62.

<sup>306</sup> No Cariri, talvez o fato de não ser abundante a mão-de-obra servil e as dificuldades que se apresentavam em contratar trabalhadores pobres livres para as lidas agrícolas e diárias, bem como a comercialização do tráfico interprovincial, já comentado anteriormente, incumbiram alguns senhores a reduzir pessoas “supostamente livres” à escravidão.

### 3.3. “Vida de Peteca”: o negro re-escravizado é noticiado no *O Araripe*

Penso que antes de apontar os casos de re-escravização discutidos no *O Araripe*, não poderia introduzir tal discussão sem antes levar você, leitor, a conhecer a “vida de peteca”<sup>307</sup> a qual os cativos estavam sujeitos.

Sabemos que no sistema escravista a possibilidade para se alcançar a liberdade devia-se a um caminho longo e tortuoso, uma vez que esta não se dava de forma pronta e acabada, mas através de um processo, um permanente vir a ser. Segundo o historiador Marcus Carvalho, “sendo a liberdade um trajeto, num extremo existia pertença, autonomia, propriedade, no outro pairava, pesada, a possibilidade da re-escravização legal ou mesmo ilegal”<sup>308</sup>.

Esta ação de re-escravizar, tomada pelos senhores, pairava ameaçadoramente sobre a cabeça daqueles que “se diziam” e “se consideravam” libertos. Tal prática perde-se no tempo estendendo-se até a década de 1880, sendo geralmente efetuada: através da revogação da alforria ou por meio da escravização ilegal de descendentes<sup>309</sup>.

A revogação da alforria<sup>310</sup> geralmente consistia “quando escravos argumentavam que senhores ou seus herdeiros lhes haviam concedido alforria e depois tinham voltado atrás”<sup>311</sup>. Casos como estes não faltaram no *O Araripe*.

---

<sup>307</sup> Este termo designa o fato dos escravos estarem entre a propriedade e a liberdade, isto é sujeitos a re-escravização. É uma expressão utilizada por Chalhoub no livro “Visões da Liberdade” e que resolvemos citá-la em nosso trabalho. Ver CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.102 – 122.

<sup>308</sup> CARVALHO, Marcos J. M. de. **De portas adentro e de portas afora**: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Revista Afro-ásia**. 29/30 – 2003. p.75.

<sup>309</sup> Ver GRINBERG, Keila. Justiça! A invasão dos reescravizados. **Revista Insight Inteligência**. Lasciate ogne speranza vou ch'intrate. nº 23. Ano VI, 4º trimestre 12/2003.p. 42. Disponível em [http://www.insightnet.com.br/inteligencia/edicoes\\_anteriores.asp](http://www.insightnet.com.br/inteligencia/edicoes_anteriores.asp). Acesso em 08 de fevereiro de 2010 às 20:06.

<sup>310</sup> É válido destacar que “até 1871, as alforrias eram revogáveis pelo patrono, ao qual era reservado o direito de exigir a lealdade ao liberto”. Ao cativo só restava sujeitar-se às regras do jogo, ser um fiel e leal servo do seu senhor ou ao menos, fingir que era. Ver CARVALHO, Marcos J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Editora Universitária da UFPE, 1998. p.74.

<sup>311</sup> GRINBERG, Keila. Op.cit. p.43.

Como exemplo, podemos citar o fato ocorrido com o escravo *Cyrino*, relatado no jornal no dia dez de julho de 1858, no qual se diz que o referido escravo, morador da cidade de Jardim, fora alforriado por sua dona antes do falecimento desta.

Segundo Chalhoub, era “relativamente comum que senhores determinassem que um ou mais de seus escravos ficariam livres quando do seu falecimento”<sup>312</sup>, trazendo a morte deste mudanças significativas para a vida do cativo, entre elas a possibilidade deste se tornar liberto. Portanto, “mais do que um momento de esperança, porém, o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza”<sup>313</sup>, já que este poderia ser vendido, separado de seus familiares e amigos, permanecendo na mesma situação aviltante.

*Cyrino* tinha naquele momento sua alforria em jogo e precisava garanti-la já que os sobrinhos de sua antiga senhora pretendiam revogar a ação de liberdade que lhe havia sido “concedida”. Para isso, os herdeiros

[...] puseram uma ação de falsidade à carta e correndo o pleito à revelia, foi o título nulificado sob este pretexto: as testemunhas, porém, que o assinaram, não foram chamadas a juízo e o curador do escravo esteve por tudo que contra ele tentaram. Estamos certos de que a sentença foi dada na melhor boa fé, porque o juiz que a (palavra ilegível) é muito probo; mas nem por isso deixa de ser nulíssima, porque, além do mais, nessa mesma sentença foi julgada nula a alforria e legitimados para a herança os sobrinhos da falecida, o que era caso de uma apelação oficiosa, e não teve lugar. Em consequência foi preso o liberto, meses depois, e posto em uma corrente [...] <sup>314</sup>.

O referido artigo finaliza rogando ações do presidente da Província para que este tomasse alguma providência uma vez que este era o “único poder que realmente existe e aquele que sabe fazer ainda alguma coisa [...] por ter vontade e meios [...] e por que só ele pode salvar esse miserável das garras de seus injustos perseguidores”<sup>315</sup> que

---

<sup>312</sup> CHALHOUB, Sidney. Op.cit. p.111.

<sup>313</sup> Idem, ibdem.

<sup>314</sup> O Araripe, nº 151, sábado, 10 de julho de 1858. p.02.

<sup>315</sup> Idem. Ibidem.

contavam com o apoio do *Sr. Lebre*, juiz da causa que em comunhão com os sobrinhos da falecida, pretendia devolver *Cyrino* ao cativo.

Assim, o jornal chamava a atenção de autoridades locais como o *Sr. Dr Sette* – juiz da cidade do Crato – e do presidente da província para que ações fossem efetuadas contra os sobrinhos da falecida e seu protetor, que segundo o jornal, em nenhum momento chamaram a juramento as testemunhas da carta, julgando-a falsa à sua revelia.

Contudo, na edição do dia dezoito de setembro de 1858, o mesmo jornal noticia sobre a morte de *Cyrino*, “contra cuja liberdade se faziam esforços inauditos em Jardim. Foi uma surpresa que deve ter desapontado muita gente. Talvez as torturas, porque passava, lhe tivessem abreviado a pesada existência”<sup>316</sup>. A atitude desesperada praticada pelo escravo mostra o medo deste em voltar ao cativo e ainda ter que se submeter ao jugo de um novo senhor, “com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades”<sup>317</sup>.

Em Juazeiro, na época distrito do Crato, o escravo *Aleixo* também vivenciava situação semelhante àquelas relatadas anteriormente. Seu antigo senhor *Manoel Barbosa da Silva*, antes de morrer e não deixando herdeiros conhecidos, “fizera vocalmente suas declarações, deixando livre seu escravo”<sup>318</sup> que ficou sob a guarda do escrivão *Duartes Pinheiro*. Porém, passou-se a negar a veracidade do ocorrido, posicionando *Aleixo* de volta ao cativo, penhorando-o juntamente com os demais bens do falecido.

A fim de defender “a causa desse miserável contra qualquer injustiça que lhe tentem fazer”<sup>319</sup> o jornal publica o nome daqueles que supostamente assistiram o caso ou sabiam dele. “As testemunhas são os senhores Antônio Gonçalves Landim,

---

<sup>316</sup> O Araripe, nº 160, sábado, 18 de setembro de 1858. p.01.

<sup>317</sup> CHALHOUB, Sidney. Op.cit. p.111.

<sup>318</sup> O Araripe, nº 159, sábado, 11 de setembro de 1858. p.03.

<sup>319</sup> Idem. Ibidem.

Francisco Bernardino, Francisco da Cruz Neves, Manoel da Cruz Neves, Francisco das Chagas e P. José Joaquim de Oliveira Bastos”<sup>320</sup>. Ao publicar tais nomes o jornal “defendia” o direito à alforria de *Aleixo* como forma de cumprimento das determinações do senhor *Manoel Barbosa da Silva*, da mesma forma em que pressionava as supostas testemunhas a se posicionarem sobre o fato na medida em que as expunham aos leitores.

Desse modo, podemos perceber também que “os escravos não esbarravam apenas na avareza dos herdeiros, mas também no próprio pacto de classe que garantiria a continuidade da escravidão: a defesa da propriedade privada”<sup>321</sup>, esta daria continuidade ao pacto social da classe proprietária e governantes que não desejavam extinguir a escravidão.

Assim, re-escravizar alguém fazia “parte de uma política de domínio, como estratégia de produção de dependentes”<sup>322</sup>. Por outro lado, a fim de evitar a re-escravização através da revogação da alforria, restava aos escravos procurar a “manutenção da liberdade”<sup>323</sup>.

A segunda prática de re-escravização consistia quando escravos argumentavam serem filhos de pessoas libertas, sendo, portanto, nascidos de “ventre livre”. Porém, esse tipo de re-escravização era considerada criminosa sendo a mesma recusada pelo Código Penal vigente da época. Contudo, este Código não fora motivo suficiente para impedir tais ações.

Até porque, analisando

sob o ponto de vista estritamente legal, a escravização de pessoas livres tornar-se-ia a forma mais comum de aquisição de escravos,

---

<sup>320</sup> Idem. Ibidem.

<sup>321</sup> CHALHOUB, Sidney. Op.cit. p.122.

<sup>322</sup> Ibid., p.100.

<sup>323</sup> Este termo é classificado por Keila Grinberg como ações “iniciadas por libertos, que pretendem defender na justiça o direito de manutenção de sua condição jurídica, aparentemente ameaçada por uma possibilidade de re-escravização”. GRINBERG, Keila. Op.cit. p. 43.

afinal de contas, depois da lei anti-tráfico de 1831<sup>324</sup>, era legalmente livre qualquer pessoa que entrasse no Brasil vinda da África<sup>325</sup>.

Portanto, em território brasileiro, desde 1831 todos os negros eram considerados livres perante a lei e conseqüentemente os nascituros vindos destes. No entanto, na prática, outras questões configuravam-se e a lei era completamente ignorada pelos senhores escravistas que criaram estratégias fazendo com que tal sistema permanecesse inserido em nossa sociedade até 1888, quando finda a escravidão no país.

Desse modo, percebendo as dificuldades em se alcançar a liberdade e as fragilidades desta, cabia ao escravo alforriado mesmo que condicionalmente, ou nascido de “ventre livre”, defender sua condição de liberto sob o risco constante de perdê-la pelas malhas da re-escravização.

Segundo o jornal, foi temendo a esta prática, que *Hypolita Maria das Dores*, “suposta escrava” do senhor *João Pereira de Carvalho* – capitão da guarda nacional, morador da cidade do Crato e possuidor de grande escravaria local<sup>326</sup> – viu-se em situação de risco de perder a sua liberdade e ser escravizada por este senhor.

Para permanecer trilhando o caminho da liberdade, juntamente com seus cinco filhos, *Gabriel, Rafael, Maria, Daniel e Pedro* – que também se encontravam sob ameaça de re-escravização – *Hypolita* e seus “solidários amigos” do Partido Liberal, *Gualter Martiniano de Alencar Araripe e Luís Pereira de Alencar*<sup>327</sup>, recorrem às páginas do *O Araripe* a fim de exibir a situação aviltante que a mesma vinha sofrendo.

<sup>324</sup> Essa lei instituída em sete de novembro de 1831, sob a pressão dos ingleses, considerava livre todos os africanos introduzidos no Brasil a partir desta data. Entretanto, para a irritação dos britânicos a referida lei foi ignorada, fazendo com que o número de escravos aqui introduzidos aumentasse ainda mais.

<sup>325</sup> CARVALHO, Marcos J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife. p. 244.

<sup>326</sup> De acordo com os estudos realizados por Ana Sara Ribeiro Parente Cortez, o capitão João Pereira de Carvalho era dono de 19 escravos, sendo este um dos maiores possuidores de cativos da região. Certamente isto lhes garantiu “um certo grau de importância dentre a população sertaneja, pois, via de regra, os indivíduos que detinham maior número de escravos eram donos de engenhos e extensas áreas de brejo com lavouras de cana-de-açúcar, seguindo-se a eles os grandes criadores”. CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos**: A Família Escrava no Cariri Cearense. (1850 – 1884). p.63 e 64.

<sup>327</sup> Luís Pereira de Alencar era irmão de Gualter Martiniano de Alencar Araripe, ambos moradores no Exú e membros do Partido Liberal.

Dessa forma, entre os anos de 1856 a 1859, as desventuras de *Hypolita* são contadas no hebdomadário, incluindo-se neste, notícias, anúncios, artigos e edições publicadas exclusivamente sobre este fato.

*Gualter Martiniano de Alencar Araripe e Luís Pereira de Alencar*, contestando o inescrupuloso ato de infração contra a “suposta escrava”, foram à público a fim de que se tornasse de conhecimento de todos, os constrangimentos sofridos por *Hypolita* e seus cinco filhos.

Assim, ambos exigiam através de anúncio publicado em três de maio de 1856<sup>328</sup>, que *João Pereira de Carvalho*, mostrasse os documentos que lhes dava garantia e direitos sobre *Hypolita* e seus filhos.

Os abaixo assinados declaram ao respeitável público, que tendo o Sr. João Pereira de Carvalho, com o maior escândalo, e audácia reduzido à escravidão Hypolita Maria das Dores à qual sendo liberta na pia batismal, gozando de plena liberdade, todo tempo que existiu; e firmado os baixo assinados nesta incontestável verdade, e conduzidos do infeliz estado de Hypolita, mandaram ao Rio São Francisco (lugar de sua naturalidade) buscar os documentos que provam sua liberdade, e chegados estes foi logo ao conhecimento do Sr. João Pereira, o qual imediatamente fez conduzir Hypolita para o Cariri, e dizem que com ordem para ser vendida para diferentes lugares, e sendo ela disto avisada, veio ter as casas dos abaixo assinados, onde se acha a espera, que o senhor João Pereira mostre os títulos por onde a tem escravizado, com todos os seus filhos. Apenas chegou Hypolita, o mesmo Sr. João Pereira rapidamente botou os filhos da mesma para o referido lugar do Cariri [...] por isso os abaixo assinados previnem as autoridades, para tomarem este negócio na devida consideração; e aos particulares que não façam negocio algum tendente a esses infelizes, te q’serrompa o véu, q’inebre a barbaridade do Sr. João Pereira de Carvalho. Exú 20 de abril de 1856. Luis Pereira de Alencar; Gualter Martiniano de Alencar Araripe<sup>329</sup>.

---

<sup>328</sup> Torna-se válido destacar que acima de tal publicação, o redator do jornal faz um desabafo justificando o fato do referido anúncio não ter sido publicado em edição anterior, já que “caluniadores” falavam da conduta do *O Araripe*, dizendo que a redação deste havia “feito uma viagem de mais de dez léguas a solicitar a intervenção de uma pessoa para nos subtrair a publicação desse, ou outro papel!”. Contudo, os redator indignado com tal “maledicência”, dá suas justificativas afirmando que a publicação não foi possível na edição passada, pelo fato do jornal já ter sido “compaginado”, quando o anúncio chegou a redação. Mas “não sendo este um jornal que fugia de suas obrigações e procurava viver bem com todos”, naquele momento expunha o anúncio que era “do gosto de muita gente”. Ver *O Araripe*, nº 43, sábado, 03 de maio de 1856. p. 04.

<sup>329</sup> Idem. Ibidem.

A partir desta publicação narrada pelos referidos liberais, semanalmente passa a ser exposta no jornal, rixas e querelas sobre o caso. De acordo com *Gualter Martiniano* e *Luís Pereira de Alencar*, teria sido a suposta escrava quem os procurou em busca de auxílio e proteção. No entanto, não estamos aqui para inferir se esta fora a “verdadeira” versão dos fatos narrados, mas “compreendemos” que *Hypolita* sabia que o caminho para a liberdade dependia muitas vezes da construção de uma rede de relações pessoais que o cativo construísse ao longo dos tempos, uma vez que estes “não podiam tentar nada sem o auxílio de um homem livre, pois não tinham direitos civis e logo estavam legalmente incapacitados de agir judicialmente sem a presença de um curador”<sup>330</sup>.

Conforme explicitamos em páginas anteriores, a liberdade tendia a ser um processo de conquistas e, para isto, assim como *Hypolita*, muitos escravos do Brasil sabiam que era preciso estar muito bem integrado em meio a pessoas da sociedade, a fim de que os direitos de alforria uma vez adquiridos, não fossem perdidos com o passar dos tempos.

Em resposta às acusações feitas, na semana seguinte, *João Pereira de Carvalho* através de um extenso artigo, explica-se e mostra sua indignação de ser acusado publicamente por um crime não cometido.

Sr. redator, não pode haver maior protevia, não pode haver menor falta de brio, do que a de por no prelo um anúncio capcioso, rafalsado, que quando acabou de ser lido, acaba de ser refutado com infâmia eterna para o seu autor. Pois é dessa infâmia que eu vou cobrir os dois anunciantes do Exú Luís Pereira e Gualter, que tiveram o desaforo de descrever-me para o público, no seu jornal passado como um escravizador de pessoa livre. O público me desculpe se as minhas palavras forem menos brandas, do que a prudência recomenda, porque também a indignação de que me sinto possuído, ninguém dirá que não é uma justa indignação [...]<sup>331</sup>

<sup>330</sup> CHALHOUB, Sidney. Op.cit.. p.108-109.

<sup>331</sup> Ver no O Araripe, nº 44, sábado, 10 de maio de 1856. p. 02.

Após este desabafo, o acusado apresenta à população a genealogia de *Hypolita*. Segundo ele, esta era uma peça de herança que havia sido deixada para sua esposa e que há trinta e três anos atrás houve promessas em alforriar *Maria*, mãe da “suposta escrava”, porém, tais promessas nunca foram concretizadas. Conseqüentemente, *João Pereira de Carvalho* defende-se dizendo que jamais reduziria a escravidão uma pessoa livre e passa a acusar e divulgar diversos “crimes” que segundo ele, foram praticados por *Gualter* e *Luís Pereira* em pessoas livres e escravos, açoitando-os e espancando-os, afirmando ainda que em um deles foi aplicado “hum castigo só usado em tempos bárbaros... isto é, quebrando-lhes dentes por dentes”<sup>332</sup>. Acusa-o ainda de ser cruel com seus escravos levando dois deles ao suicídio e alerta a população cariense e as autoridades para que estes tomem conhecimento sobre o fato.

Além disso, questiona por que estes “não se tem compadecido da pobre Luzia que seu cunhado Cornélio, ainda mesmo depois de ter sabido que não era cativa, a quis dar em dote a uma das suas filhas, e a subjuga como escrava [...]”<sup>333</sup>. Assim, uma série de acusações é feita e por fim, este esclarece ao redator que

não foram os sentimentos de filantropia que levaram os anunciantes a roubar-me da cozinha a minha escrava; porque estes sentimentos não se nutrem em peitos da crônica tão horrível: o sentimento que os moveu, foi o da mais negra vingança; foi um sentimento de desespero, por não me poderem sacudir destas terras da Alagoa Grande, que tenho ocupado a 30, ou mais anos, e que eles rugem de raiva por me verem possuir. E todavia ainda há, que eles, um ente mais perverso, mais rancoroso, que lhes tem dado as mãos para me flagelarem, e me levarem também ao desespero, como se apraz de publicar. Este ente é o mui reverendo Sr. Joaquim Ferreira Lima Verde, que desgostoso de mim por motivos, que me envergonho de publicar, foi o machinador desse roubo da minha escrava, que eles chamam fuga, e pela qual espero que ainda amarguem [...] mas devo terminar protestando, que vou proceder criminal e civilmente contra os roubadores de minha escrava, mandantes e mandatários, porque está mesmo na minha honra demonstrar, que eu não sou capaz de ter em escravidão pessoa livre, e procurar aos senhores anunciantes para

---

<sup>332</sup> Idem. Ibidem.

<sup>333</sup> Idem. Ibidem.

exibirem esses seus documentos que lhe inspiram tanta compaixão [...]<sup>334</sup>

Na versão de *João Pereira de Carvalho*, as pretensões por parte de *Gualter Martiniano de Alencar Araripe e Luís Pereira de Alencar* quanto à liberdade de *Hypolita* não eram legítimas, mas apenas uma estratégia daqueles em ofender-lhe. Infelizmente não foi possível sabermos se as alegações do *Sr. João Pereira de Carvalho* eram verdadeiras, entretanto, diante dos fatos expostos no periódico, podemos ponderar que o caso fora essencialmente, uma rixa particular entre os envolvidos, sendo que *Hypolita* e seus cinco filhos foram apenas parte de um “motim” entre os senhores<sup>335</sup>.

Em seu extenso desabafo, *João Pereira de Carvalho* acrescenta ainda que *Luis e Gualter* teriam “seduzido e furtado” *Hypolita* a fim de que esta trabalhasse em suas propriedades, na fabricação de queijos. Por fim, também exigia que estes comprovassem a liberdade da dita escrava.

Ao afirmar que esta havia sido “seduzida”, *João Pereira de Carvalho*, buscava representar, através de seu artigo, a “dependência da escrava” em relação a ele. Tal representação torna-se evidente pelo fato do “senhor” dizer que a suposta cativa tinha fugido não por vontade própria e sim por “sedução”. Em casos como este, “a ira voltava-se imediato contra a figura do sedutor, sempre caracterizado como o indivíduo perigoso”<sup>336</sup>.

Se *Hypolita* fora seduzida pelos referidos irmãos não há como saber, contudo podemos imaginar o jogo de sedução que esta provavelmente teria feito para que seus curadores a livrassem daquela situação. Desse modo, os “sedutores” transformaram-se em “seduzidos”.

---

<sup>334</sup> Idem. Ibidem.

<sup>335</sup> Ao que parece o que estava em questão não era apenas a escravização ilegal da escrava, mas querelas mal resolvidas entre os senhores. Tal interpretação nos é reforçada não somente pelos fatos expostos, mas também pelo fato que *Gualter* e seu irmão também eram senhores de escravos e não apresentaram em seus discursos do jornal, o desejo de abolição dos seus próprios cativos.

<sup>336</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**. p. 149.

Não podemos esquecer também que estamos diante de fatos que se referem a uma escrava que “seduzida” ou não, supostamente, usa a fuga como um meio de insubordinação “durante o tempo no qual o desfecho de sua luta pela liberdade ainda era incerto”<sup>337</sup> e que, portanto, não assistia passivamente a “vida de peteca” a qual se encontrava. Neste caso, o ato de fugir representou uma forma de informar às autoridades e a população que aquela se considerava vítima de uma injustiça. A fuga foi, portanto, um dos meios para conseguir seu objetivo.

A partir dessas edições do jornal uma série de publicações sobre “*a questão Hypolita*”<sup>338</sup> é exposta semanalmente, ocupando algumas vezes, edições inteiras do periódico somente com este assunto.

Assim, inicia-se uma querela judicial e de acusações pessoais acompanhadas pela redação do *O Araripe*, que abre espaço para “acusadores e acusados”, permitindo que estes usem as páginas do jornal como meio de “defesa” e de esclarecimento ao público sobre o caso e as constantes rixas que ocorrem entre os envolvidos.

Nesse ínterim, *Hypolita* também ganha espaço no *O Araripe* e “publica” na edição de número 146, um artigo que se estende da primeira à última página do periódico, ocupando praticamente a edição inteira deste e expõe seu caso à população e roga defesa às autoridades sobre sua “aviltante” situação. Vejamos:

Dois anos fazem que livre-me das garras de um tirano que me aviltava e oprimia. Dois anos fazem, que sofro injustiças de algumas autoridades locais. Esperava pelo triunfo de minha causa, para com a expressão do riso, instruir o público das atrocidades, porque me fez passar o homem mais desalmado que existe sobre a terra: mudei de pensamento porque meus males continuam, por causa dos escrúpulos de um juiz, embora tenha em socorro de minha causa a inércia e filantropia, de dois magistrados que se manifestam contra as injustiças de que tenho sido vítima. Sou pois obrigada pela força de circunstâncias a fazer por ora um pequeno esboço dos meus sofrimentos para o público imparcial aquilatar a perversidade de um homem mau [...] Fui criada no Exú e no Cariri, e a proporção que ia

---

<sup>337</sup> CHALHOUB, Sidney. Op.cit.. p.112.

<sup>338</sup> Geralmente, era dessa forma que o jornal procurava chamar a atenção do leitor quando se referia ao assunto.

crescendo João Pereira de Carvalho procurava com propalações, fazer acreditar ser eu sua escrava. Minha madrinha porém dava-lhe solenes desmentidos, e rara (palavra ilegível) no todo neutralizar as tendências de seu genro, dizia as pessoas com quem conversava serem cavilosas suas intenções, pois que ela própria fora quem concedera na pia liberdade à minha mãe e conseguintemente eu havia nascido de ventre livre. Eu, inocente vítima da ambição desse homem, ignorando seus tramas e urdiduras, em idade menor não podia ver o abismo em que me queria lançar uma ambição desregrada [...] João Pereira de Carvalho, por uma barbaridade inqualificável, apoderando-se de todos os bens que minha madrinha possuía, a havia reduzido a comer por ração, privando-a de todos os recursos para que sem oposição de sua parte, pudesse realizar seu intento, o de reduzir-me à escravidão.<sup>339</sup>

A suposta escrava ainda declara no mesmo artigo, que *João Pereira de Carvalho* a teria arrastado ante um sacerdote do Crato para que a mesma pudesse casar com um escravo e que depois de concluído o casamento,

João Pereira de Carvalho, revelou seus planos imediatamente dizendo em altas vozes, estas tremendas palavras = saiba Deus e todo mundo que Hypolita d’hoje em diante é minha escrava. Reduzida por esta farsa ao aviltante estado de cativa, meus sofrimentos se agravaram. Fui até obrigada a seguir carreira, e fazer outros muitos serviços além de minhas forças. A vida a que estava condenada, levou-me infelizmente ao estado de prostituição, porque nunca fiz vida com o marido que me impuseram. Tive diversos filhos, e estes infelizes eram lançados nos assentos dos batismos como escravos [...] <sup>340</sup>.

A saga continua por toda edição e nesta *Hypolita* expõe ainda as razões por ter procurado na vila de Exú, os irmãos *Gualter Martiniano de Alencar Araripe e Luís Pereira de Alencar* e justifica a procura pelo fato destes “saberem que a mesma era de ventre livre” e por não ter recebido apoio à sua causa do *Sr. Dr. José Fernandes Vieira*, que na época ocupava os cargos de juiz municipal e delegado de polícia do Crato e “respeitador da prepotência e fortuna de João Pereira de Carvalho”<sup>341</sup>.

Ainda segundo declarações da suposta escrava, *João Pereira de Carvalho* ao escravizar os filhos da mesma, entrega-os a *João Evangelista Cavalcante*, seu genro e

<sup>339</sup> Ver no O Araripe, nº 146, sábado, 05 de junho de 1858. p. 01.

<sup>340</sup> Idem. ibdem.

<sup>341</sup> Idem. p. 02.

morador nos Inhamuns<sup>342</sup>. O juiz de órfão de Tauá, avisado sobre o caso e “tendo lido *O Araripe*”<sup>343</sup>, teria ido à casa deste mas nada resolveu, deixando os filhos de *Hypolita* com *João Evangelista* até seu sogro provar a escravidão das crianças.

Sob as ordens do poder judicial, as crianças encontravam-se na cidade do Crato, presas na cadeia a “título de depósito”<sup>344</sup> assinado pelo Sr. *Capitão Severino de Oliveira Cabral*, “mas quem sabe ser tal depósito uma mera formalidade, para que meus infelizes filhos continuem no bárbaro cativeiro de João Pereira?”<sup>345</sup>

Assim, temendo pela sua própria sorte e a dos filhos, *Hypolita* teria entregue aos seus curadores os documentos que “provariam” sua liberdade pondo “fim” às desventuras da mesma, que naquele momento já havia ocupado, por cerca de dois anos, as páginas do *O Araripe*.

Na edição de número 150, o jornal novamente cede espaço à *Hypolita* que pede ao redator do periódico a publicidade dos documentos que supostamente “provariam” a liberdade da mesma. Desse modo, atendendo aos apelos da suposta escrava, tais documentos são publicados nos números 150 a 155, expondo ao conhecimento de todos a “veracidade” dos fatos expostos pela escrava.

Posteriormente o jornal informa que o Sr. *João Pereira de Carvalho* teria ido à Fortaleza, na busca de encontrar apoio de presidente da província quanto ao caso e, no entanto, não obteve as considerações desejadas.

---

<sup>342</sup> Este território abrangia as freguesias de São João do Príncipe (Tauá) e Arneiroz. Localiza-se “no platô elevado do Inhamum, nas cabeceiras do Rio Jaguaribe, limite ocidental da Província”. Por apresentar um terreno “secco e pedregoso [...] puramente sertão”, os Inhamuns tiveram como principal fonte de riqueza a criação de gado. Para maiores informações sobre o referido lugar, ver BRASIL. Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p.132 a 146.

<sup>343</sup> Idem. Ibidem.

<sup>344</sup> Os escravos eram geralmente colocados em depósito “enquanto os resultados das ações de liberdade estavam indefinidos. A idéia do depósito dos escravos que litigavam pela alforria – depósito esse que poderia ser público ou particular – era garantir a segurança dos libertandos e livrá-los das previsíveis pressões e retaliações que poderiam sofrer por parte de seus senhores”. CHALHOUB, Sidney. Op.cit.. p.108.

<sup>345</sup> Ver no *O Araripe*, nº 146, sábado, 05 de junho de 1858. p. 03.

Em nove de outubro de 1858, é publicada no jornal a sentença proferida pelo juiz de direito da comarca do Crato, o *Dr. Francisco Rodrigues Sette*, que manda o carcereiro da cadeia do Crato, o *Sr. Antonio Alves de Medeiros*, libertar os cinco filhos de *Hypolita* que até aquele momento encontravam-se em depósito, uma vez que a mesma era reconhecida livre pela justiça, os filhos desta “não devem permanecer no cativoiro como até o momento tem permanecido”<sup>346</sup>.

Dessa forma, a permanência da prisão dos detentos era considerada como injusta e ilegal, levando em consideração os resultados do processo que conferiu a liberdade de *Hypolita*. Sendo assim o juiz justifica e considera que

[...] a prisão foi efetuada sem nenhuma das formalidades legais quer considerada como crime, quer a título de depósito, visto como não foram os detentos acompanhados de um mandado, não se lavrou termo algum, não existindo ao menos uma ordem por escrito, em que se mencione a razão da prisão, como se vê da certidão a.f. passada pelo carcereiro [...] qualquer prisão mesmo cível ou a título de depósito é sempre ilegal, quando não houver justa causa para ela, ou quando tem cessado o motivo que a justifica, o que se verifica na presente hipótese, visto como não pode ser depositada pessoa alguma reconhecida livre, não havendo ação competentemente proposta sobre a sua liberdade [...] Considerando que a escravidão não se presume pela posse, mas é necessário prová-la incontinenti logo que é contestada, o que não se tem feito a respeito dos detentos e de sua mãe, sendo apenas aqueles fantasticamente depositados, e ultimamente recolhidos a cadeia, sem atender-se a privação da liberdade, que a um ou outro caso tem sofrido os mesmos detentos, e que segundo as leis do país não podem deixar de ser considerado um procedimento criminoso, e como tal sujeito as leis criminais [...]<sup>347</sup>.

Assim, “visto ter mostrado ser efetivamente livre por documentos que apresentou”<sup>348</sup> à justiça e sendo os referidos documentos publicados no periódico, *Hypolita* e seus filhos finalmente foram considerados livres e o caso desaparece dos registros do *O Araripe*.

Analisando os fatos expostos pelo periódico acerca da “*Questão Hypolita*”, percebemos que além de um espaço de divulgação do caso, o jornal serviu também

<sup>346</sup> O Araripe, nº 163, sábado, 09 de outubro de 1858. p. 01.

<sup>347</sup> Ibid., p. 01 e 02.

<sup>348</sup> O Araripe, nº 162, sábado, 02 de outubro de 1858. p. 04.

como uma ferramenta, usada pela escrava, para convencer o público quanto à “*questão*”, proporcionando maior visibilidade a esta, pelo fato de que raros foram os escravos que “ganharam” determinado prestígio em jornais tão influentes para a população local, como *O Araripe*.

Devemos atentar que o hábito da leitura e da escrita não podia ser generalizado para todos os cativos, mas é fato que aqueles que adquiriram tal prática tinham “um elemento a mais para facilitar suas estratégias de vida e fuga, e suas vivências no mundo dos livros”<sup>349</sup>. Infelizmente não há como afirmarmos se os textos publicados no jornal foram realmente elaborados ou ao menos “assinados” por *Hypolita*, mas é certo que estes serviram para colocar a suposta escrava em evidência por quase três anos na imprensa local, fortalecendo assim, suas redes de sociabilidade e consequentemente, alargando seu campo de atuação social.

Para os curadores da mesma, o hebdomadário serviu como espaço de discussão das “negociações” e “o lugar competente para bem apreciar”<sup>350</sup> e comentar sobre as atitudes e condutas dos altos funcionários do Estado quanto ao caso, bem como deixaram subentendido através do periódico que, em suas queixas contra a escravização ilegal e a busca pelos princípios da primazia da liberdade de uma “suposta escrava”, estavam inseridas as rixas pessoais entre os irmãos *Alencar* e *João Pereira de Carvalho*.

Por parte deste, percebemos haver a defesa irrestrita do direito de propriedade privada, o que transformava o assunto em “algo delicado” já que aí cintilava estar em jogo a própria organização das relações de trabalho e poder e intrinsecamente, as desavenças no interior da classe dos proprietários e políticos locais.

Dessa forma, não podemos esquecer que ao discutir casos de re-escravização, o jornal procurava chamar a atenção das autoridades contra as “injustiças” que se fazia

<sup>349</sup> CORTEZ. Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A Família Escrava no Cariri Cearense**. (1850 – 1884). p.92.

<sup>350</sup> Ver no *O Araripe*, nº 172, sábado, 11 de dezembro de 1858. p. 03.

com o escravo, bem como, criticar a morosidade do governo quanto às iniquidades nestes fatos. Não houve, portanto, publicações antiescravistas, mas contra a escravização ilegal, tendo em vista ser apenas neste momento, que o jornal representava-se como um intermediário das “causas dos fracos e oprimidos”, como um “*fiel observador das leis*”<sup>351</sup>. Além disto, para o periódico, práticas de re-escravização, estavam intrinsecamente relacionadas a atos “incivilizados”, tendo em vista que o “conceito de civilização”, para os liberais, “servia tanto para qualificar fatos positivos como para denegrir acontecimentos considerados ruins”<sup>352</sup>.

Assim, observamos que *O Araripe*, mesmo pertencendo ao Partido Liberal, “animando-se” a promover a civilização e publicando veementes defesas contra a re-escravização, não deixou de reproduzir e apresentar argumentos pela permanência da escravidão, podendo isto ser percebido através de textos que representaram o escravo como o “outro incomum”, como “mercadorias” a serem compradas ou capturadas quando fugiam e que, naquele momento, ainda eram “necessárias” para o desenvolvimento da produção local, enquanto se inferia o projeto e desejos civilizadores à população caririense.

---

<sup>351</sup> O Araripe, nº 01, 07 de julho de 1855. p. 01

<sup>352</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op.cit. p. 109.

## Considerações Finais

Desde 1808, com a chegada da Família Real no Brasil, a imprensa ganhou destaque social no nosso país, com a publicação de periódicos que procuravam manter a população informada dos fatos relevantes, das experiências científicas aqui desenvolvidas, bem como os principais acontecimentos e ideologias difundidas na Europa. Assim, a imprensa foi uma das responsáveis em veicular as idéias liberais que estiveram presentes no continente europeu.

Apreciar o papel que tais ideais exerceram na construção do Estado brasileiro durante o século XIX, nos fez perceber através da historiografia trabalhada e do *O Araripe* que a ideologia liberal divulgada no exterior, encontrava-se revestida de uma conotação diferente em nossa terra, uma vez que nesta, prevalecia um grupo de pessoas interessadas em manter o legado de produção econômica Colonial (baseada no latifúndio e no trabalho escravo) e a “ordem” social, longe de radicalismos e de ações liberais mais democráticas.

Esta ideologia se refletiu não somente nos grandes centros políticos do Brasil, como o Rio de Janeiro, mas também em lugares como Pernambuco e Ceará, onde o Cariri ganhou destaque como um dos principais divulgadores do pensamento liberal.

Os liberais caririenses, a fim de divulgar suas idéias, de seu partido e seus projetos políticos, fizeram nascer na cidade do Crato, em meados do século XIX, *O Araripe*, primeiro periódico da região e um dos primeiros do interior da Província cearense, sendo veiculado entre os anos de 1855 a 1864.

Assim, procurei abordar nesta dissertação as representações contidas nas falas dos liberais caririenses através do referido jornal, que ao se autodenominar como “*político e noticioso*”, não deixou de propagar argumentos voltados em prol do

desenvolvimento da civilização local, sendo este representado através do desejo da criação da *Província dos Cariris Novos*, da divulgação da construção de sobrados na cidade – sendo estas consideradas pelo jornal como sinônimo de modernidade e civilidade – da higienização dos espaços e dos corpos, da publicidade de condutas que “ensinariam” à sociedade hábitos civilizados, da fundação do próprio jornal, bem como o desenvolvimento da agricultura.

Esta, segundo os liberais, era o principal meio e fonte de renda daquele lugar e uma vez desenvolvida, contribuiria com o progresso da civilização da região. Porém, era necessário resolver a problemática da mão-de-obra, que se confrontava com a pouca escravatura e ao mesmo tempo com a “ociosidade” dos trabalhadores pobres e livres que, segundo o jornal, se recusavam a realizar determinados trabalhos. Entretanto, mesmo sendo diminuta a mão-de-obra cativa, não podemos negar a importância que esta teve no Cariri, sendo a mesma responsável por fazer desenvolver a produção.

Assim, a escravidão foi tida como um fator estrutural da economia local tornando-se “necessária” para assegurar o mínimo de produção, desenvolvimento e crescimento econômico, uma vez que as dificuldades para a contratação e aluguel de trabalhadores livres era algo complexo na região, sendo imprescindível, conforme o periódico, a organização dessa mão-de-obra, que apesar de ser em maior quantidade que a cativa não apresentava ainda condições “psicossociais” que estimulassem seu emprego em atividades produtivas.

Portanto possuir escravos era “garantia de que a produção seria realizada – ainda que fosse preciso utilizar-se da mão-de-obra livre – e também que o senhor não ficaria desamparado nos serviços cotidianos”<sup>353</sup>. Não havia pretensões em abdicar dessa mão-de-obra, mesmo durante o tráfico interprovincial.

---

<sup>353</sup> CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. Op.cit. p. 88.

Dessa forma, a escravidão fez-se um tema recorrente nas páginas do *O Araripe* e, portanto, não poderíamos nos eximir de tratar este assunto em nossa dissertação, o que nos fez perceber que a prática do trabalho cativo fora consentida pelos liberais caririenses que dividiam o assunto em meio aos discursos de civilidade.

Mesmo sendo um propagador da civilização, o jornal não se apresentou como antiescravista<sup>354</sup>. Percebemos que este adotou uma posição cautelosa e híbrida em relação ao discurso escravista, ou seja, não havia um claro posicionamento a favor ou efetivamente contra a escravidão.

Apesar de alguns artigos e notícias publicadas denunciarem aqueles que re-escravizavam “ilegalmente”, por outro lado havia a reafirmação do desejo pela manutenção do trabalho cativo e o receio pela desorganização deste sistema de trabalho, através dos anúncios de compra e venda de escravos. Tais “mobilizações discursivas” visavam à manutenção da escravidão, o que fez das páginas do *O Araripe* e da tipografia do jornal um espaço de negociação dos senhores de escravos.

Assim, cabe perceber que houve de um lado a “benevolência” de políticos liberais em relação a escravidão e por outro lado o discurso em prol da manutenção e do direito de propriedade, sendo este assegurado em plenitude pela Constituição do Império.

Portanto, consta inferir que os liberais do Cariri, procuraram conciliar seu discurso civilizador com a estrutura escravista de produção, sem que houvesse “brechas” democratizantes para os cativos. O que nos indica dizer que o liberalismo por eles aspirado não “englobava” naquele momento, a liberdade dos escravos, mas o controle da política e do poder.

---

<sup>354</sup> De acordo com Marialva Barbosa, antes da década de 1880 os antiescravistas não tinham “acesso aos jornais de maior prestígio, já que estes adotam posição cautelosa em relação à emancipação, devido principalmente à dependência dos anunciantes, muitos deles senhores de escravos. Por isso houve a limitação em fazer críticas severas ao trabalho escravo. BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. p.17.

Ao tratar das representações dos liberais no *O Araripe*, procuramos demonstrar como os correligionários projetaram e vivenciaram seus “desejos de civilização”. Porém, ao finalizar este trajeto, nos resta abrir possibilidades àqueles historiadores que se interessarem em aprofundar os estudos sobre os liberais carienses, trazendo novas possibilidades e abordagens a cerca do tema, a fim de que lacunas deixadas, neste trabalho possam ser preenchidas.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Periódico

\* **Jornal O Araripe**, Crato-CE. Edições de 1855 a 1864. Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – CE.

#### Fontes impressas e digitais

\* ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato (1859). Vol. I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

\* \_\_\_\_\_. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**: Crato-Rio de Janeiro (1859-1860). Vol. II. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

\* BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997a.

\* \_\_\_\_\_. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Edição fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997b.

\* BRÍGIDO, João. **Miscellânea Histórica ou Colleção de Diversos Escriptos**. Tipografia Universal. Fortaleza, 1889.

\* Câmaras Municipal do Crato. **Correspondências Expedidas (1857 – 1860)**. Caixa 34. Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza - CE.

\* **Província dos Cariris-novos: Representação da Assembléia Legislativa Provincial do Ceará ao Senado e Câmara dos Deputados**. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Tomo IV. Fortaleza: 1892.

\* PINHEIRO, Raimundo Teles. Guerra do Pinto. In: **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza: 1985. Disponível em [www.institudoceara.org.br](http://www.institudoceara.org.br). Acesso em 24/08/2009 às 15:56.

\* MONTENEGRO, João Alfredo de S. João Brígido: uma revisão histórica. **Revista do Instituto do Histórico do Ceará**. Tomo CXIII. Fortaleza: 1999.

\*\_\_\_\_\_. Bárbara de Alencar. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza: 1995. Disponível em [www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentação/RevPorAno/1995-BárbaradeAlencar.pdf](http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentação/RevPorAno/1995-BárbaradeAlencar.pdf), em 14/02/2010 às 03:15.

\* Relatório da Assembléia Provincial, apresentado por Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, terceiro vice-presidente do Ceará, em 15 de setembro de 1859. Relatório disponível na página [www.crl.edu/content.asp](http://www.crl.edu/content.asp). Acesso em 20/07/2009 às 12:27.

## BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio se aproxima de nós”**: Representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855 – 1864). Dissertação de Mestrado em História e Cultura História. Universidade Federal do Paraíba. João Pessoa, 2010.

\_\_\_\_\_. **Uma Carnificina Eleitoral**: Cultura Política e Partido Liberal no Crato em Meados do Século XIX. Texto mimeo. 2008.

\_\_\_\_\_. **Projetando ser capital**: a província dos cariris novos e o discurso regional no jornal cratense *O Araripe* – meados do século XIX. Texto mimeo. 2008.

\_\_\_\_\_. **Nos Tempos do Cólera**. 1855 – 1865. João Pessoa – PB. Relatório de Qualificação. Mestrado UFPB, 2009.

AMADO, Janaina. **História e região**: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos Antonio da. República em Migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. Escravos Letrados: uma página (quase) esquecida. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. V.12, nº 01. E-compós, Brasília. 2009. Disponível em [www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br). Acesso em 09/08/2010 às 17:12.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. Imprensa Oficial e Imprensa Contestadora. O Jornal como Documento. O Papel do Jornal na História. 2ª Edição. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os Arautos do Liberalismo**: imprensa paulista. 1920 – 1945. São Paulo: brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CARVALHO, Marcos J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 -1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 998.

\_\_\_\_\_. De Portas Adentro e de Portas Afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Revista Afro-ásia**. 29/30 – 2003.

CERTEAU. Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 4ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU. Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 2. Morar, cozinhar. Tradução: Ephraim Ferreira Alves e Lúcia E. Orth. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Uma História das Últimas décadas da Escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil**: 1850 – 1888. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos**: A Família Escrava no Cariri Cearense. (1850 – 1884). Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. História Popular; nº 10. 7ª edição. São Paulo: Global, 2001.

\_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República**. Momentos Decisivos. 5ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987.

\_\_\_\_\_. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 1982.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. 2ª edição. Editora Paz e Terra. Tradução: Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional.** In: JANCSÓ, István (org.). Brasil, Formação do Estado e Nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** Uma História dos Costumes. Tradução: Ruy Jungmann. revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. 2v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? In: **Revista Estudos Avançados.** Vol. 01. nº 01. São Paulo, 1987.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta:** jornais Pedro II, Cearense e Constituição. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria de Cultura, 2006.

FILHO, Antonio Vitorino Farias. **O discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade:** imposição e conflito em Ipu. (1894 – 1930). Dissertação de Mestrado. Defendida em 2009. Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza – Ce.

FILHO, José Ernesto Pimentel. **Urbanidade e Cultura Política.** A Cidade de Fortaleza e o Liberalismo cearense no século XIX. Edições UFC. Fortaleza, 1998.

FILHO, J. de Figueiredo. **História do Cariri.** Vol. I. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato. Coleção Estudos e Pesquisas, 1964.

\_\_\_\_\_. **Meu Mundo é uma Farmácia.** 2ª Edição. Fortaleza: Casa de José de Alencar / Programa Editorial, 1996.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.** 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: **Uma Nova História do Ceará.** (org.) Simone de Souza. Ed. Demócrito Rocha, Fortaleza, 2000.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

GRINBERG, Keila. Justiça! A invasão dos reescravizados. **Revista Insight Inteligência**. nº 23. Ano VI, 12/2003. p. 42. Disponível em [http://www.insightnet.com.br/inteligencia/edicoes\\_anteriores.asp](http://www.insightnet.com.br/inteligencia/edicoes_anteriores.asp). Acesso em 08 de fevereiro de 2010 às 20:06.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico: do Império à República**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

JUNIOR, Darlan de Oliveira Reis. Trabalhadores no Eito: Escravos negros no Crato Oitocentista. Documentos. **Revista do Arquivo Público do Ceará**. Índios e Negros. nº 03 Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Ed. Massangama; São Paulo: Cortez, 1999.

KOVARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**. A Origem do Trabalho Livre no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750 - 1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia Negra e abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MENDONÇA, Joseli Nunes. **Cenas da Abolição: Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MONTENEGRO, F. Abelardo. **Os Partidos Políticos do Ceará**. Fortaleza: edições UFC, 1990.

NASCIMENTO: F.S. **Crato: Lampejos Políticos e Culturais**. Edições UFC, Fortaleza, 1998.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Edições NUDOC. Departamento de História – UFC. Fortaleza, 2006.

NEDER, Gislene. **Os Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

OLIVEIRA, Antonio José de Oliveira. **Engenhos de Rapadura do Cariri: Trabalho e cotidiano (1790 – 1850)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Ceará – Fortaleza, 2003.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

\_\_\_\_\_. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza: edição do autor, 1950.

PIRES, Julio Manoel. COSTA, Iraci Del Nero da. O Capital Escravista Mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. In: **Revista Estudos Avançados**. Liberalismo e Escravidão: teoria e história. Vol. 14. nº 38. São Paulo: 2000.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. “Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. In: **Revista Afro Ásia**, nº 23, 1999.

REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. In: **Revista Brasileira de História**. Confrontos e perspectivas. Vol. 16, nº 31 e 32. São Paulo: Contexto, 1996.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer:** experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945 – 1980). Dissertação de mestrado em História Social. Fortaleza: UFC, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravo e cidadãos em São Paulo no final do século XIX . São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Tradução: Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. **Negociação e conflito:** a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Pedro Alberto de O. Silva. **História da escravidão no Ceará:** das origens à extinção. Instituto do Ceará. Fortaleza, 2002.

SILVA, Sonia Maria de Meneses. Nação de papel: o jornal como possibilidade de investigação histórica na problemática da construção nacional no século XIX. In: FREITAS, Antonio de Pádua Santiago de; BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto; DAMASCENO, Francisco José Gomes. (Org.). **Pesquisa Histórica:** Fontes e Trajetórias. Fortaleza: Ed. UECE, 2008.

SILVA, Sonia Maria de Meneses. **Nação e Cotidiano:** o discurso nacionalista do jornal “*O Cearense*” sob a ótica das práticas sociais de seus leitores, 1846 a 1891. Texto Mimeo, 1998.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor:** as esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.